

Diário do Legislativo de 08/12/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 315ª Reunião Ordinária

2.2 - 150ª Reunião Especial - Fórum Técnico Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica de Minas Gerais

2.3 - 151ª Reunião Especial - Fórum Técnico Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica de Minas Gerais

2.4 - 152ª Reunião Especial - Fórum Técnico Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica de Minas Gerais

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DELIBERAÇÕES DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.196/2001

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete da Deputada Maria José Hau Eisen, a vigorar a partir de 10/12/2001, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.106, de 26/9/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41

Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-11
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de novembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.197/2001

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Bilac Pinto, a vigorar a partir de 10/12/2001, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.079, de 28/8/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39

Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Auxiliar Técnico Executivo I - 8 horas	AL-35
Secretário de Gabinete - 4 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de novembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.198/2001

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Ermano Batista, a vigorar a partir de 10/12/2001, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.018, de 27/3/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
-------	--------

Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente de Gabinete II - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 4 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.199/2001

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Amilcar Martins, a vigorar a partir de 10/12/2001, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.133, de 31/10/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 4 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10

Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de novembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.200/2001

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete da Deputada Elbe Brandão, a vigorar a partir de 10/12/2001, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.002, de 13/3/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 4 horas	AL-40
Auxiliar Técnico Executivo - 8 horas	AL-34
Supervisor de Gabinete II - 8 horas	AL-27
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15

horas	
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de novembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.201/2001

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as

Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues, a vigorar a partir de 10/12/2001, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.112, de 10/10/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 4 horas	AL-41
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de novembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATAS

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: ofícios e telegrama - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.907 a 1.910/2001 - Requerimentos nºs 2.944 a 2.957/2001 - Proposição Não Recebida: Projeto de lei do Deputado Adelmo Carneiro Leão - Comunicações: Comunicações dos Deputados Mauri Torres, Dalmo Ribeiro Silva e Alencar da Silveira Júnior - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Bené Guedes, Carlos Pimenta, Geraldo Rezende, Antônio Carlos Andrada e Elaine Matozinhos - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canédo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Pindaça Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Bené Guedes, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Rogério Correia, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda, comunicando, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Política Agropecuária relativo ao Projeto de Lei nº 1.583/2001, que o assunto foi encaminhado à Secretaria de Governo e Assuntos Municipais. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.583/2001.)

Da Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária da Justiça, encaminhando, em atenção ao Requerimento nº 2.725/2001, da Comissão de Direitos Humanos, informações sobre o processo em que figura como réu o Sr. Aloísio Gusmão Padilha.

Do Sr. Isauro Calais, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando moção de aplauso - aprovada por essa Casa a partir de proposta do Vereador Rogério Ghedim Servidei - ao Deputado Antônio Júlio, Presidente desta Casa, pela promulgação da Emenda à Constituição nº 50, que dificulta as privatizações no Estado.

Do Sr. Saulo Moreira, Secretário Particular do Governador, em atenção ao Requerimento nº 2.634/2001, do Deputado Bené Guedes, encaminhando expediente do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar a respeito do assunto tratado no referido requerimento.

Do Sr. Saulo Moreira, Secretário Particular do Governador, em atenção ao Requerimento nº 2.619/2001, do Deputado Geraldo Rezende, encaminhando expediente do Secretário de Transportes a respeito do assunto tratado no referido requerimento.

Do Sr. Mozart Pacheco, Presidente da Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda., em atenção aos Ofícios nºs 1.989 e 2.181/2001/SGM, encaminhando à Casa as informações solicitadas nesses ofícios. (- À CPI do Preço do Leite.)

Do Sr. Ivo das Chagas, agradecendo o recebimento da Medalha do Mérito Legislativo e encaminhando trabalho de sua autoria sobre o cerrado.

TELEGRAMA

Do Sr. Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados, acusando o recebimento do Requerimento nº 2.770/2001, da Comissão do Trabalho.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.907/2001

Cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam as concessionárias de transportes intermunicipais obrigadas a demarcar assentos preferenciais para as pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente.

§ - As pessoas com dificuldade de locomoção poderão optar pelos assentos demarcados.

Parágrafo único - A pessoa com dificuldade de locomoção não fica isenta do pagamento da passagem.

Art. 2º - Os assentos demarcados deverão ser os primeiros dos ônibus.

Art. 3º - As pessoas que irão gozar deste direito terão de apresentar dificuldade de locomoção que dificulte sua passagem pelo corredor do ônibus.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2001.

Luiz Menezes

Justificação: A Constituição Federal estabelece a igualdade entre todos os cidadãos, mas, para que se possa adotar este princípio, é preciso observar as desigualdades. Os cidadãos com dificuldade de locomoção, seja ela permanente, seja temporária, têm de ser tratados de modo especial para que possam se valer do princípio da igualdade.

As pessoas portadoras de deficiência já se vêem limitadas, e os gestores do poder público têm de tentar amenizar essa limitação, proporcionando a essas pessoas uma vida mais adequada.

Outro princípio consagrado pela Constituição Federal é o de ir e vir, e, devido às dificuldades de acesso ou de transporte, tais pessoas não podem se locomover como as demais. É preciso que o poder público amenize essas restrições, para que as pessoas com deficiência de locomoção se sintam mais integradas e úteis à sociedade, possam usufruir, como as demais, dos direitos consagrados pela Constituição Federal e possam se valer do princípio da igualdade entre todos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.908/2001

Declara de utilidade pública a Sociedade Centro Educacional Profissionalizante, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Centro Educacional Profissionalizante, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 28 de novembro de 2001.

João Leite

Justificação: A Sociedade Centro Educacional Profissionalizante, com sede no Município de Ipatinga, é uma sociedade civil de caráter beneficente, fundada em 10/6/98, que, desde então, tem assistido crianças carentes e desamparadas de Ipatinga, promovendo o ensino profissionalizante gratuito.

O reconhecimento da entidade como sendo de utilidade pública fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado com as crianças, trazendo melhorias para toda a região.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno

PROJETO DE LEI Nº 1.909/2001

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Portadores de Deficiências Visuais e Associadas - APADV -, com sede em Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Portadores de Deficiências Visuais e Associadas - APADV -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 28 de novembro de 2001.

João Leite

Justificação: A Associação de Pais e Amigos dos Portadores de Deficiências Visuais e Associadas - APADV -, com sede no Município de Belo Horizonte, é uma sociedade civil de caráter beneficente, fundada em 27/10/94, que, desde então, tem assistido de forma gratuita crianças portadoras de deficiência visual.

O reconhecimento da entidade como de utilidade pública fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado com as crianças.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.910/2001

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a doar à Câmara Municipal de Joáima o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado de Minas Gerais autorizado a doar à Câmara Municipal de Joáima o imóvel a seguir especificado, havido por doação do Município de Joáima.

I - terreno com área total de 608,07m² (seiscentos e oito metros quadrados e sete decímetros quadrados) e área construída de 148,98m² (cento e quarenta e oito metros quadrados e noventa e oito decímetros quadrados), situado na Rua Antônio Serafim da Costa, 31, Centro, com registro feito em 12 de dezembro de 1912 pelo Oficial do Registro Geral de Hipotecas - Escritura nº 828, livro 426, às folhas 26-27, e no Livro de Nota nº 17, no Município de Araçuaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2001.

Márcio Kangussu

Justificação: Em 12/12/1912, o terreno e o respectivo prédio, situado na Rua Antônio Serafim da Costa, 31, de propriedade do Major Nicolau Brandão, sua esposa e outros, foi doado ao Estado, que ali instalou a Escola Pública Primária, no recém-criado Distrito de Bonfim de Joáima, pertencente ao Município de São Miguel do Jequitinhonha, hoje Jequitinhonha.

Com a emancipação política do distrito, em 27/12/48, que passa a denominar-se Joáima, novas instalações são construídas para abrigar o ensino primário local.

A partir dessa data, no supracitado prédio, de propriedade do Estado, passa a funcionar a Coletoria Estadual e a Empresa de Correios e Telégrafos. Posteriormente, na década de 80, ali passa a funcionar a Câmara Municipal.

Para abrigar o Legislativo, o prédio foi reformado, mantendo-se as mesmas características arquitetônicas da época de sua construção.

Trata-se de uma das primeiras edificações da cidade; hoje é cuidadosamente preservada pela Câmara Municipal e é motivo de orgulho para o povo de Joáima.

Atendendo ao interesse público, a administração municipal de Joáima solicita a doação desse imóvel, incorporando-o ao patrimônio do município, para que ali continue funcionando o Poder Legislativo Municipal.

Estando de posse de cópias da documentação das escrituras públicas de doação do mencionado terreno e prédio, anexamo-las a esta proposição para orientar e facilitar o processo de reversão do imóvel.

Assim sendo, contamos com o apoio de todos os Deputados à aprovação desta proposta, que garantirá a continuação do benefício à comunidade local.

- Publicado, vai o Projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.944/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitando seja enviado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado pedido de informações sobre processos protocolados nesse órgão, com o detalhamento que menciona. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 2.945/2001, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a Vereadora Branca de Castilha Souza, por sua eleição como Presidente da União dos Vereadores do Estado de Minas Gerais - UVEMIG -, em 30/11/2001.

Nº 2.946/2001, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a Vereadora Arlete Nogueira pelo trabalho realizado na Presidência da União dos Vereadores do Estado de Minas Gerais - UVEMIG - durante os dois últimos mandatos. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.947/2001, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja enviado ao Presidente da FEAM pedido de informações sobre o processo de licenciamento de exploração de lavra de minério de ferro na serra da Piedade, concedido à Brumafer Mineração Ltda.

Nº 2.948/2001, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja enviado ao Presidente da FEAM pedido de informações sobre documentos anexados a processos referentes à Brumafer Mineração Ltda.

Nº 2.949/2001, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do IEPHA com vistas a que envie a esta Casa cópia da resposta ao Ofício nº 20/8, do CODEMA de Caeté. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 2.950/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Presidente da COMIG com vistas a que se adie a abertura das propostas encaminhadas à Concorrência 2/2001, relativa ao arrendamento dos parques das águas de Marimbeiro, Cambuquira e Lambari e às fontes de águas dos municípios que menciona. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.951/2001, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do IGAM com vistas a que envie a esta Casa cópia da resposta ao Ofício nº 20/9, do CODEMA de Caeté.

Nº 2.952/2001, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da COPASA-MG com vistas a que envie a esta Casa relação das captações de água da bacia do ribeirão Vermelho.

Nº 2.953/2001, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do COPAM com vistas a que confirme a impugnação de audiência pública realizada em Caeté e a suspensão da tramitação dos processos que menciona.

Nº 2.954/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja enviado ao Diretor-Geral do IGAM pedido de informações sobre o processo de licenciamento ambiental da Empresa de Águas São Lourenço.

Nº 2.955/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Administração com vistas ao envio de relação contendo os prédios públicos desocupados que poderiam ser utilizados para abrigar presos.

Nº 2.956/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado ofício ao Destacamento da Polícia Militar e ao Delegado de Polícia Civil do Município de Conceição das Alagoas pedindo informações sobre incidente envolvendo o Vereador Antônio Augusto Pantaleão e a viatura da PM comandada pelo Sargento Walter e apuração de responsabilidades.

Nº 2.957/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado ao Presidente da FEAM pedido de informações sobre a capacidade aquífera dos Municípios de São Lourenço, Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Proposição Não Recebida

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

Projeto de Lei nº

Garante o cumprimento do art. 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e do art. 10, inciso II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN -, quanto ao transporte de alunos da rede pública de ensino, comprovadamente carentes e moradores nas áreas rurais - Transporte Escolar Solidário.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Estado de Minas Gerais, em cooperação com os municípios, desenvolverá programas de apoio ao transporte escolar que assegurem os recursos financeiros indispensáveis para garantir o acesso de todos os alunos à escola.

Parágrafo único - O transporte escolar gratuito só será concedido aos alunos comprovadamente carentes das áreas rurais.

Art. 2º - O Estado procurará atender a todas as solicitações apresentadas pelos municípios, após análise das suas reais necessidades, cumpridos os critérios dispostos nesta lei, e comprovada a aplicação, pelo município, do limite mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) para a Educação, previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 3º - O município se comprometerá a arcar com as despesas referentes ao transporte de alunos da rede municipal.

Art. 4º - Os municípios que transportarem alunos da rede estadual do ensino fundamental e médio deverão ser ressarcidos em suas despesas com esse serviço, garantindo-se dessa forma o cumprimento do art. 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º - Os distritos que não contarem com escolas da rede pública, de ensino fundamental e médio, em sua circunscrição, terão prioridade na concessão de recursos estaduais destinados a prover o transporte escolar.

Art. 6º - Os municípios deverão realizar solicitação, acompanhada de informações sobre o número de alunos carentes residentes em suas áreas

rurais, bem como os distritos de que trata o artigo anterior. Essas informações serão prestadas a cada quadrimestre à Secretaria de Estado da Educação, de tal maneira que esta possa dimensionar as necessidades orçamentárias para o atendimento da despesa, com vista ao exercício subsequente.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias após a sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2001.

Adelmo Carneiro Leão

Justificação: A Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN -, no seu art. 10, inciso II, define a responsabilidade de cada ente da Federação quanto às diferentes modalidades de ensino; a manutenção do ensino fundamental é compartilhada por Estados e municípios, e o ensino médio é responsabilidade exclusiva do Estado.

O transporte escolar em Minas Gerais tem ficado a cargo das Prefeituras Municipais, mesmo dos alunos matriculados nas escolas da rede estadual. Os custos do transporte escolar rural têm sido maiores para os municípios mais carentes, que possuem percentual maior de habitantes no campo, e por municípios de maior extensão territorial.

As despesas com essas atividades impossibilitam os municípios mais carentes de investir em outros programas de aporte educacional e de valorização dos profissionais do magistério, com reflexos negativos na qualidade da educação oferecida pelo poder público.

Por outro lado, tendo-se em vista os poucos recursos dos municípios, os veículos quase nunca estão em condições de garantir a segurança dos alunos. Além disso, o art. 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal cria um embaraço para a Prefeitura garantir o transporte de alunos inscritos na rede estadual.

Em outras unidades da Federação, já se buscam soluções, como no Rio Grande do Sul, onde já existe lei que regula a cooperação financeira entre o Estado e municípios, no Programa de Transporte Escolar Rural.

Por esses motivos, propomos a implementação de um programa de apoio ao transporte escolar realizado pelos municípios, de forma a garantir a segurança dos alunos e a cumprir a legislação específica, recompensando, mesmo que parcialmente, o esforço dos municípios no oferecimento do transporte escolar.

A implementação desse programa deverá ser coordenada pela Secretaria Estadual de Educação, a qual estabelecerá os termos dos convênios de remuneração do transporte escolar.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Olinto Godinho.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Mauri Torres, Dalmo Ribeiro Silva e Alencar da Silveira Júnior.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Bené Guedes, Carlos Pimenta, Geraldo Rezende, Antônio Carlos Andrada e Elaine Matozinhos proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questão de Ordem

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, quero solicitar a Vossa Excelência que encerre a reunião, por falta de número regimental.

O Sr. Presidente - A Presidência, tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 17 Deputados, número insuficiente para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 10, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 150ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 5/11/2001

Presidência dos Deputados Wanderley Ávila e Paulo Piau

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Cláudio Gontijo - Palavras do Sr. Marcelo Franco - Palavras da Sra. Magdala Alencar Teixeira - Palavras do Sr. Ricardo Carneiro - Palavras do Sr. Tarcísio de Campos Ribeiro - Palavras do Sr. Fernando Alves - Palavras do Sr. Antônio Orlando Macedo Ferreira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Dalmo Ribeiro Silva - Jorge Eduardo de Oliveira - Marco Régis - Paulo Piau - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Paulo Piau, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Cláudio Gontijo, Assessor-Chefe do Secretário da Fazenda e membro da Comissão de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Secretaria da Ciência e Tecnologia, representando o Sr. Antônio Salustiano Machado, Secretário da Ciência e Tecnologia; Antônio Orlando Macedo Ferreira, Assessor Especial do Secretário da Ciência e Tecnologia; Fernando Alves, Secretário de Direitos da Cidadania, representando o Sr. Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Marcelo Franco, Diretor de Administração e Finanças da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG -; Magdala Alencar Teixeira, Presidente da Fundação do Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC-MG -; Ricardo Carneiro, Diretor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro; Tarcísio de Campos Ribeiro, Superintendente-Geral da Fundação Ezequiel Dias - FUNED -; e Deputado Dalmo Ribeiro Silva, membro da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia desta Casa.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Fórum Técnico Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica de Minas Gerais: Crises e Perspectivas, com o tema "A Situação Crítica das Instituições de Pesquisa".

Palavras do Sr. Presidente

Os avanços e as descobertas científicas e tecnológicas têm sido responsáveis por grandes transformações no mundo atual, revolucionando as atividades empresariais, a medicina, as comunicações, a prestação de serviços, a cultura, enfim, praticamente todos os campos em que o ser humano está presente com seu trabalho, seu poder de criação, suas relações sociais, seus impulsos e sonhos.

Temos, a cada dia, mais possibilidades de acesso ao bem-estar e ao conforto, a incontável número de bens de consumo, a crescentes opções de lazer, a informações abundantes em todas as áreas do conhecimento, à prevenção de doenças, a melhor qualidade de vida. Nossos hábitos e costumes modificam-se, compulsoriamente, diante dos recursos e facilidades que nos chegam com frequência cada vez maior.

Esse quadro de conquistas e de acelerado progresso reflete, em tese, o que deveria estar acontecendo em todas as partes do mundo, em todos os estratos sociais, como resultado prático dos avanços científicos e tecnológicos. Entretanto, sabemos que os benefícios decorrentes de tais avanços não são desfrutados de forma equânime. Tendem a favorecer as pessoas de maior poder aquisitivo, os grupos hegemônicos, os países mais desenvolvidos.

Tendem, conseqüentemente, a aumentar o fosso entre ricos e pobres, as desigualdades, o desequilíbrio econômico e social. O domínio da informática e, particularmente, a fantástica enciclopédia de informações e de possibilidades de comunicação em que se transformou a Internet constituem exemplo típico dessa tendência. De um lado, a comunicação instantânea, o acesso rápido a inúmeras fontes de consulta, as múltiplas oportunidades de enriquecimento intelectual e material. De outro, a estagnação provocada pelo analfabetismo dos novos tempos: o analfabetismo digital.

Nesse contexto, o domínio da tecnologia é fundamental. Quem sai na frente lança novos produtos, estabelece novos padrões de qualidade, cria novos serviços, abre espaço para novos avanços, multiplica lucros e recursos. Quem fica a reboque estará sujeito à dependência, ao repasse tardio dos processos tecnológicos, ao elevado custo dos produtos e serviços.

Nessa corrida pela qualidade de vida, pela economia de recursos, pela abertura de oportunidades, só há um caminho para quem não quiser ficar para trás: o investimento em pesquisa. Pesquisa é a palavra-chave para a produção de conhecimento, para a aquisição de "know-how", para a autonomia e a independência. É imprescindível que a ciência e a tecnologia sejam estimuladas e apoiadas pelo Estado, em vista do amplo espectro de seus resultados. Estão presentes nos sistemas de educação, saúde, transportes, segurança, nas atividades agrícolas, na indústria, no comércio, nos serviços, na preservação do meio ambiente. Constituem, portanto, suporte fundamental para a formulação das políticas públicas.

Seria de se esperar, conseqüentemente, que as instituições de pesquisa do Estado recebessem todo o incentivo e toda a estrutura necessária

para desenvolver suas atividades. Infelizmente, em Minas Gerais, passam por muitas dificuldades, carecendo de recursos materiais e humanos e de uma política consistente para o setor.

Estamos aqui para discutir a realidade dessas instituições com autoridades e representantes de órgãos governamentais, de fundações e centros de pesquisa, de entidades empresariais e da sociedade civil, com o intuito de identificar os problemas existentes e levantar sugestões para superá-los, por meio do diálogo, da cooperação, da parceria.

A Assembléia Legislativa sente-se honrada em promover e mediar esse debate, certa de que poderá contribuir para o fortalecimento das instituições de pesquisa científica e tecnológica do nosso Estado e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida de nossa população. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Cláudio Gontijo

Srs. Deputados Wanderley Ávila e Paulo Piau, demais autoridades, senhores e senhoras, não poderíamos deixar de fazer referência ao quadro econômico, social, político e tecnológico mundial para, em seguida, remeter-nos à situação brasileira e terminar por falar em ciência e tecnologia em Minas Gerais.

É preciso salientar que, desde 1975, assistimos a um processo de recolonização do mundo, de ressubordinação dos países em desenvolvimento que, com a crise de 1930, com a Segunda Guerra Mundial e com a emergência do comunismo em nível mundial, haviam ganho certa independência em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos.

A forma mais expressiva desse processo foi a industrialização dos países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil, baseado no chamado modelo de substituição de exportações. Esse modelo entrou em crise no início da década de 80, provocada pela política de aproximação do capital financeiro internacional.

No Brasil, o resultado do Golpe Militar de 1964 colocou no comando da política econômica brasileira pessoas como Antônio Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen, que implementaram políticas de aproximação com o capital financeiro internacional, levando ao endividamento desnecessário, que resultou na crise da dívida externa de 1982. Esse acontecimento atingiu os países da América Latina. Os que escaparam foram os países do Sudeste Asiático. Contudo, abriram sua economia em 1985 e hoje estão experimentando processo similar, dada a vulnerabilidade externa criada pela abertura comercial.

O mesmo aconteceu com nosso País. Em 1994, quem examinasse as contas brasileiras veria que tínhamos situação confortável em nível internacional. Tínhamos superávit na conta comercial, nosso endividamento externo era reduzido. As contas públicas eram superavitárias, e tínhamos controle inflacionário. Devido à política de abertura dos mercados e de atração do capital internacional, hoje assistimos ao colapso das contas públicas, principalmente em nível federal, embora isso não transpareça, na medida em que resulta apenas no crescimento galopante da dívida interna, na situação de extrema vulnerabilidade externa.

Gostaríamos de salientar que, em primeiro lugar, o processo de recolonização assume, sobretudo, dimensão financeira de dependência do financiamento externo. A segunda dimensão, talvez a mais importante, é a ideológica. Na verdade, estamos nos transformando em colônia, porque nossa mente está se transformando. Espontaneamente, adotamos políticas que aprofundam nossa dependência dos países desenvolvidos.

O terceiro aspecto é o tecnológico. No final da década de 70, havíamos chegado a um estágio de ensaio de produção de tecnologia independente. Esses ensaios foram praticamente extintos, e hoje nos encontramos em situação de virtual importação de tecnologia em quase todos os níveis da indústria da atividade econômica, que é a mais importante.

Esse processo de dependência crescente requer ruptura nesses níveis a que nos referimos. Salientamos que o sentido simbólico da declaração de moratória pelo Governador Itamar Franco, em 1999, assinalava - aliás, é por isso que o Governador ganhou inimigos de toda ordem - o que, na verdade, o Brasil deveria ter feito em 1981. E, se o tivesse feito, hoje seríamos não um tigre asiático, mas um elefante sul-americano. Não o fazendo, hoje nos transformamos em verdadeira colônia dos países desenvolvidos.

A segunda dimensão é a de ciência e tecnologia. Devemos nos afastar dessa situação de dependência e, para isso, precisamos de um esforço muito grande, tanto do ponto de vista da independência financeira quanto da tecnológica. Em Minas Gerais, há política adequada, considerando-se as restrições e a situação de crise das instituições de ciência e tecnologia encontrada no início deste Governo.

O diagnóstico dessa situação é conhecido; vamos apenas salientar seus aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, falta de recursos, que, na verdade, advém das dificuldades financeiras mais globais, da restrição financeira do Estado como um todo. Para terem idéia, se levarmos em conta todas as vinculações do orçamento público - questão de aritmética simples -, inclusive as últimas aprovadas, chegaremos a 103% da receita disponível do Estado, ou seja, se atendermos a todas as vinculações, haverá déficit de 3% na execução orçamentária.

Em segundo lugar, pela primeira vez neste Governo está-se honrando o serviço da dívida pública, por imposição de acordo com a União, resultado de verdadeira chantagem. Essa é uma história mal contada que poucos conhecem. É conhecida na imprensa a idéia de que o Estado, particularmente Minas Gerais, ter-se-ia endividado tomando recursos para financiar seus investimentos, principalmente durante os períodos eleitorais ou para bancar os gastos de custeio. Essa situação não é verdadeira. Minas Gerais, desde junho de 1989, não emitiu título público para financiamento, quer seja dos gastos de custeio, quer seja dos seus investimentos.

O crescimento exponencial da dívida pública de Minas Gerais foi resultado exclusivo da política de juros altos do Governo Federal. Para terem idéia, a preços de agosto deste ano, a dívida interna pública cresceu de R\$11.000.000.000,00 para R\$27.000.000.000,00 por obra exclusiva das taxas de juros impostas pelo Banco Central. Essas taxas foram resultado da estratégia inconsistente da política macroeconômica mais geral, mas não vamos comentar sobre isso.

Hoje, isso significa custo financeiro da ordem de R\$130.000.000,00 por mês. O serviço da dívida começou em janeiro de 1999, e, como sabem, Minas Gerais entrou em situação difícil no início deste Governo devido ao seqüestro dos recursos em caixa, implementado pelo Governo Federal, ao abrigo do acordo de dívida imposto pelo Governo Federal. A chantagem à qual nos referimos foi essa. Tendo quebrado os Estados, o Governo Federal impôs um acordo que os obriga a cortar gastos nas diferentes áreas, fazendo caixa para pagar o serviço da dívida criada pela política monetária do Governo Federal.

A primeira dificuldade que todos conhecemos é a de recursos. Apesar disso, é preciso salientar que neste Governo, ao contrário do que acontecia no anterior, temos um fluxo contínuo de recursos - não é aquele que desejamos, mas permite ações programadas e o planejamento do setor. A importância dessa previsibilidade na programação financeira não pode ser menosprezada porque permite que determinadas ações não sofram solução de continuidade.

O segundo aspecto da crise setorial diz respeito ao envelhecimento do corpo técnico das instituições. Trabalhei na Fundação João Pinheiro durante muitos anos, fui Diretor, lá, em meados da década passada e observei o progressivo processo de aposentadoria dos seus quadros. Sabemos que isso ocorre nas diferentes instituições. O caso talvez mais grave a que estamos assistindo hoje seja o do CETEC: os técnicos estão se aposentando, e não há reposição. É uma situação grave.

Em terceiro lugar, a qualificação, embora existam programas de qualificação e concessão de bolsa de doutorado, inclusive no exterior. O Governo está aberto para a solução dessa situação difícil; temos discutido com o Secretariado. Já falamos da liberação programada de recursos. Isso tem permitido ação planejada de ciência e tecnologia.

Outro aspecto importante é que, nas áreas de pessoal, é possível pensar, isso já foi discutido, e precisamos da colaboração de todos para repensarmos o sistema.

Sobre o aspecto institucional, também precisamos repensar o sistema para dar coerência e aumentar sua eficiência, ou seja, repor recursos e recompor os quadros de pessoal, pela instituição de cargos e salários que sejam um incentivo ao setor.

Esses são os desafios. Acredito que tenhamos todas as condições e, até o final deste Governo, encontraremos solução adequada para eles. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Marcelo Franco

Exmo. Sr. Deputado Wanderley Ávila, Deputados Paulo Piau e Dalmo Ribeiro Silva; Dr. Fernando Alves, demais componentes da Mesa, senhores pesquisadores, meus companheiros da EPAMIG, meus senhores, minhas senhoras e demais autoridades públicas, é uma satisfação enorme estar nesta Casa, falando em nome da Diretoria Executiva da EPAMIG, composta pelos Drs. Márcio Amaral, que não está presente por problemas pessoais, e Marcos Araújo, meu companheiro e amigo pessoal.

A EPAMIG é uma empresa pública de direito privado. Foi criada por lei em maio de 1974. Possui estrutura composta de sede e sete centros tecnológicos, espalhados estrategicamente no Estado. Dois desenvolvem atividades ligadas à capacitação profissional em nível médio. Isso acontece no Instituto de Laticínios Cândido Tostes e no Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo, na unidade de Pitangui. Possui rede laboratorial expressiva, que foi, nos últimos anos, bastante ampliada e melhorada. Possui corpo técnico bastante qualificado de 175 pesquisadores, sendo 44 deles com doutorado e pós-graduação; 88 com mestrado, os demais com graduação, sendo que de 28 a 30 estão cursando pós-graduação, dentro da política permanente de formação de recursos humanos que essa empresa mantém desde sua origem.

Nesse aspecto, conseguimos, ao longo destes anos, manter uma política de formação de pessoal em que foram treinadas 135 pessoas em nível de pós-graduação e 108 em doutorado. Por esses números, verifica-se claramente que houve perda acentuada de pessoal técnico, como vamos comentar rapidamente.

A EPAMIG se originou em um contexto em que ciência e tecnologia passaram a ser também fator importante de desenvolvimento econômico, social e cultural. Até meados da década de 60, início da década de 70, como bem falou o Prof. Gontijo, o País tinha política voltada quase exclusivamente para a industrialização, com poucas experiências positivas de desenvolvimento da agricultura brasileira no campo do agronegócio, baseado no aumento da produtividade e de sua capacidade de competição.

Nessa linha, o Estado de São Paulo possui instituição secular, o Instituto Agrônomo de Campinas, o Instituto Biológico e outras unidades.

Nesse contexto, também Minas Gerais preocupou-se em se modernizar. Criou aparato institucional de apoio à modernização e desenvolvimento do Estado. Inicialmente, criou-se programa integrado para o desenvolvimento e reativação da pesquisa agrícola no Estado, uma vez que havíamos eliminado o Instituto Agrônomo. A partir desse programa, o Governo Federal, dentro da sua política de introduzir ciência e tecnologia como um dos sustentáculos do desenvolvimento, criou um aparato institucional para todo o País, a EMBRAPA.

Participamos desse sistema cooperativo em nível nacional e já tínhamos uma experiência acumulada através da PIPAEMG, com três universidades no Estado de Minas Gerais, a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal de Lavras e a UFMG.

Essa experiência de Minas Gerais foi importante para que outras unidades da Federação participassem desse modelo. Por que razão, tendo sido criado um sistema forte de pesquisa em nível nacional, ter-se-ia de ter o amparo e a participação das empresas estaduais? Em face da natureza da pesquisa ligada às ciências agrárias.

Em face das diversidades de clima, de solo e das condições reinantes, principalmente em Estado mediterrâneo como Minas Gerais, com várias culturas econômicas exploradas, haveria a necessidade de uma instituição forte que amparasse a pesquisa e desse resultado a esse trabalho.

Podemos dizer que fomos felizes nessa empreitada, porque a EPAMIG nasceu em 1974, e foi a partir da década de 70 que o País e Minas Gerais mudaram toda a estrutura produtiva relativa ao agronegócio.

Esses desafios foram e estão sendo vencidos, mas não o foram de forma pacífica e harmônica. Tivemos dificuldades. Vamos relatar algumas experiências positivas, antes mesmo de termos a EMBRAPA e uma fonte financiadora de trabalhos e pesquisas, que tem sido a FAPEMIG no Estado.

Desde o início da fundação da EPAMIG, iniciamos um trabalho com o café, que colocou Minas Gerais na liderança. Dentro dessa área, lançamos 22 variedades de café, em parceria com essas instituições citadas, e hoje temos um parque cafeeiro que é em 75% cultivado com variedades originárias desses trabalhos.

Fizemos avanços na área do arroz, quando do lançamento do programa destinado à recuperação das várzeas no Estado, como foi o caso do algodão. Foram feitos inúmeros trabalhos nessa área, cabendo citar trabalho feito com a soja, em que dois problemas sérios foram resolvidos, através de trabalhos de pesquisa em parceria com a EMBRAPA. Introduzimos a variedade conquista, que tem capacidade de resistência ao cancro da haste.

Não foi somente nessas áreas que houve avanços. Houve progressos na pecuária, na suinocultura e em áreas importantes do laticínio, do agronegócio, em que houve participação expressiva durante todo esse período.

Nessas áreas em que a empresa se mostrou competente, as explicações podem ser obtidas através do aumento dos índices de produtividade e da capacidade de produção do Estado. Poderíamos dizer que a EPAMIG passou por uma crise. Estamos falando sobre crises e perspectivas.

A crise pela qual a EPAMIG passou em 1986 foi generalizada, e ainda não saímos dela. A empresa cresce e comete alguns erros. Quando a EPAMIG foi criada, havia 100 pesquisadores, 18% dessa força de trabalho com mestrado. Em 1986, tínhamos 272 pesquisadores e estávamos um pouco inchados.

Havia política salarial, recursos para investimentos, e tínhamos o amparo do Governo Federal, através da EMBRAPA. Tanto que a nossa política salarial estava atrelada à política salarial do Governo Federal. Recebíamos recursos para a implantação de projetos e a melhoria da infraestrutura. Com a crise de 1986 até 1991, vimos o afastamento do Governo Federal como fonte financiadora de toda ordem, para o custeio, para o investimento e para a manutenção do nosso quadro de pessoal.

O afastamento da EMBRAPA, que, por consequência, foi atingida por uma política estadual que nos atingiu diretamente, levou-nos a uma crise sem precedentes. Essa crise se caracterizou por inúmeros problemas administrativos ligados à remuneração de pessoal e de ordem tributária. Na questão tributária, deixamos de recolher alguns encargos federais, estaduais e municipais. Houve problemas relativos ao INSS, ao FGTS, à própria fundação de seguridade que complementa nossos salários, tendo em vista a nossa natureza de empresa pública de direito privado e regime celetista, e a alguns aspectos legais na transferência de recursos de forma orçamentária.

Esses problemas foram trabalhados, após essa crise de 1990, com a entrada do Governo Hélio Garcia e com seu compromisso conosco. Conseguimos sanear parte desses problemas relativos ao pagamento da dívida trabalhista dos empregados, mas não pagamos a dos ex-empregados. Conseguimos regularizar o ICMS, estamos pagando a dívida de INSS e de FGTS. Regularizamos a questão da Ceres fomos obrigados a fazer nova negociação.

O Governo foi altamente receptivo a esse tipo de tratamento, e conseguimos renegociar novamente a Ceres. Tivemos algumas questões de ordem legal, tendo em vista a própria política econômica do País de captação de forma abusiva de recursos da sociedade, através de uma carga tributária bastante elevada.

Como a nossa contabilidade é privada, tivemos dificuldades. O pagamento da dívida trabalhista foi computado como receita orçamentária, o que ocasionou uma dívida de Imposto de Renda, porque a nossa receita foi triplicada em alguns anos por causa dos recebimentos de dívidas anteriores. Não pudemos compensar em 100% esses prejuízos, nos exercícios subseqüentes, porque a legislação mudou. Ao invés de uma possibilidade de 100% de compensação desses prejuízos, só pudemos compensar 30%.

Essa situação arrastada ao longo destes anos dificultou a recuperação da empresa, porque todos os recursos foram canalizados para o saneamento financeiro da instituição, quando poderiam ter sido empregados para seu crescimento e recuperação.

Não desanimamos nem poderíamos, tendo em vista os sinais positivos do Governo para essa recuperação. Realizamos concurso público, recuperamos o quadro de pessoal, estabelecemos um mecanismo de pagamento dessas dívidas, recuperamos a questão salarial, mas tivemos "gap" novamente.

Esse "gap" nos levou a alguma dificuldade quanto a essas áreas já citadas, que ainda permanecem em aberto. Estamos tendo apoio, e acredito que a questão trabalhista dos ex-empregados seja resolvida, tendo em vista a perspectiva de o Governo assumir mais esse débito da empresa.

É importante que a EPAMIG, sendo uma empresa estadual, seja valorizada, independentemente de haver empresas e instituições como a EMBRAPA e universidades como as citadas. É necessário que o Governo mantenha a linha de autonomia para promover uma política agrícola que atenda alguns "gaps" do Estado quanto à agroindústria e às questões ambiental, florestal, da biotecnologia e da ocupação das áreas irrigadas no semi-árido.

A EPAMIG tem contribuído na manutenção do crescimento das outras áreas citadas, mas é fundamental que o Governo mantenha o entendimento de que, sem o apoio determinado, sem política de recursos humanos, remuneração adequada e política de investimento e de manutenção, a empresa poderá deixar de dar a resposta que ela tem competência e capacidade de fazer. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Magdala Alencar Teixeira

Exmo. Sr. Deputado Wanderley Ávila, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Júlio; Deputado Paulo Piau, Presidente da Comissão de Educação e coordenador dos debates; Ilmos. Srs. Antônio Cláudio Gontijo, Assessor-Chefe do Secretário da Fazenda, representando o Secretário de Ciência e Tecnologia; Antônio Orlando Macedo, Assessor do Secretário de Ciência e Tecnologia; Fernando Alves, Secretário de Direitos da Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Marcelo Franco, Diretor de Administração e Finanças da EPAMIG; Ricardo Carneiro, Diretor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro; Tarcísio Campos Ribeiro, Superintendente-Geral da FUNED; Deputados, senhores e senhoras, agradecemos o convite para participar desta Mesa. Consideramos este debate de maior relevância para a sociedade brasileira. A função nobre das instituições de pesquisa tecnológica está sendo debatida em diferentes países do mundo.

Neste momento de tantas mudanças no cenário mundial, o tema deste debate - Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado: Crises e Perspectivas" - remete-nos à reflexão sobre qual é a nossa responsabilidade diante da sociedade. A situação crítica das instituições de pesquisa deve ser discutida e foi bem colocada pelo Dr. Cláudio Gontijo. Ele foi exatamente nos pontos que precisam ser fortalecidos nas nossas instituições.

São mais de 40 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza. Gostaria de mostrar um retrato do resultado de todas as crises. Infelizmente, não posso projetar essa lâmina, mas todos conhecem essa situação. O País todo é o retrato da pobreza; as pessoas estão revirando lixões para a sua sobrevivência. São trabalhadores que precisam ter a sua cidadania resgatada. Tenho fotografia que retrata o quadro dramático de um depósito de lixo, que não está na periferia de um grande centro, mas no interior do Estado. Esse não é mais um problema do grande centro, mas do cidadão brasileiro. Quase 1/3 da população está vivendo abaixo da linha de pobreza.

O Brasil é a 8ª economia do mundo e está na 69ª posição segundo o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano -, que mede as realizações de um país em termos de esperança de vida. Estamos iniciando o século com a desesperança de ver essa população vivendo do lixo.

O País ocupa o 80º lugar em consumo de energia. Se todas essas famílias que vemos nos lixões passassem a consumir energia nos níveis mínimos normais em residência, por razões óbvias a matriz energética não suportaria o aumento da demanda. E, mais grave ainda, se hoje essas famílias passassem a freqüentar o supermercado, os estoques mundiais de alimento não seriam suficientes para suprir a demanda. Os estoques brasileiros não são suficientes, os estoques mundiais não são suficientes, e não temos dólares para comprar esses alimentos fora do País. Há escassez de alimento, de energia, de trabalho. Esse quadro precisa ser o foco de todas as nossas atenções. Vencer a desigualdade social, criar perspectiva plausível de esperança de vida deve ser o objetivo de todas as nossas ações.

São incontestáveis os possíveis benefícios consequentes dos efeitos do desenvolvimento tecnológico, em especial na redução da pobreza. O

desenvolvimento tecnológico é o resultado da integração entre vários agentes. Ações conduzidas por todos os agentes, de forma integrada, organizadas segundo uma pauta brasileira, mineira, de acordo com modelo próprio, em consonância com política tecnológica, agrícola, industrial e de educação voltada para o desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social, ambiental e política - é necessário estabilidade em todos esses focos, estabilidade econômica, social, ambiental e política - é o que se pretende, o que se necessita.

A política de ciência e tecnologia é estratégica exatamente porque pode promover essa integração. Um dos desafios estratégicos para o desenvolvimento tecnológico é conseguir criar condições favoráveis para o trabalho de cooperação entre os vários agentes, entre as instituições de pesquisa, de ensino, empresas privadas, envolvendo ainda os agentes econômicos.

É nesse contexto, como um dos agentes indispensáveis para promover as transformações necessárias, que passamos a discutir o tema colocado: "A situação crítica das instituições de pesquisa".

Algumas das atribuições das instituições de pesquisa tecnológica, em especial a capacitação para a inovação e a difusão tecnológica, visam a contribuir para a promoção do desenvolvimento tecnológico. As novas tecnologias requerem cada vez mais conhecimento científico, e os novos produtos e processos, para serem competitivos, são cada vez mais densos em tecnologia.

Estudos recentes demonstraram que, se, por um lado, com os 50 anos de existência do CNPq e da CAPES, desenvolveram-se no Brasil boa base de tecnologia e um sistema de pós-graduação respeitável (parte disso ocorre aqui, em Minas Gerais), por outro, o desenvolvimento tecnológico deu-se significativamente apenas em algumas áreas do conhecimento - o setor agropecuário é uma dessas áreas, onde vemos representativo desenvolvimento tecnológico - ou pontualmente, sob demanda de alguns segmentos produtivos.

Isso se deu porque a pesquisa tecnológica vinha sendo pouco valorizada ou não vinha sendo valorizada e não era considerada atividade estratégica. As empresas brasileiras adquiriam tecnologia embutida em equipamentos e processos importados e, contando com um mercado cativo e pouco competitivo, não se preocupavam em inovar, não investiam e não buscavam o desenvolvimento tecnológico.

Por sua vez, muitos pesquisadores e vários dos institutos de pesquisa tecnológica do País, movidos por instrumentos de indução de produtividade acadêmica utilizados pelos próprios órgãos de fomento, passaram a trabalhar buscando o desenvolvimento do conhecimento em si, preocupando-se mais com o seu registro do que com a utilização dos resultados para benefício econômico e social. Essa é constatação feita a partir da análise do desempenho de vários institutos de pesquisa, atribuída à pouca valorização das atividades de difusão tecnológica.

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, criada em 1972, como fundação de direito privado, manteve-se fiel aos objetivos para os quais fora idealizada: apoiar o desenvolvimento industrial, tecnológico, contribuir para as políticas de Estado e a formação de recursos humanos em suas áreas de competência, objetivos bastante atuais e não menos necessários atualmente do que à época, talvez mais estratégicos hoje.

Registrem-se a visão dos mineiros da década de 70 e a sabedoria de instalar no Estado um sistema voltado para o apoio ao desenvolvimento. Realmente, o trabalho foi feito com visão de futuro. Exatamente por causa dessa origem programada, não aconteceu no CETEC o que ocorreu em vários institutos de pesquisa no País. Ouvi de pessoa ligada a um instituto de pesquisa que a coisa acontecera, mais ou menos, como formação geológica. Pode ter sido lá, não aqui. Aqui foi pensada, projetada a instituição para estar presente e atender aos desafios de hoje.

A instituição completa, em 2002, 30 anos, com uma folha de serviços prestados à sociedade. Na década de 70, contribuiu significativamente para a área de tecnologia mineral. A tecnologia do nióbio é um exemplo disso, pelas divisas que rendeu, até então, ao Estado. Nos anos 80, podem ser citados os trabalhos com fontes alternativas de energia, tendo sido relevante a contribuição ao programa nacional do álcool. Ainda na década de 80, Minas destacou-se com o pioneirismo dos diagnósticos, estudos e trabalhos do CETEC na área ambiental, tendo sido criada a FEAM, cujos trabalhos de fiscalização conflitavam com os objetivos de atendimento ao setor produtivo, objetivos esses inerentes à própria existência do CETEC.

Os anos 90 foram iniciados com a instituição sob nova forma jurídica (sob o regime de fundação de direito público), com o seu quadro de pessoal redimensionado, reduzido e com um novo plano de carreira, que, na origem, valorizava a competência. Nesse período, o CETEC, anteveio a importância da pequena e média empresa para a economia e a geração de empregos, orienta algumas de suas áreas - tecnologia mineral e tecnologia de alimentos - para aquilo que tem sido considerado desafio estratégico para o País: o desenvolvimento tecnológico e gerencial das empresas de pequeno porte, pelo significado econômico que possuem e pelo significado social que representam.

Nessa década, foram investidos recursos na complementação de importante infra-estrutura nas áreas de tecnologia metalúrgica e de materiais e na criação e no fortalecimento de laboratórios dedicados à metrologia científica e industrial, capacitando a instituição para contribuir para, no primeiro caso, a inovação propriamente dita, e, no segundo, propiciar às indústrias mineiras serem mais competitivas frente às imposições das barreiras não tarifárias.

Paralelamente a isso, durante a década de 90, o quadro de pessoal do CETEC caiu significativamente, a ponto de hoje, se esperarmos um pouco mais, termos a instituição comprometida.

Com o reconhecimento do novo cenário mundial, delineado pelas novas relações comerciais, marcadas por acirrada concorrência na conquista de mercados, tendo como instrumento as barreiras não tarifárias e como força propulsora a inovação tecnológica em ritmo acelerado (em consequência do desenvolvimento das novas áreas de conhecimento), as atenções retornam para os mecanismos de apoio às empresas nacionais, em especial à pequena empresa.

Torná-las mais competitivas significa investir em difusão tecnológica no sentido mais amplo, significa capacitação tecnológica para inovação e oferecimento de serviços técnicos especializados, mais especificamente aqueles de referência. Nesse sentido, a demanda pelos trabalhos dos institutos de pesquisa tecnológica volta a ficar mais clara e assume tendência crescente.

É necessário aportar recursos para que essa missão seja cumprida. O MCT, recentemente, em 2001, concluiu estudo - o relatório Tundise - com vistas a avaliar a missão, a competência e as perspectivas de aumentar a contribuição social a ser dada por seus institutos de pesquisa, entre eles os dedicados à pesquisa tecnológica. O estudo procurou orientar as instituições para o seu fortalecimento e um posicionamento estratégico futuro, buscando definir prioridades em médio e longo prazos.

Estudo semelhante conduzido em 93 e 94 por determinação do Ministro José Israel Vargas, sendo Presidente Itamar Franco - o chamado Relatório Bevilacqua - já fazia recomendações sobre a qualificação do pessoal, a interação com o usuário, com destaque para o nível de excelência que deve ter a equipe, a promoção pessoal por mérito, a maximização de oportunidades para a formação de recursos humanos, o aumento do fluxo de usuários, o incentivo à cooperação e ao intercâmbio, além de recomendações sobre a estrutura, a gestão, o planejamento e o orçamento; já ficava clara a necessidade de maior autonomia administrativa, a definição de metas a serem atingidas, a liberação financeira regular, previsível e confiável, entre outras.

O relatório Tundise destaca que "infelizmente, inúmeras recomendações daquela Comissão - a Bevilacqua - não foram implementadas pelo MCT e pelas unidades de pesquisa", levando a inferir que essas ações não podem sofrer solução de continuidade, que, se entendidas como estratégicas, precisam receber atenção e suporte. A ressalva é do relatório Tundise, os comentários são nossos.

Temos uma instituição que atende às principais áreas produtivas do Estado, tem uma infra-estrutura invejável, mas tem problemas relacionados principalmente à reposição de recursos humanos e à sua valorização. O CETEC estabeleceu as suas diretrizes e trabalha suas áreas segundo elas. Buscou, em um programa de excelência, mudar a concepção de administração pública. Procura sair - e isso não é fácil - da administração burocrática para uma administração de resultados. Alguns dos fundamentos desse programa de excelência - que é o Prêmio Nacional da Qualidade - tratam da valorização das pessoas, visão de futuro de longo alcance, responsabilidade social. Destaco esses três e solicito todo o apoio do Legislativo, do Executivo e da comunidade para fazer com que essa instituição, que completa 30 anos, tenha mais 30 anos de serviços prestados ao Estado.

Palavras do Sr. Ricardo Carneiro

Gostaria de enaltecer a iniciativa da Assembléia pela promoção deste fórum. Acho-o de extrema relevância e quero ressaltar, mais uma vez, que estou representando o Presidente da FJP, que, lamentavelmente, por motivo de saúde, não pôde estar presente. Tentarei fazer brevíssima recuperação da história da Fundação para chegar ao quadro atual.

Pesquisa e desenvolvimento são duas atividades estreitamente entrelaçadas no sentido de exercerem influência recíproca. De um lado, não apenas incrementam o potencial de desenvolvimento sócio-econômico de dada sociedade, mas, o que é mais importante, constituem ferramenta indispensável a que se possa imprimir direcionamentos objetivos a esse desenvolvimento. Conhecimento e informação alargam o espectro de escolhas abertas aos diversos atores sociais e fornecem subsídios valiosos ao processo decisório relativos à conduta, ação ou política a ser adotada. Por outro lado, o desenvolvimento tende a ter efeitos retroalimentadores sobre a pesquisa, amplificando a base de conhecimentos básicos disponíveis e as perspectivas de absorção e aplicação de novos conhecimentos, bem como cria condições mais favoráveis, em termos de recursos financeiros e humanos, para o avanço da produção científica e tecnológica.

Não é de se estranhar, assim, que um sistema nacional de ciência e tecnologia só comece a ser efetivamente estruturado no País ao longo das últimas quatro ou cinco décadas, em um processo de construção institucional. Em outras palavras, a criação de instituições e de mecanismos para o fomento da pesquisa, bem como a formação de recursos humanos de alto nível, vai se dar de forma gradativa, em sintonia com o avanço da política de promoção do crescimento e industrialização da economia brasileira. A implantação do Ministério da Ciência e Tecnologia ocorrida nos anos 80 veio consolidar o esforço de construção e aprimoramento institucional realizado nas décadas anteriores.

Esse pano de fundo serve para apreender as circunstâncias que cercam a criação da FJP. Como no caso nacional, as origens da instituição não podem ser dissociadas da dinâmica do desenvolvimento e industrialização da economia mineira. Se o Brasil representa um caso de industrialização tardia no cenário internacional, Minas Gerais é claramente uma situação de industrialização retardatária no cenário nacional, comparável aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. E se, no País, o processo de desenvolvimento industrial não pode ser entendido sem se levar em conta o protagonismo do poder público, o esforço deliberado feito pelo Governo no sentido de promover a industrialização da economia, o mesmo se aplica ao desenvolvimento mineiro.

Como foi bem descrito por Clélio Campolina, a arrancada do desenvolvimento mineiro foi precedida de esforço de construção institucional que começa a ganhar forma com a criação do BDMG, em 1962, seguida da implantação do INDI, em 1968, da Companhia de Desenvolvimento Industrial - CDI - e da FJP, em 1969. A Fundação, foi atribuída a responsabilidade de realizar estudos visando à identificação dos fatores que pudessem constituir estrangulamento ao processo de desenvolvimento socioeconômico estadual e à proposição de ações e iniciativas governamentais para a superação ou resolução dos problemas diagnosticados.

A criação aconteceu em 1969, promulgada pelo Governo Estadual. Além da já citada atribuição de elaborar estudos relacionados ao planejamento do desenvolvimento estadual, cabia à instituição a realização de pesquisa aplicada e a prestação de serviços de consultoria especializada em diversas áreas do conhecimento, como tecnologia básica, práticas e instrumentos de gestão e avaliação de projetos de investimento. Outra importante área de atuação da Fundação definida em lei foi a do ensino, visando à formação ou ao aperfeiçoamento técnico de servidores públicos e profissionais da iniciativa privada, com o intuito de capacitá-los para lidar com os desafios da administração contemporânea.

Não vou perder tempo relacionando as atividades ocorridas nesse período, embora sejam importantes para seguir em frente. A Fundação foi constituída como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e gozando de autonomia administrativa e financeira. Acabou conseguindo, num prazo relativamente curto, estruturar-se e consolidar-se em nível técnico e operacional para obter crescente reputação e legitimidade no contexto estadual e nacional. Com ação multifacetada e marcada por forte compromisso com o interesse público, a instituição veio se redesenhando ao longo dos anos 70 e 80, sem perder aquilo que considero seu traço distintivo principal: a preocupação com a qualidade dos trabalhos que desenvolve, o profissionalismo e o respeito aos valores éticos da sociedade.

Num país caracterizado por elevado grau de volatilidade institucional, a FJP dos anos mais recentes apresenta perfil bastante modificado quando comparada com a dos anos 70 e 80. As principais transformações deram-se na transição dos anos 80 e no início da década de 90, refletindo tanto a influência de fatores externos à entidade quanto de fatores e questões internas.

Uma primeira e decisiva mudança tem a ver com a natureza de sua personalidade jurídica e decorre da promulgação da Constituição Federal de 88, que submeteu as entidades fundacionais aos mesmos princípios e regras gerais que normatizam a administração direta e as autarquias. Em sintonia com tal mudança, acompanhada pela Constituição mineira, a FJP foi declarada entidade de direito público. Que implicações isso teve e tem? A mudança de personalidade jurídica implicou, evidentemente, novas práticas e procedimentos no tocante a organização estrutural, plano de carreira, recrutamento e seleção de pessoal, aquisição de bens e serviços e administração orçamentária e financeira. Sem descer a maiores detalhes, interessa ressaltar que a instituição acabou sofrendo forte estreitamento em sua margem de autonomia decisória, com óbvias repercussões sobre a agilidade administrativa e operacional que desfrutava no regime jurídico anterior.

Segunda e também importante transformação guarda relação com a emergência de novas frentes ou campos de atuação da entidade que ganham materialidade em sua estrutura organizacional. Entre as novas vertentes de atuação, cabe citar a produção de estatísticas e informações com a criação, em 1992, de diretoria específica para lidar com a questão e o reforço das atividades de capacitação de recursos humanos, que passam a ser centralizados na Escola de Governo, criada em 1992, com nova diretoria da Fundação. Voltada ao atendimento e às necessidades da área pública, a Escola de Governo amplia as atividades de ensino da instituição com a implantação de cursos de graduação e pós-graduação, além de intensificar a oferta de cursos de aperfeiçoamento e de especialização.

Qual é o perfil atual da instituição? Com as transformações introduzidas ao longo dos anos 90, a FJP assumiu configuração organizacional extremamente rica, talvez única no País. Em outras palavras, a instituição congrega hoje três funções ou atividades que são estratégicas a qualquer administração pública moderna. Primeiro, a produção de estatísticas e informações sobre as várias dimensões da realidade mineira: dados econômicos como o PIB, estatísticas sociais, demográficas e de emprego, entre outras. Segundo, a realização de estudos e pesquisas aplicadas, abrangendo temáticas de grande relevância para a sociedade, como finanças públicas, criminalidade e violência, serviços de saúde,

educação e assistência social, patrimônio histórico e cultural, atividades urbanas, etc. Terceiro, a formação e o aperfeiçoamento de quadros da administração pública. São atividades estreitamente correlacionadas e com forte sinergia, o que favorece o aproveitamento de economias de escopo e permite ganhos de produtividade. Num paralelo, é como se a Fundação concentrasse em única organização, instituições que, no plano federal, materializam-se no IPEA, IBGE e ENAP.

Os anos 90, contudo, comporão um cenário relativamente adverso para as entidades e organizações públicas de modo geral e para a FJP em particular, refletindo a conformação objetiva da agenda reformista, que será adotada pelo Governo Federal no início da década, que tende a se disseminar em maior ou menor grau pelas diferentes esferas de Governo. Os contornos básicos dessa agenda reformista, que tem como eixo estruturante a redução do intervencionismo estatal na economia, são bastante conhecidos, combinando ações de privatização com a desregulamentação de um lado e a busca do equilíbrio fiscal de outro. Com isto, o núcleo central da formulação da política pública passa a ser impregnado pela idéia de limitar as funções do Estado e de reduzir seu tamanho, em detrimento da preocupação de melhor equipá-lo para o desempenho eficiente de suas atribuições. Em outras palavras, toma forma no período um movimento de desmonte do aparelho estatal, envolvendo o esvaziamento ou fechamento de órgãos públicos, redução do quadro de servidores por meio de mecanismos como demissão incentivada, achatamento salarial e adoção de práticas como terceirização, etc.

A Fundação não escapa ileso a esse cenário adverso, vindo a se defrontar, entre outros constrangimentos, com a perda de pessoal qualificado e com a gradativa redução dos recursos orçamentários disponibilizados para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, a despeito de tais adversidades, a instituição consegue obter resultados relativamente exitosos no desempenho de suas atribuições, apresentando avanços não desprezíveis em determinadas áreas. Tomo a liberdade de citar ações e atividades que evidenciam a vitalidade da instituição: o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano para o País e o Estado, feito em parceria com o IPEA e patrocinado pelo PNUD; a série de publicações da "Coleção Mineriana", com o apoio da FAPEMIG; o cálculo do PIB trimestral do Estado e a pesquisa trimestral de emprego e desemprego, feita em parceria com o IBGE; a pesquisa Origem e Destino, que está sendo realizada na Região Metropolitana; o sucesso obtido pela Escola de Governo na formação de administradores públicos, que faz com que a instituição seja incluída entre as 10 melhores instituições isoladas de ensino superior do País.

Ao mesmo tempo em que a instituição se mantém ativa, desenvolvendo trabalhos de inegável relevância, como acabei de citar, sua situação, do ponto de vista administrativo e operacional, revela-se no mínimo preocupante.

O requisito indispensável para o funcionamento de uma instituição de pesquisa e o bom desempenho de suas atividades é a existência de um corpo de profissionais experientes e qualificados e uma política de recursos humanos que assegure níveis satisfatórios de remuneração e apoio técnico.

Qual é a realidade atual da instituição, sob a ótica de seu quadro de pessoal?

A perda de profissionais qualificados e experientes, ocorrida nos anos 80 e, com mais intensidade, nos anos 90, em função de processos de demissão voluntária ou incentivada e, principalmente, de aposentadoria, vem afetando de forma sensível a composição quantitativa e qualitativa das equipes técnicas. Os dados relativos a outubro de 2001 mostram que a Fundação conta com 261 servidores, entre pesquisadores e servidores das áreas-meio. Para efeitos comparativos, esse quantitativo representa pouco mais da metade do total de funcionários de que a instituição dispunha em meados da década de 80.

O descompasso entre a evasão e a renovação de quadros, por sua vez, vai se refletir no balanço entre servidores ativos e inativos da instituição, que já se aproxima da relação de 1 por 1. Se se considerar que a média salarial dos servidores inativos é maior que a média salarial dos servidores ativos, chega-se a uma situação em que os gastos com inativos superam os dos ativos.

A perda salarial ocasionada pelos ajustes e modificações introduzidas na tabela de índices da Lei nº 10.324, que regulamenta a carreira de ciência e tecnologia, acentua ainda mais os contornos da situação preocupante vivenciada pela instituição. Os efeitos deletérios de qualquer processo de achatamento salarial são conhecidos, incidindo tanto sobre a motivação dos funcionários quanto sobre a capacidade de atração e retenção de novos quadros. Vou me ater ao segundo aspecto, para o qual disponho de dados que permitem visão abrangente das implicações advindas da erosão dos salários.

Em 1994, a Fundação conseguiu realizar o seu primeiro e único concurso público após a mudança do regime jurídico. Dos servidores concursados, 59 tomaram posse. De lá para cá, 19 servidores já se desligaram da instituição, gerando taxa de evasão de 32,2% sobre o total nesse período.

Em outras palavras, na realização episódica de concursos nem todas as vagas ofertadas serão preenchidas - os salários oferecidos não são, em determinados casos, suficientemente atraentes -, e, o que é mais grave, a instituição não consegue reter os novos quadros que recruta.

Se a situação é tão adversa, como a instituição vem conseguindo manter níveis satisfatórios de desempenho? A resposta envolve dois conjuntos de fatores: a Fundação ainda mantém, a despeito do esvaziamento sofrido nos últimos anos, corpo relativamente denso de profissionais experientes e qualificados, em sua ampla maioria comprometidos com a instituição, que preservam a memória, o trabalho nela realizado e usam o conhecimento acumulado para dar continuidade às atividades; segundo, há complementação da força de trabalho da instituição através da combinação de mecanismos diversos - parcerias interinstitucionais, contratação de serviços terceirizados, contratação temporária de consultores atrelados a projetos específicos, cessão temporária de servidores de outros órgãos da administração pública e utilização de serviços prestados por estagiários.

Essa solução, que não é a desejável, mas a possível, nas circunstâncias atuais em que a Fundação opera, apresenta, contudo, limites à sua adoção. O recurso ao trabalho externo complementa a capacidade interna de trabalho, mas não substitui nem prescinde dela. Só é possível recorrer a tal expediente se a instituição mantém recursos humanos próprios, que não apenas preservem sua identidade, mas que sejam capazes de viabilizar e dar sustentação aos projetos de pesquisa e demais atividades de sua competência. Vista sob esse ângulo de abordagem, a FJP se encontra muito próxima ao que se poderia chamar de linha de sobrevivência, isto é, a existência de um corpo mínimo de funcionários compatível com o desenvolvimento de suas atividades, sem o risco de deteriorização severa da qualidade dos trabalhos realizados e serviços prestados.

Numa projeção que fizemos para 2007, considerando apenas o efeito aposentadoria, a instituição estaria reduzida a 182 servidores, 40% de ativos e 60% de inativos.

Se nada for feito, viveremos uma espécie de morte anunciada, fazendo paralelo com a ficção do Garcia Marquez.

O mínimo necessário a se fazer é criar um plano de carreira, como o desta Assembléia, e realizar concursos públicos para a renovação dos quadros.

É relevante saber não quanto custa manter instituições de pesquisa, mas, sobretudo, quanto custa não mantê-las, porque não adianta termos política para pesquisa já que não conseguimos influenciá-las, avaliá-las. O Estado estaria simplesmente alocando recursos públicos, como os recursos constitucionais previstos, mas não teria controle e influência sobre eles. Estaria, basicamente, pagando a conta. Obrigado.

Palavras do Sr. Tarcísio de Campos Ribeiro

Vou apresentar a Fundação Ezequiel Dias. Ao fazê-lo, estarei falando de uma instituição de pesquisa e desenvolvimento a serviço de toda a população mineira e brasileira. Estávamos preparados para fazer uma palestra com "data show", mas, apesar de estarmos num fórum técnico, não conseguimos resolver, tecnicamente, o problema da projeção. Tentarei suprir essa dificuldade.

A nossa instituição foi inaugurada em agosto de 1907 como filial do Instituto de Manguinhos do Rio de Janeiro, sob a direção de Ezequiel Caetano Dias.

Com o falecimento de seu fundador em 1922, a instituição passou a ser denominada Instituto Biológico Ezequiel Dias. Em 1936 foi estadualizada, deixou de ser da esfera federal, de ser filial de Manguinhos, e passou a ser órgão da administração pública estadual.

Em 1970 foi transformada em fundação pública de direito privado, com dois fatos importantes: incorporação da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais e criação do Instituto Octávio Magalhães.

Em 1988 houve a alteração de sua personalidade jurídica para fundação pública de direito público, vinculando-se à Secretaria de Estado da Saúde.

São atribuições de nossa Fundação: produção de medicamentos e soros antipeçonhentos; atuação como laboratório central de saúde pública; desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas; formação de recursos humanos para a área da saúde.

A estrutura atual da Fundação é a mesma que adquiriu em 1973, com três diretorias que constituem atividades-fim e uma que dá suporte administrativo. Uma dessas diretorias é o Instituto Octávio Magalhães, caracterizado como Laboratório Central de Referência em Saúde Pública - LACEN -, dando suporte laboratorial às Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica. Essa é uma face pouco conhecida da Fundação. Aliás, temos feito palestras e cursos para Secretários Municipais de Saúde mostrando tudo aquilo que a FUNED pode fazer em prol de todos os 853 municípios mineiros. O objetivo principal é atuar na promoção da saúde pública como centro de referência estadual e nacional de diagnóstico laboratorial, por meio de pesquisa, desenvolvimento e transferências de tecnologias, exercendo ações efetivas de prevenção, proteção e controle de doenças e agravos à saúde, em consonância com as prioridades do SUS, visando oferecer melhores condições de saúde e vida à população.

Para melhor cumprir o seu papel, a Fundação está descentralizando o LACEN. Teremos 5 novos laboratórios, que serão brevemente inaugurados: Uberaba, Montes Claros, Teófilo Ottoni, Juiz de Fora e Pouso Alegre. Estão sendo preparados mais dois laboratórios: Uberlândia e Governador Valadares. A nossa meta é que até meados de 2002 sejam 12 laboratórios descentralizados. O objetivo é ficar mais próximo da população que necessita dos serviços de urgência desse laboratório central.

O Instituto Octávio Magalhães tem as suas linhas de pesquisa, principalmente no estudo de enterotoxinas, dos microorganismos anaeróbicos, contaminantes metálicos, micologia e micotoxinas e os exames de microscopia.

Outro órgão-fim da Fundação é exatamente a produção farmacêutica e de imunobiológico. Possivelmente, essa é a face mais conhecida da FUNED, não a mais importante, pois todas são de vital importância para a política de saúde do nosso Estado. A produção farmacêutica tem por objetivo produzir medicamentos de alta qualidade. Posso atestar que seriam bem aceitos nos centros mais avançados do mundo. São de alta qualidade e de baixo custo, para garantir a regularidade quanto aos programas especiais do Ministério da Saúde e, prioritariamente, ao Programa Estadual de Assistência Farmacêutica básica, que atende, pelo SUS, todos os municípios mineiros. Compete, também, à Diretoria de Produção Farmacêutica e de Imunobiológicos a produção de soros como parte integrante do Programa Nacional de Imunobiológicos do Ministério da Saúde.

Tínhamos uma linha de produtos da Fundação Ezequiel Dias, mas ficou prejudicada pela dificuldade na projeção. Apenas para se ter idéia da evolução, em termos de produção dos medicamentos para o SUS, em 1998 foram produzidas 185.545.000 unidades. Em 1999, 200 milhões de unidades. Em 2000, ano em que tivemos várias crises na FUNED, produzimos 285 milhões de unidades. Em 2001, deveremos fechar o ano com a produção de 430 milhões de unidades. Em 2002, estaremos preparados, a partir de maio, para a produção de 1.400.000.000 de unidades, com o aumento e a modernização da planta da nossa fábrica. Isso está sendo feito com recursos captados junto ao Governo Federal e com o suporte das verbas do Governo mineiro.

Vale destacar que a FUNED é o único laboratório no Brasil a produzir a talidomida. As pessoas mais antigas sabem das dificuldades provocadas pela talidomida nos anos 60, mas o que não sabem é que é um dos mais potentes anti-inflamatórios de baixo custo que somos capazes de produzir. Mais ainda: é medicamento coadjuvante na cura da hanseníase, no controle do HIV e fundamental em certos tratamentos de câncer e outras doenças infecciosas, como a tuberculose. Infelizmente, dada a dificuldade do controle público sobre a dispensação da talidomida, esta sendo usada somente para o tratamento da hanseníase e no coquetel para o controle do HIV. Para atender às Resoluções nºs 510 e 36, de 15/3/2001, a FUNED implantou normas e sistemas adicionais de segurança nas embalagens e nos rótulos dos seus medicamentos, assim como novo "layout" e serviço de atendimento ao consumidor através do SAC-FUNED, 0800. É muito importante salientar que a nova embalagem da FUNED permite ao médico fazer a dispensação e ensinar o uso correto dos seus medicamentos a analfabetos, já que os grupos terapêuticos podem ser identificados pelas suas cores. Em nossa fábrica, ainda produzimos soro antiofídico, antiescorpiônico, antitetânico, anti-rábico, antiaracnídeo, para atender 35% da demanda brasileira. Isso é feito em convênio com o Ministério da Saúde. Voltarei a essa questão dos soros no final da palestra, quando estiver falando da pesquisa.

Faz parte da nossa FUNED a Escola de Saúde Pública, com relevantes serviços prestados a toda a coletividade da saúde pública. É a única escola de saúde pública e está, atualmente, com dinamismo fantástico. Basta dizer que estamos comemorando, no mês de outubro deste ano, 55 anos da nossa Escola, que já formou em torno de 58 mil servidores para a saúde pública durante sua existência. Somente no ano de 2001 terá participado da formação de 7 mil pessoas destinadas a atendimento de saúde pública do Estado, o que pode mostrar o seu trabalho de excepcional qualidade.

Finalmente, falaremos de nossa diretoria do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. O objetivo é planejar e gerenciar pesquisas científicas e tecnológicas, criando áreas de excelência quanto ao conhecimento científico, em assuntos de retorno social, com o desenvolvimento de técnicas e processos, visando à melhoria contínua dos serviços e produtos desenvolvidos pela FUNED. Responde pela formação científica de pessoal e disseminação de informações científicas. As principais linhas de pesquisa: purificação e caracterização de enzimas, toxinas e outros fatores de produtos naturais, principalmente de peçonhas e artrópodes, serpentes e de componentes imunogênicos e imunologicamente ativos de toxinas microbianas e de peçonhas animais e estudos de caracterização, em nível molecular, dos genes que codificam os componentes naturais em espécies de serpentes e artrópodes; estudos de biologia celular "in vitro"; ação de substâncias tóxicas sobre diferentes linhagens celulares;

estudos e propagação em cultura de vírus de importância médica; desenvolvimento de produtos a serem aplicados na área da saúde humana e veterinária, com ênfase na produção de liposomas. Estou olhando agora para a nossa pesquisadora, autora desses trabalhos, Dra. Taís Viana. Apenas para destacar a importância dessa linha de pesquisa, estava na projeção, é mais fácil de visualizar, estamos falando de vacina antiofídica. Por enquanto, produzimos soro, mas vamos produzir vacinas, ou seja, futuramente, os grupos de risco tomarão vacina, não mais o soro. Isso vai ser de vital importância para o desenvolvimento da nossa agropecuária e para o salvamento de vidas humanas, grupos de risco.

Um setor importante, na nossa linha de pesquisa, é o que faz os "kits" de diagnósticos. A FUNED tem desenvolvido vários "kits", já colocados em prática em nosso laboratório. Os desenvolvidos são de leishmaniose canina, toxoplasmose, doença de Chagas, cisticercose, dengue, doenças virais por biologia molecular e para identificar e quantificar veneno de animal envolvido em acidente.

O nosso corpo técnico é altamente qualificado. Contamos com 29 mestres, 13 doutores, 5 pós-doutores, 39 especialistas, além de estagiários e bolsistas. Desenvolvemos projetos em parceria com a FAPEMIG e órgãos vinculados à Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Esta parte exposta teria três a quatro minutos no "data show". E, aí, entraríamos no objetivo de nossa palestra, "Fatores críticos para o crescimento institucional".

É importante o fortalecimento dos Conselhos Curador, Científico e Fiscal da FUNED, o que está acontecendo com nosso novo estatuto, já aprovado e que chegará, mediante anteprojeto de lei, brevemente a esta Casa; a política de recursos humanos específica para os órgãos de ciência e tecnologia; o plano de carreira, que também deverá dar entrada brevemente a esta Casa; a reestruturação organizacional, que está em curso; concurso público - mais da metade de nossa força de trabalho está constituída de contratos administrativos, o que é uma lástima para a fundação. Além disso, deve ser discutido o perfil do dirigente ideal para uma fundação dessa natureza, o qual deve ser provido de mandato. Por fim, acreditamos necessário o fomento aos órgãos de pesquisa, com destinação de recursos e pesquisa para as instituições de ciência e tecnologia.

Nos últimos dois anos, temos recebido grande número de projetos aprovados e financiados em níveis estadual e federal.

Palavras do Sr. Fernando Alves

Trago, de modo especial, a palavra de reconhecimento do Prefeito Célio de Castro à Assembléia Legislativa quanto à feliz iniciativa de colocar a ciência e a tecnologia na pauta do dia.

Farei tão-somente dois registros. O primeiro refere-se à importância da ciência e da tecnologia e a quanto o tema precisa alçar a pauta de prioridade do País, não somente porque está diretamente ligado à independência e à soberania do povo, mas também devido ao seu papel no desenvolvimento da condição humana.

Se tomamos a ciência e a tecnologia como manifestação do pensamento do homem, que reconhecemos inconcluso, inacabável e inesgotável, a ciência é a avenida segura por onde pode caminhar para o desenvolvimento. Nessa avenida, a pesquisa é o veículo de transposição e de passagem, que oferece ferramentas seguras para tal desenvolvimento.

A Prefeitura registra seu apoio e sua disponibilidade para formar parcerias em defesa das instituições aqui representadas, porque acredita que defendê-las é defender o povo de Minas Gerais.

O segundo registro refere-se a um tema que nos foi suscitado pela Profa. Magdala, do CETEC, qual seja a cidadania. Não só em sua fala, mas também em comentários anteriores, mostrou que, pelo viés da cidadania e pelo seu resgate, precisamos defender o tema da ciência e da tecnologia e seus sujeitos sociais. O Estado, em suas dimensões federal, estadual e municipal, ainda não chamou à sua responsabilidade o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, temas reconhecidamente importantes para o desenvolvimento do nosso povo. Ao não fazê-lo, o cidadão pesquisador tem sido o porta-voz da luta por esse desenvolvimento. Isso foi retratado fielmente na fala dos que me precederam, com destaque para o pronunciamento da Profª Magdala, que disse que as condições de cidadania do povo estão diretamente vinculadas ao tratamento que damos à ciência.

A Prefeitura de Belo Horizonte coloca-se aberta para a aliança estratégica em defesa da democracia e da cidadania.

Palavras do Sr. Antônio Orlando Macedo Ferreira

Trago mensagem escrita do Prof. Antônio Salustiano, em que registra ser um privilégio saudar a Assembléia Legislativa pela iniciativa deste evento, tomando em conta o momento tão apropriado, que é o ano 2001, decretado pelo Governador o Ano da Ciência e da Tecnologia em nosso Estado.

Saudamos a todos os que aqui se encontram, certamente voltados para uma virtuosa, densa, abrangente e comprometida reflexão das realidades institucionais, do conjunto das instituições de pesquisa e de serviços técnicos e científicos vinculados ao Governo Estadual. (- Lê:)

"Estamos convictos de que os trabalhos a serem conduzidos neste fórum, as reflexões e as proposições dele decorrentes deverão revelar as atuais adversas condições estruturais e conjunturais já apontadas pelo Dr. Cláudio Gontijo, e que são de todos largamente conhecidas. No entanto, isso não deve nos impedir de oferecer contribuições responsáveis, indispensáveis ao assentamento de perspectivas, às redefinições e às reconstruções dos marcos e das diretrizes das nossas instituições, todos plasmados pelas visíveis necessidades de generalizada atualização dessas mesmas instituições, por certo articuladas às suas modernizações, às suas elevações de possibilidades produtivas, às suas capacidades, e comprometidas em responder às demandas e às carências sociais. São convicções que, de resto, exprimem inteiramente as preocupações, o pensamento e as posturas de nosso Governador.

A passagem de Itamar Franco pela Presidência da República avaliza-o. Colocou, como Ministro de Ciência e Tecnologia, um dos mais legítimos filhos da comunidade da pesquisa, o Dr. José Israel Vargas, e seu Governo atingiu os mais promissores e elevados indicadores de ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento da história deste País.

Iniciativas do porte deste fórum conferem substância e permitem estruturar políticas de ação governamental, ampliando os esforços permanentes desenvolvidos pela Secretaria da Ciência e Tecnologia e pelo Governo do Estado em várias frentes de trabalho, desde a estruturação de diretrizes para a área, a valorização e a recuperação de seus recursos humanos e a captação de recursos financeiros até a busca obstinada de formas e composições institucionais, que possibilitem ao sistema estadual de ciência e tecnologia grau de autonomia econômica e financeira com ações mais incisivas nos cenários sociais, econômicos e culturais dos diversos segmentos da sociedade e da base produtiva do Estado. Mais ainda, que lhe dê capacidade de gerar e incorporar o conhecimento, particularmente sob a forma de inovação tecnológica dos processos, produtos e sistemas, tanto da indústria quanto da agropecuária e do comércio, com reais reflexos sobre a formação

de rendas e emprego, contribuindo para o resgate da soberania do País em face da ideologia do pensamento único e da subordinação ao G-7".

O Secretário lamenta estar, neste momento, fora da Capital. Pede desculpas pela ausência na abertura do fórum, mas acredita estar sendo "representado por dois de seus mais corretos, dedicados e diligentes assessores, os Drs. Paulo Gontijo e Antônio Macedo". Certamente, no período da tarde, aqui estará prestigiando os trabalhos. Manifesta, desde já, seu reconhecimento e sua confiança nos resultados a serem buscados neste evento.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Piau) - Daremos, agora, início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores, encaminhando as questões por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizar, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - Já temos, então, duas perguntas. Enquanto o pessoal se prepara, gostaríamos de fazer alguns comentários. Inicialmente, gostaríamos de revelar a alegria em tê-los aqui. A presença dos pesquisadores, dos servidores das instituições de pesquisa e desenvolvimento ou de ciência e tecnologia hoje é maciça, mostrando o grau de preocupação dessas instituições. Gostaria também de parabenizar a comissão que preparou este fórum, os representantes das empresas, a assessoria desta Casa, e de fazer uma homenagem especial ao Dr. Eliton Barros, que ajudou muito na organização deste encontro. Quero agradecer ao Presidente, Deputado Antônio Júlio, que aquiesceu de pronto a nossa solicitação. Na verdade, neste evento, Crise e Perspectivas das Empresas de Ciência e Tecnologia, queremos ouvir e debater bastante. Queremos, sobretudo, achar soluções. Essa é a nossa palavra-chave de hoje até amanhã. Temos que encontrar caminhos. Pelas exposições das empresas, podemos verificar que a situação, na verdade, é grave, sobretudo nos quadros de pesquisadores, na parte orçamentária, sob a ótica de que ciência e tecnologia ou pesquisa e desenvolvimento não são uma questão de governo, e sim de Estado. Temos governo cuidando do Estado. Portanto, deve haver uma situação duradoura no caso dos governos, que deverão, evidentemente, cuidar dessa fase de transição. Entra governo, sai governo, e devemos encontrar um caminho para uma estabilidade maior no processo de desenvolvimento científico e tecnológico em Minas Gerais. Sempre falo que, nessa fase que estamos vivendo hoje, dentro da ditadura, estamos buscando a democracia e vivendo a verdadeira fase da anarquia neste País. É claro que temos que ter todo o controle, todo o esforço para transpor essa fase difícil, porque queremos chegar à democracia de fato. Para isso, exige-se um esforço um pouco maior.

Antes do início do evento conversávamos, e alguém dizia que o pesquisador tem que pesquisar, produzir ciência e tecnologia, produzir novos processos para que o Estado se desenvolva. Isso é verdade, mas, infelizmente, na fase de anarquia, deve haver um esforço a mais para a mobilização, para a participação e, evidentemente, para a cidadania. Esperamos que, ao invés do rótulo apenas de pesquisador, tenhamos pesquisadores cidadãos, nessa fase de transição que estamos vivendo.

Apenas para provocar, quero dizer que ouvimos muito, sobretudo os representantes do Governo. Ouvimos o problema da dívida do Estado, o problema da falta de apoio do Governo Federal, e temos os dados do orçamento de 2001: R\$226.000.000,00 para a FAPEMIG, a EPAMIG, a Fundação João Pinheiro, a FUNED e o CETEC. Para o ano de 2002, são R\$219.000.000,00, portanto, foi diminuído o orçamento das cinco instituições de pesquisa em 10%. Por outro lado, o orçamento do Estado passou de R\$17.500.000.000,00 para R\$19.500.000.000,00, um aumento aproximado de 10%. Essas são coisas que, na verdade, não compreendemos nesta Casa, como parlamentares.

Há um dado apurado hoje e que parece absolutamente estarrecedor. Fala-se que o Brasil aplica em torno de 1% do PIB no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Alguns citam o dado de 0,8%, e outros, o de 1%. Fala-se que os Estados Unidos aplicam em torno de 3% do seu PIB em ciência e tecnologia. É dada também uma referência máxima da Coreia, hoje um dos países que conseguiram, sem recursos naturais, achar o caminho do desenvolvimento, já tendo aplicado 8% do seu PIB em ciência e tecnologia. Fazendo um cálculo rápido, para um PIB mineiro de US\$53.000.000.000,00, em torno de R\$140.000.000.000,00, com essa aplicação de R\$226.000.000,00, em 2001, acharemos um percentual de 0,15% aplicado em ciência e tecnologia.

Tudo foi falado em termos de equipe que gasta dinheiro, foi falado de estrutura que gasta dinheiro. Estava conversando neste final de semana com o pessoal da EPAMIG, e vimos que essa empresa não tem dotação orçamentária para projetos de pesquisa. Quer dizer, todos os recursos para projeto de pesquisa são captados fora. Essas são situações absolutamente limitantes do desenvolvimento científico e tecnológico. Acredito que o mesmo está acontecendo com as outras empresas de pesquisa.

Então, isso são dados, são números, e não vai aqui nenhuma crítica. Sempre digo que não estamos falando deste Governo, porque, com relação à FAPEMIG, nenhum governo cumpriu os 100%, mas é claro que temos que cobrar deste Governo, porque é ele que está no momento e que tem a responsabilidade de mudar os destinos da ciência e da tecnologia em Minas Gerais. A nossa preocupação é que Minas está perdendo espaço de desenvolvimento no contexto do Brasil. Portanto, vejo que o Governo Federal tem inúmeras falhas. Particularmente, não concordo com vários aspectos, mas temos que fazer a nossa comparação com os outros Estados, pois tudo está dentro do Brasil. Infelizmente, Minas, no seu aspecto de desenvolvimento, está ficando mais acanhado, um Estado que não investe no ensino superior, como constatamos no caso da UEMG e da UNIMONTES. Ele é o 12º Estado em investimento no ensino superior. Não sei os dados dos outros Estados, mas tenho a certeza de que o Rio de Janeiro e São Paulo aplicam mais do que 0,15%. Não é por acaso que São Paulo e o Rio estão ganhando a dianteira no desenvolvimento, com Minas ficando acanhado.

Então, essas são questões, realmente, de decisão de estadista. Esperamos que o nosso Governador Itamar Franco, pessoa que prezamos e que, aliás, quer ser Presidente da República, demonstre, no aspecto da ciência e da tecnologia e do ensino superior, que, na verdade, ele não é apenas um político, mas um estadista. Estamos esperando esse seu comportamento para acreditarmos, realmente, que ele tem condições de comandar os destinos de uma nação. Portanto, fica aqui o nosso alerta.

Não quero me delongar muito, mas chamo a atenção para mais um detalhe. Diagnosticamos muito, falamos muito, o evento está traçado bem objetivamente para a busca de solução de fato. Como disse o nosso companheiro da Fundação João Pinheiro, estamos no limite da sobrevivência, e acredito que não é isso o que a sociedade mineira quer. Aliás, a sociedade pode até não dar palpite, mas temos a responsabilidade de entender que isso é importante para ela.

Existe uma pergunta para todos os apresentadores das empresas, do Fernando Madeira, pesquisador do CETEC: "Considerando que a instituição de pesquisa é composta por diversas correntes de pensamento, experiência e competência, como a instituição trabalha a inteligência, na sua opinião? Aliás, medidas podem ser tomadas para permitir que todo o potencial das instituições de ciência e de tecnologia possa ser, efetivamente, aproveitado no interesse do Estado?". Passo a pergunta, inicialmente, à Sra. Magdala para que possa a ela responder.

A Sra. Magdala Alencar Teixeira - Acho que, sem dúvida nenhuma, uma instituição de desenvolvimento tem que primar por privilegiar a inteligência, a formação e tem que cobrar a responsabilidade. Acho que isso é a questão do trabalho. Esse alicerce, sem dúvida, precisa ser trabalhado em uma instituição de desenvolvimento, qualquer que seja ela. Deve haver a formação de recursos humanos naquilo que é

pertinente à instituição e nos melhores programas de formação de recursos humanos, exatamente para trabalhar no desenvolvimento da excelência. Diria isso: formação e responsabilidade, dois pilares para a sustentação de uma instituição de pesquisa tecnológica. O CETEC possui um programa de capacitação de recursos humanos, até pela perda destes ao longo dos anos, desta última década. Chegamos a perder, aproximadamente, 50% do corpo de pesquisadores nesta última década. Por causa disso, nem sempre tem sido possível enviar os pesquisadores para formação naquilo que há de melhor no País ou no mundo, para um maior retorno para a instituição. Entretanto, os pesquisadores, com esse potencial para o desenvolvimento tecnológico, para o crescimento, têm sido estimulados a participar de programas de pós-graduação, preferencialmente dentro do Estado e dentro da UFMG, onde temos uma pós-graduação de excelência. Neste ano, tivemos um pesquisador mandado para Campinas, porque, na sua área de competência, ele deveria ter formação em Campinas. Essa é uma questão. Eles têm sido licenciados em tempo parcial, essa é nossa preocupação permanente e deve ser institucional. Obrigada.

O Sr. Marcelo Franco - O reconhecimento ao mérito do pesquisador é um grande desafio que não conseguimos romper. Entendo que a criatividade e o preparo do pesquisador são importantes e devem ser estimulados. Estamos com alguns mecanismos que poderão formalizar esse tipo de processo, por meio do reconhecimento da capacidade intelectual gerada. Entendo que isso é um desafio e creio que esta Casa e o Governo federal já estejam atentos a isso. Precisamos reconhecer o mérito, por meio da recompensa e do estímulo, para que esse indivíduo produza, porque não podemos manter um pesquisador treinado, capacitado no nível que temos, com os níveis de salários praticados atualmente. Talvez, o Estado em si não seja o único responsável por tratar a questão. Temos que ser criativos para envolver o setor privado e até o município, no propósito de reconhecer a competência e a capacidade do pesquisador e da instituição de pesquisa. Creio que isso passa por um mecanismo de identificação do mérito e também por apoio, do ponto de vista de reconhecimento desse mérito e das condições de trabalho. Entendo que esse é um desafio que ainda não foi superado no nosso País.

O Sr. Ricardo Carneiro - É uma questão geral. Gostaria de fazer apenas duas observações. Primeiro, existem os instrumentos para o fomento da ciência e da tecnologia no Estado. Quando se olha para a pesquisa feita no âmbito das instituições de pesquisa do Estado, temos que entender que são pesquisas aplicadas. Para lidar com essa questão, são necessários dois mecanismos básicos. Primeiro: a definição de uma política de ciência e tecnologia para o Estado, ou seja, o que é relevante para o Estado. Isso não pode ficar apenas a cargo do pesquisador. Segundo: a existência de uma política de recursos humanos que reconheça e valorize o mérito do pesquisador. Também deve casar aquilo que faz com o que é relevante do ponto de vista do Estado, que, em última instância, está financiando as instituições de pesquisa.

O Sr. Tarcísio Campos Ribeiro - Vou responder à questão citando dados da FUNED. Temos 337 funcionários efetivos, sendo que, desses, 205 foram efetivados com base na nova emenda constitucional aprovada por esta Casa. Temos 340 contratos administrativos, 68 terceirizadas pela MGS e 57 estagiários. Como qualificar os sem-nada, funcionários com contrato administrativo? Não têm direito à estabilidade, a nada. É o tipo de vínculo trabalhista mais precário que existe. Para que esse pessoal tenha o nível de qualidade que a FUNED precisa - de pós-graduação e pós-doutorado -, é vital fazer concurso público.

Estamos na iminência de ter aprovado o nosso quadro, que vai nos permitir a realização de concurso público. O pesquisador da FUNED vai entrar com um salário de R\$928,00. Como vou fazer um concurso público com um nível salarial desses? Essa questão precisa ser resolvida, porque é quase impossível pensar em concurso público para pesquisadores de ponta, que trabalhem em pesquisas de importância fundamental para o mundo, ganhando um salário tão pequeno. Essa questão tem que ser resolvida, caso contrário não há como incentivar os candidatos. Lembro que vivemos num país capitalista, onde o salário é a primeira medida do sucesso. Muito obrigado.

O Sr. Sebastião Gonçalves de Oliveira - Vou fazer um comentário de cunho estratégico e gostaria que fosse comentado pelos ilustres Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Paulo Piau e pelo outro dirigente que gerou o comentário. É com relação à importância estratégica das instituições do Estado para o Estado de Minas Gerais. Isso é importante principalmente para os senhores, que são os nossos representantes. São essas instituições, já nomeadas, e somente elas que asseguram ao Governo do Estado o exercício da soberania nas questões de política de ciência e tecnologia para o Estado. Isso precisa ser entendido pelos senhores e por nossos governantes. São essas instituições que asseguram ao Governador a soberania.

Entretanto, como um Estado que deveria e deve ter compromisso com a redução da pobreza, como destacado pela Dra. Magdala, que tem no seu PMDI diretrizes para a geração de renda e emprego com suporte de ciência e tecnologia, não dá a essas instituições a condição mínima para que possam assegurar ao Governo formas de fazer aliança com a estrutura fantástica que Minas Gerais tem? Temos o registro de 12 instituições no Estado com uma estrutura fantástica. Quem pode assegurar ao Governo de Minas uma forma de fazer aliança com essas instituições são as instituições do Estado. Mas essas instituições estão nessa situação que os senhores colocam, a exemplo da questão do salário, como comentado pelo Dr. Tarcísio.

Quero saber como vêem a situação dessas instituições para que dêem ao Governador essa soberania de que precisa. O Governo, com as instituições federais, vai ter que se submeter às ingerências do Conselho de Reitores para que alguma coisa possa ser feito. Entretanto, com essas instituições, o Governo pode determinar: "Quero a execução da minha política de tecnologia direcionada nesse sentido". Muito obrigado.

O Sr. Cláudio Gontijo - Na verdade, assistimos, no País, a uma estratégia da União de sufocar os Estados e os municípios para enquadrá-los numa política econômica de geração de recursos para cobrir os serviços da dívida pública, que no ano passado chegou a mais de R\$100.000.000,00. Aliás, por isso, o Brasil não tem dinheiro para ciência e tecnologia, para educação e para nada. Só há dinheiro para pagar taxas de juros que são absurdas. Trata-se do patrocínio da agiotagem oficial.

Vivemos em várias camisas-de-força, inclusive da Lei de Responsabilidade Fiscal, que de responsabilidade fiscal não tem nada. É uma lei para provocar a geração de superávit. É um verdadeiro AI-5 do Governo Fernando Henrique Cardoso sobre os Estados.

A idéia de utilizar as instituições para fazer uma aliança com as instituições federais no Estado é interessante e pode ser utilizada. Na verdade, o pouco de política independente que tem sido feito no Estado tem sido através das instituições estaduais.

Aproveito ainda para dizer que Minas Gerais não está perdendo participação no PIB nacional, porque os dados mostram que a economia mineira tem mantido e, na área industrial, crescido, a sua participação, ao contrário do Rio de Janeiro e, principalmente, de São Paulo. Minas Gerais ocupa o terceiro lugar no índice de competitividade, terceiro lugar nas decisões de investimento e segundo lugar de arrecadação, tendo, no mês passado, ultrapassado o Rio de Janeiro. Muito obrigado.

O Sr. Antônio Orlando Macedo Ferreira - Temos um constrangimento de natureza financeira que estamos tentando superar através de um arranjo institucional de tal maneira que as instituições estaduais possam ter determinado tipo de recurso cativo oriundo da transferência de ações de determinadas companhias rentáveis do Estado, a exemplo da CEMIG e da COMIG, de tal maneira que possamos dar uma liberdade financeira e econômica, ou seja, elevar o grau de liberdade econômica e financeira para que as instituições estaduais possam ampliar a sua capacidade de articulação.

No que tange à relação direta das secretarias ou do chamado Núcleo Central de Governo, estamos enfrentando dificuldades enormes em relação à interlocução. O exemplo clássico conhecido foi o recente fórum nacional de ciência e tecnologia e inovação tecnológica, para o qual o Governador do Estado não foi sequer convidado nem o Secretário de Estado. Foi convidado porque houve uma conversa pessoal entre um dirigente mineiro, do alto escalão em Brasília, com um dirigente do Estado de Minas Gerais. Temos enorme dificuldade de interlocução no

sentido de estabelecer cooperações mais abrangentes com o Governo Federal.

Quanto à questão do dinheiro cativo e do absurdo aparente de buscar recursos, ou seja, de a EPAMIG ou outras instituições não terem recursos cativos para desenvolver seus próprios projetos, foi em decorrência de uma política estabelecida em função desta Casa com a criação do percentual constitucional para a FAPEMIG, da estruturação desta, que estabeleceu que o processo seria concorrencial. Portanto, a captação do recurso para a pesquisa é realmente através de concorrência, e não da locação cativa de recursos para as instituições.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Achei muito interessante a pergunta do Sr. Sebastião sobre qual seria a participação efetiva desta Casa quanto ao exercício da soberania e da cidadania. Estamos no caminho certo, Prof. Sebastião. Quanto à promoção deste debate, estamos ouvindo vários pesquisadores, professores e o Governo aqui praticamente presente. Sabemos das dificuldades que ciência e tecnologia têm enfrentado em Minas Gerais, mas, diga-se de passagem, a nossa Comissão, através do nosso dinâmico Presidente Deputado Paulo Piau, temos buscado efetivamente a cobrança junto ao Governo Estadual.

Sua colocação é perfeita quando fala em parceria com o Governo. Vejo que a escola, a cultura, a ciência e a tecnologia deveriam ter, obrigatoriamente, uma permanente parceria com o Governo Federal, sendo interligados a todo instante.

A ciência e tecnologia não são do Estado, são do Governo Federal, da Nação, é o exercício da cidadania. Esta Casa Legislativa tem dado provas de sua preocupação com a questão, cobrando atitudes dos Governos Estadual e Federal. Sabemos das dificuldades enfrentadas pela pesquisa, pela ciência e pela tecnologia. O Deputado Paulo Piau relatou-nos a situação do orçamento para 2002, que está sofrendo diminuição quando deveria ter uma cota significativa para atender às necessidades da pesquisa. A Assembléia Legislativa tem cumprido o seu papel, e cabe aos representantes na Câmara e no Senado dar a sustentação necessária a Minas Gerais.

A Sra. Magdala Alencar Teixeira - Esse é um ponto muito interessante para discussão. Temos uma grande competência instalada no Estado para desenvolvimento científico e tecnológico que deve ser maximizada. Esse ponto deve ser discutido porque o tempo dessas instituições é diferente. O tempo de desenvolvimento de uma pesquisa dentro da universidade, como objetiva a formação de recursos humanos, que é a atividade mais nobre da universidade, voltada para a formação do conhecimento em si, é diferente. Não podemos, para fechar um pacote tecnológico, no CETEC, com um projeto de pesquisa, aguardar o julgamento na ordem normal de entrada na FAPEMIG, porque estaríamos perdendo tempo em um projeto desenvolvido em parceria com instituições de pesquisa e atendendo à demanda de uma secretaria de Estado. Isso quer dizer que um determinado projeto é política de Estado, e temos que aguardar um tempo muito longo fazendo com que aquilo deixe de ser prioridade ou o setor produtivo perca o momento de competição lá fora. Foi uma boa pergunta que merece uma discussão profunda.

O Sr. Marcelo Franco - É perfeito o raciocínio do Dr. Sebastião. Nascemos dentro do princípio de cooperação, inclusive com o Governo Federal. Mas a Constituição de 1988 afastou o Governo Federal das nossas unidades federativas, transferindo essa responsabilidade quase exclusivamente para o Estado, o que foi um grande erro. Tínhamos, até 1988, uma instituição fortalecida e, com o afastamento do Governo Federal, houve grande prejuízo. O momento é oportuno porque quando o País se abre para uma globalização e uma competição acirrada, principalmente no nosso setor, bastante desleal, o Estado passa a ser dependente dessas políticas públicas federais e não dispõe de mecanismos suficientes para apaziguar as desigualdades sociais, econômicas, ficando prejudicado o aspecto competitivo. Fomos expostos a uma competição desleal com relação ao algodão, trigo, arroz e, recentemente, à pecuária leiteira, sem falar na preocupante questão do café. Precisamos da participação do Governo Federal para possibilitar que o Estado cubra essas deficiências. Aqui temos presentes as empresas federais, através das universidades e dos centros, mas verificamos que a recuperação do semi-árido dependeu da EPAMIG. A recuperação da agricultura familiar depende, em grande parte, do nosso esforço, no caso da banana, do abacaxi e inúmeros outros produtos. Estamos fazendo um trabalho extraordinário na área da fruticultura e da olericultura e temos pouco respaldo.

A questão da captação de recursos sempre foi competitiva. O que tem prejudicado é a forma dessa competição, quando se tem um CEAG dentro da FAPEMIG e uma câmara com 12 representantes do Governo Federal sem nenhum representante do Governo Estadual. Alguns recursos a nós destinados seriam, não na captação do projeto, mas basicamente para recompor a infra-estrutura, porque não temos, há uns 15 anos, um tostão de investimento para laboratório e manutenção dos nossos equipamentos. Temos 20 fazendas experimentais e precisamos mantê-las. Passamos nossa receita bruta de R\$1.800.000,00 (do real para cá) para R\$5.000.000,00. Mas sentimos, como o produtor, a crise do leite e, mais recentemente, a do café, quando perdemos R\$1.000.000,00, ou 20% dessa receita.

Reivindicamos melhor distribuição dos recursos, uma distribuição competitiva, de forma a não tirar todos os nossos pesquisadores quando já se encontram formados. Perdemos grande parte dos nossos pesquisadores, doutores para as universidades federais e para o setor privado porque nossa remuneração é deficiente, e nossas condições de trabalho, precárias. Queremos apoio para investimentos. O Governo Federal tem que assumir sua parte porque, ao se afastar, prejudicou-nos seriamente. Estamos dispostos a competir, mas é necessário o fortalecimento de nossas empresas estaduais. Não podemos nos submeter a uma competição indiscriminada, sem apoio.

O Sr. Ricardo Carneiro - Farei uma brevíssima consideração sobre o papel estratégico das instituições de pesquisa do Estado. Disponibilizar recursos para ciência e tecnologia e não manter suas instituições é um contra-senso, uma temeridade. Pode-se levantar a questão de que a pesquisa poderia ser produzida por instituições não estaduais, já que o importante é a produção, tanto fazendo quem produziu. Sendo esse o raciocínio, trata-se de pensamento equivocado porque a importância estratégica das empresas de ciência e tecnologia do Estado não é apenas da produção enquanto pesquisa, é um mecanismo que o Estado e a sociedade mineira dispõem para influenciar, interferir sobre aquilo que é produzido e avaliar a qualidade do que é relevante. Se a sociedade aloca recursos do orçamento para ciência e tecnologia e não tem capacidade de aquilatar o que é feito, poderíamos estar jogando dinheiro fora. O papel das empresas não é só produzir, mas também opinar a respeito daquilo que é produzido. Sem as instituições existentes, estaremos cometendo um desperdício de dinheiro público.

O Sr. Tarcísio de Campos Ribeiro - Quando se fala em soberania, chamo a atenção para o papel de laboratório oficial, produtor de medicamentos, que, às vezes, passa despercebido.

É claro que produzir medicamento de alta qualidade e baixo custo é muito importante, mas foi exatamente devido a essa capacidade científica e tecnológica dos laboratórios oficiais que foi possível a implantação da política de genéricos no Brasil. Antes, nem se pensava numa política de medicamentos genéricos. Hoje isso é possível porque existe laboratório oficial preparado para produzir, em quantidade e qualidade, medicamentos necessários à saúde pública.

Outro aspecto muito importante que vivenciamos neste segundo semestre de 2001 é a quebra de patente. A autorização compulsória para produção de medicamentos, ou seja, a chamada quebra de patentes só é válida se o País tiver condições tecnológicas de produzir o medicamento. Se ficar na dependência de comprar o insumo do detentor da patente, o preço será o mesmo. O laboratório oficial é de fundamental importância. Essa queda-de-braço dentro do Governo Federal com relação aos anti-retrovirais só teve sucesso e fez os laboratórios Roche e Merck voltarem atrás e abaixarem o preço do medicamento, porque tínhamos laboratório oficial em condições de produzir o insumo e transformá-lo em medicamento, como é o caso da FUNED. Obrigado.

O Sr. Presidente - Antes de passar à outra pergunta, quero também comentar sobre essa pergunta do Sebastião. Precisamos de uma política de ciência e tecnologia no Estado que envolva o Governo Federal, sim. O Dr. Marcelo Franco tem razão. Minas Gerais é Brasil, portanto, o que estamos esperando colher deste encontro, Sebastião, é que possamos oferecer ao Estado medidas - já havia algumas sugestões das empresas

- nessa direção.

O Brasil é pobre em políticas públicas. Infelizmente, não aprendemos a pensar estrategicamente. É um defeito cultural nosso. A sociedade não tem massa crítica, então, a responsabilidade de quem tem um pouco mais de consciência e visão estratégica de país ou de Estado é diferenciada do restante da comunidade neste momento. Temos de fazer essa travessia até que os nossos governantes, de maneira geral, pensem no País em termos de definição das políticas públicas. O que ocorre com a ciência e a tecnologia é a mesma política do leite. Perdemos, nos últimos cinco anos, 700 mil produtores de leite neste País. É essa política que queremos? Existe alguém pensando estrategicamente nesse pessoal que está vindo para a periferia das cidades? Se o êxodo rural está ocorrendo de fato, é por causa de uma política atrapalhada de reforma agrária. Pega-se um trabalhador da cidade e dá-se um pedaço de terra para ele. Isso não é nenhum prêmio, é castigo. Em contrapartida, o produtor está saindo do campo, vindo para cá. Se o Governo não enxerga isso, imagine se vai enxergar a necessidade de ciência e tecnologia. Então, temos de fazer o que estamos fazendo hoje: criar massa crítica, e não ficar apenas no discurso. E o parlamento é o local para isso. Os projetos do Governo são de curto prazo, e temos de ajudá-lo a pensar estrategicamente.

Você falou sobre geração de emprego e renda, sobre soberania. Vou citar o exemplo da EMBRAER, que caracteriza bem o que está ocorrendo. Essa empresa estava fazendo prospecção para montar a sua segunda indústria de aviões. Minas Gerais era uma alternativa. Participei desses contatos, e o Triângulo era uma alternativa. Só que São Paulo ganhou. E não foi apenas por pressão política do Mário Covas, não. É porque a FAPESP ofereceu R\$10.000.000,00 por ano em investimento em ciência e tecnologia para a indústria aeronáutica. Como Minas Gerais poderia competir nesse aspecto, se está investindo R\$25.000.000,00 por ano em todas as áreas do conhecimento? Evidentemente que perdemos.

Quando critico Minas, não estou, absolutamente, querendo criticar este Governo. A visão do desenvolvimento em Minas está ausente há vários governos. Enquanto o Rio investe R\$100.000.000,00 na FAPERJ, Minas tinha de estar investindo R\$100.000.000,00 também. Investiu no ano passado menos de R\$30.000.000,00. Enquanto São Paulo investe quase R\$300.000.000,00, Minas poderia investir umas três vezes menos, porque nossa economia é três vezes menor, mas, percentualmente, deveríamos estar competindo. É para essa falta de visão estratégica que precisamos aproveitar este momento e tentar sensibilizar quem está com as rédeas na mão, bem como o Governo Federal, para que possamos avançar.

Vou passar à próxima pergunta e, então, Macedo, permitirei que volte a esse assunto. Pergunta do Nilson de Souza Amauri, engenheiro-mecânico do CREA: "Considerando que o PIB de qualquer país ou Estado é sustentado pela pesquisa em ciência e tecnologia, não seria a única solução inteligente a multiplicação do investimento nessa área?". Essa pergunta poderia ser respondida pelo Dr. Cláudio e também pelo Dr. Macedo.

O Sr. Cláudio Gontijo - Gostaria de fazer uma correção em relação a alguns dados. É claro que Minas Gerais não tem os recursos que gostaríamos de ter para investir na área de ciência e tecnologia do Governo. Estamos falando da iniciativa do setor público. Essa situação, como já dissemos, decorre da crise financeira do Estado como um todo. Temos um déficit financeiro no setor público estadual da ordem de R\$1.000.000.000,00 por ano. Isso é resultado de uma dívida. Apenas a dívida flutuante herdada por este Governo estava em R\$4.700.000.000,00. Hoje está em R\$3.700.000.000,00. E como este ano já temos um superávit acumulado da execução orçamentária de R\$280.000.000,00, isso faz prever que no ano que vem vamos alcançar o equilíbrio financeiro. Então, no momento em que isso for conseguido, evidentemente o Estado terá os recursos necessários para investir em todas as áreas. A dificuldade foi herdada, e o Estado ficou endividado. Já nos referimos a um dos motivos dessa situação, que é transitória. É um erro dizer que não temos planejamento e uma política de ciência e tecnologia. O Dr. Macedo, sendo da área, poderá falar melhor sobre o assunto.

Participamos da questão relativa aos recursos da EMBRAER para São Paulo, porque essa empresa foi à Secretaria da Fazenda. A empresa teve uma decisão baseada em uma influência política. Houve também o caso da FAPESP. Mas ela não fez a proposta nesse sentido para o Governo do Estado de Minas Gerais. Contaremos com o FUNDIEST, com recursos para financiar essas atividades, mas essa proposta não foi exposta. Muito obrigado.

O Sr. Antônio Orlando Macedo Ferreira - O Deputado Paulo Piau afirmou que o Brasil não aprendeu a pensar estrategicamente, que não possui essas políticas e uma política de desenvolvimento e que a nossa elite está estranha à formação de qualquer forma de política estruturada ou organizada. Tenho dúvidas quanto a essa afirmação. Retornaria a 1964, com a aplicação sistemática de políticas estrategicamente concebidas e estruturadas, para impedir que empreendimentos como o da (...), como o da (...) e outros não possam existir no País. Estamos em uma situação de política industrial, que impede que o nosso empreendedor industrial e que as nossas empresas, que estavam se fortalecendo na área especialmente de telecomunicações, simplesmente desapareçam. Esse desaparecimento não é fruto do acaso ou apenas de uma competitividade empresarial, mas é fruto de uma estratégia do Governo de desmontar inteiramente o nosso parque industrial. Estamos vendendo o nosso patrimônio, desde a CSN até outras empresas. No entanto, não aplicamos nenhum percentual desse recurso em pesquisa de desenvolvimento e em educação. Há uma política deliberada e estruturada. Quando o Dr. Gustavo Franco se reunia com o Dr. Malan e outros, a base do Governo estaria definindo uma política por meio desses dois agentes. Essa política era a de destruir a construção que fizemos por meio do modelo de substituição de importações.

O Sr. Presidente - Evidentemente, como Presidente, não usarei da minha atribuição para fazer um debate, mas, Dr. Macedo, o senhor se referiu à Assembléia Legislativa como responsável, direta ou indiretamente, pelo processo da FAPEMIG, da destinação dos recursos. Mas o orçamento ainda é um defeito grave da democracia brasileira. O parlamento não faz o orçamento. Essa é a nossa prerrogativa. A Câmara de Vereadores tem a prerrogativa de elaborar o orçamento para o Executivo cumprir. No Brasil inteiro, até no Congresso Nacional, o Executivo elabora o orçamento, e o Legislativo o autoriza. Isso está errado. Com relação à FAPEMIG, está certo. Isso passou pela Casa, e, infelizmente, as receitas ordinárias correntes baixaram de 3% para 1%. Esta Casa não está cumprindo a sua função estratégica de realizar orçamentos. Aceitamos essa crítica, mas trata-se de um defeito de todo o País. Podemos mudar. Temos de direcionar recursos orçamentários para salvar as empresas, se, no final deste encontro, chegarmos à conclusão de que temos de mudar de atitude com relação ao orçamento. Os projetos de pesquisa e o custeio podem fazer parte do orçamento. Infelizmente, mais uma vez, o Executivo não fez isso. Esta Casa, cumprindo o seu papel, poderá mudar essa situação. Há uma pergunta da Patrícia Pimentel para a Profa. Magdala: "Qual a relação entre os projetos contratados pelo CETEC do aporte de recursos da FAPEMIG e os contratados dos órgãos financiadores federais?".

A Sra. Magdala Alencar Teixeira - Antes de responder a essa pergunta, retornarei ao que foi dito anteriormente. O Estado do Rio de Janeiro está em uma situação privilegiada com os "royalties" do petróleo. O Estado de São Paulo construiu uma situação muito confortável, com uma política industrial ao longo dos anos, em que recebia a matéria-prima, processava-a em todas as áreas e repassava para o mercado nacional, enquanto era cativo. O CETEC tem sido muito agressivo na busca de recursos. Houve uma orientação do Governador, no início da sua gestão, para o atendimento àquilo que tivesse maior impacto social e para a busca de novas oportunidades de financiamento. Nada foi dito em termos de corte de pessoal com relação ao CETEC. Ficou entendido que toda a sua folha de pessoal caberia ao Governo do Estado, já que não havia disposição para corte, mas para a busca de recursos. O CETEC respondeu a isso, trabalhando e submetendo-se a projetos. De 1999 para 2000, tivemos um crescimento grande na receita de capacitação livre. Essa situação se repetiu no ano de 2000 para 2001. No ano passado, a liberação de recursos da FAPEMIG para o CETEC foi extremamente tímida. Fiquei muito decepcionada com isso. Ela foi de, mais ou menos, 5% do que o CETEC arrecadou de receita de outros projetos financiados na área federal e junto a empresas de iniciativa privada. Isso não pode ser assim. A FAPEMIG tem de aportar recursos para os centros tecnológicos do Estado e para a manutenção de infra-estrutura. Isso é necessário e está na Constituição. A questão do 1/3 e dos 2/3 caiu, mas os compromissos da FAPEMIG com o desenvolvimento da estrutura continuam previstos na Constituição do Estado.

O Sr. Adauto Ferreira Barcelos - Não se trata de uma pergunta. A questão da pesquisa no Estado passa pela FAPEMIG com uma importância

muito grande. Temos alguns dados referentes à última liberação de recursos da FAPEMIG: R\$800.000,00 foram dirigidos à Universidade Federal de Viçosa; para a UFLA, R\$400.000,00; e para a UFMG, R\$520.000,00, perfazendo-se um total de R\$2.894.000,00. Para as empresas estaduais: foram encaminhados R\$367.000,00 para a EPAMIG; R\$43.000,00 para a (...); e R\$40.000,00 para a UNIMONTES, perfazendo-se um total de R\$450.000,00. As instituições federais levaram 80% dos recursos da FAPEMIG. Com a criação da FAPEMIG, com a arrecadação de recursos e com o financiamento para as instituições estaduais, podemos dizer que, pelo menos, três variedades de café foram lançadas. Desejamos que as universidades sejam nossas parceiras. O futuro da pesquisa no Brasil terá de ser feito com parcerias. A cada dia, os recursos tornam-se mais escassos. Temos de aproveitar os recursos das universidades e das instituições estaduais e particulares. Temos de trabalhar mais em parceria. A situação está muito desbalanceada. O último edital da FINEP para investimento em nível federal foi de R\$150.000.000,00, e apenas 20% estavam destinados para outras instituições. Com a EPAMIG, em um esforço muito grande, conseguimos R\$505.000,00 em investimentos. As instituições têm capacidade, mas precisamos balancear a situação.

O Sr. Presidente - Alguém da Mesa gostaria de fazer algum comentário? Então, herei a pergunta do Fernando Madeira, da Fundação CETEC: "Qual a maior dificuldade para que o Centro de Ciência e Tecnologia do Estado possa executar, de forma plena, as atribuições constitucionais previstas no art. 211, § 2º? A pesquisa e a difusão tecnológicas ficarão voltadas, preponderantemente, para a solução dos problemas regionais e para o desenvolvimento produtivo do Estado? O que fazer para reduzir essa dificuldade?". Pergunto se alguém gostaria de responder a essa pergunta. Com a palavra, o Dr. Macedo.

O Sr. Antônio Orlando Macedo Ferreira - O Fernando tem toda a razão. Não apenas esse dispositivo, mas também vários outros e inúmeros conceitos que estão consignados no art. 212 não estão sendo observados na prática. A nossa decisão foi no sentido de que, para que se pudesse trabalhar ou atenuar diferenças regionais acentuadas, teríamos que criar determinados mecanismos que chamamos de "demandas de projetos de pesquisas induzidas" e que foram trabalhados tematicamente durante a gestão da Dra. Margarete Spangling. Fizemos uma determinada revisão e acrescentamos outras linhas de trabalho. Através de editais, convocamos a comunidade a apresentar projetos nesse sentido.

Quando falo de diferenças regionais, refiro-me aos aspectos socioeconômicos e culturais de determinadas regiões geográficas, mas posso estender esse conceito para as diferenças entre capacidade de captação das instituições, pois já existem determinados tipos de minutas relacionadas a editais voltados preferencialmente para determinadas instituições, para a recuperação de várzea e infra-estrutura, mas também para a complementação de pessoal, por via desse mecanismo perverso de bolsa.

Há uma discussão também interna, já levada ao conhecimento não só da Secretaria do Planejamento, como também da Secretaria da Ciência e Tecnologia, sobre o fato de não termos alternativa, senão um concurso público, desde que os atrativos para o prestador do serviço sejam, de fato, compensatórios, pois, do contrário, teremos pessoas fazendo concurso para ganhar o salário-base de R\$600,00, com o título de mestre. Assim, não recrutaremos pessoas qualificadas como necessita a instituição.

Existe um conjunto de iniciativas para que possamos, de alguma maneira, resgatar a questão da disparidade competitiva entre instituições consolidadas como a EMBRAPA, a UFMG, etc., que foram violentamente agredidas ao longo do tempo, não só no que diz respeito a sua base e estrutura, mas também, e especialmente, no que se refere a seus recursos humanos. Isso não foi dito aqui, evidentemente, por conta de uma certa indelicadeza, mas a EPAMIG, em determinado momento, foi um grande celeiro de formação de quadros altamente qualificados para a EMBRAPA. Vários dos pesquisadores que estão nessa empresa, desenvolvendo trabalhos em vários locais do País, são egressos da EPAMIG. Portanto, no mínimo, temos que voltar às condições de igualdade com instituições que, de alguma maneira, apresentam melhores condições de trabalho para nossos pesquisadores.

O Vereador João Gilberto Ripposati - Quero cumprimentar o Deputado pela iniciativa e também os profissionais da pesquisa, do sindicato e da associação dos empregados presentes. Esta é uma Casa Legislativa, responsável pela representação maior do povo, e, representando a Câmara Municipal de Uberaba, como legislador preocupado com a questão, gostaria de questionar como tem sido o comportamento do Governo em relação ao respeito à vontade popular expressa por esta Casa, como força representativa do Estado. Se os Deputados determinarem a necessidade de melhorar a proposta orçamentária do Executivo, qual será o comportamento do Governo?

Se não pudermos contar com essa melhoria, ficará difícil para os órgãos sobreviverem. A lei da FAPEMIG tem que ser revista, fazendo-se justiça às empresas do Estado, pois as universidades federais estão consumindo boa parte do recurso. Qual é a visão do Deputado com relação à postura do Governo frente à vontade da população?

A Câmara Municipal quer ser parceira, para que a vontade popular seja respeitada. Além disso, a ciência e a pesquisa são patrimônios que devem ser mantidos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Vereador João Gilberto Ripposati, em que pese a toda mazela do Legislativo brasileiro, esta Casa tem a prerrogativa de determinar o orçamento, ou seja, pode inserir, para as empresas, um orçamento diferenciado. O Governo pode vetar, mas esta Casa ainda tem a prerrogativa de derrubar o veto do Governador, fazendo valer sua proposta para o orçamento, que, evidentemente, é uma peça complexa, contendo todas as obrigações do Estado. Não podemos ter a ilusão de resolver o problema com um toque de mágica, pois a situação não é simples. Entretanto, diante dessa realidade, temos que fazer um esforço ainda este ano, para podermos contar com recursos em 2002. Se, no final desse encontro, chegarmos à conclusão de que o Estado tem interesse no desenvolvimento dessas empresas de pesquisa, a Assembléia Legislativa poderá assumir o compromisso de trabalhar para melhorar a situação. Franz Fernandes de Oliveira, do IPEM, dirige a seguinte pergunta ao Dr. Macedo ou ao Dr. Cláudio: "O IPEM-MG, como instituição vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia e voltada para a defesa da cidadania e do desenvolvimento tecnológico, atravessando as mesmas dificuldades e carências das demais, poderia ser incluído nesse fórum técnico?".

O Sr. Antônio Orlando Macedo Ferreira - É perfeitamente cabível a presença do IPEM. Mas, na verdade, ele se integrará formalmente ao sistema de ciência e tecnologia do Estado, integrando-se, portanto, ao plano de carreira de pesquisadores. Em relação ao fato, há uma discussão e documentos semi-elaborados, tentando verificar a possibilidade real de haver essa transferência.

No momento em que se criou a carreira do pesquisador e seu plano, a situação política era extremamente favorável a que isso acontecesse. Hoje, porém, há a permanente alegação de que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede determinados movimentos e ações e de que ocorre uma influência maior das secretarias sistêmicas sobre as demais. Com isso, teríamos que separar, com clareza, no IPEM, os profissionais que se dedicam efetivamente à pesquisa e os que se dedicam ao serviço técnico-científico. Feito isso, teríamos que diferenciar também, ao contrário do que fez o Governo Federal, os demais profissionais que integrarão esse quadro, porque não conseguimos convencer o Governo mineiro de que o motorista que trabalha no Instituto de Pesquisa é diferente dos demais motoristas, assim como os demais funcionários. Portanto, há uma discussão muito longa, e dificilmente, dadas as atuais condições políticas conjunturais, conseguiremos reproduzir o que aconteceu na FEAM, quando todo o quadro técnico foi incorporado como pesquisador, sendo que o núcleo de pesquisa é bastante reduzido em relação ao conjunto total dos profissionais de nível superior que lá trabalha.

O Sr. Presidente - A explicação do Dr. Macedo é suficiente. O quadro de ciência e tecnologia do IPEM é pequeno, mas nem por isso poderia deixar de entrar nesse processo. Comprometemo-nos, nos próximos eventos, a incluir o IPEM e a FEAM, que já tem quadro de pesquisa nas áreas específicas.

Temos agora duas perguntas dirigidas ao Dr. Macedo. Uma é de Robson José Cássia Franco Alonso, da Fundação Centro de Tecnologia Minas Gerais, e a outra de Fernando Madeira, pesquisador do CETEC: "Quais as ações da Secretaria da Ciência e Tecnologia para a valorização dos quadros das instituições de ciência e tecnologia do Estado? Considerando-se que 2001 foi escolhido pelo Governo do Estado como ano da ciência e tecnologia, quais medidas foram tomadas para melhorar o panorama de dificuldades apresentado pelas instituições de pesquisa do Estado?".

O Sr. Antônio Orlando Macedo Ferreira - A primeira ação que temos para apresentar é o plano de carreiras, que pretendemos aprovar, se possível, com vigência a partir de fevereiro do ano que vem. Trabalham na proposta final todos os dirigentes dos órgãos relacionados com os principais usuários no sistema de CIT, ou seja, a Fundação João Pinheiro, o CETEC, a EPAMIG, a FUNED, etc. Temos uma equipe composta por um Superintendente da Secretaria da Ciência e Tecnologia e um Diretor da Fundação João Pinheiro, que talvez possa esclarecer melhor qual o "status" da redação do projeto.

Em segundo lugar, vem a questão da avaliação de desempenho, ou seja, mesmo que não haja a avaliação de desempenho, conforme previsto na legislação, já existem negociações bastante avançadas para que as instituições vinculadas ao plano de carreira possam ter a correção no nível horizontal dos seus pesquisadores, com os respectivos pagamentos retroativos.

Terceiro: a questão do concurso público. A idéia é não ultrapassar fevereiro para a sua realização ou fazer um esforço mínimo para o plano de carreira. Não queremos ultrapassar fevereiro, porque entendemos que precisamos definir algumas áreas prioritárias em cada uma das instituições. Enfim, temos um conjunto de trabalhos a desenvolver, de tal forma que possa desembocar numa proposta de concurso que seja minimamente discutível com as Secretarias de Administração e do Planejamento.

O Sr. Joaquim Dias Nogueira - Agradeço a oportunidade. Antes, gostaria de fazer uma crítica às instituições do Governo que não se fizeram representar neste fórum, já que seus empregados acreditam ser importante a construção das políticas públicas mineiras.

Alguns pontos já foram considerados, mas a minha pergunta vai trazer um pouco mais de clareza sobre o que tem sido feito em termos de inovação institucional, pessoal, de gestão, de modernização dos programas institucionais, pois estamos quase no fim de uma gestão e o que vimos até agora é uma problemática bastante grande. Em outros momentos, dentro das instituições, procuramos colegas que estão na direção com o intuito de apoiar, ajudar, contribuir e colaborar para a construção; porém, muitas vezes, houve pequenos desentendimentos.

Achamos ser muito importante a construção dessas políticas com a participação do coletivo, dos empregados, dos servidores estaduais e com maior reflexão por parte daqueles dirigentes das instituições que efetivamente, se colocam à disposição de uma negociação, de uma conversa, para trazer maiores esclarecimentos. O que tem sido feito nas instituições? Fala-se que documentos estão sendo encaminhados, construídos? Que proposições efetivamente as instituições têm? É isso.

A Sra. Magdala Alencar Ferreira - Quero dizer o seguinte: existem algumas ações sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado. Chamo a atenção para uma, em especial, que tem efeito direto sobre as instituições na valorização dos recursos humanos e na busca de eficiência nesse trabalho: o Programa de Qualidade no Serviço Público.

A Secretaria de Administração, num determinado momento, convocou as instituições e propôs que elas participassem desse programa. O CETEC participa, tem representante, embora não adote o modelo do Estado, porque, anteriormente, já tínhamos adotado um adequado especificamente às instituições de pesquisa tecnológica no País.

Dentro da instituição, nossos pesquisadores, nossos representantes no conselho, os coordenadores de setores e gerentes trabalharam por dois anos intensivamente no dimensionamento da recomposição do quadro de recursos humanos da instituição, em como se daria essa renovação. Foi gerado um documento que foi devidamente encaminhado aos canais competentes e apresentado ao CONECIT. Por duas vezes, esse documento foi elaborado e, ao final, apresentado ao Conselho de Ciência e Tecnologia do Estado. Houve a participação de todos os órgãos na elaboração desse plano de carreira, que foi finalmente, na semana atrasada, aprovado por todas as instituições, em consenso. Um tiveram que ceder em alguns pontos, e outras, em outros.

Trabalhamos também na minuta de uma lei do CETEC, que está desatualizada. Pelo documento, a instituição ainda está como fundação de direito privado. Procuramos incorporar alguns mecanismos que conferem a uma fundação de direito público maior flexibilidade administrativa, não digo autonomia. Esse documento demorou a ser encaminhado em vista da Emenda à Constituição nº 49, que tem dispositivos que afetam diretamente a nova lei do CETEC, para a qual esperamos contribuição. Esses são alguns dos pontos.

Gostaria ainda de mencionar que recebemos apoio da SEPLAN para um projeto de modernização administrativa, com recursos da (...). Isso propiciou a melhoria da qualidade administrativa e do programa de gestão para excelência. Esse apoio da SEPLAN foi muito precioso para a instituição. Há ainda três questões dirigidas ao Dr. Cláudio Gontijo. Uma é da Cleide, da EPAMIG: "Solicitação: volta dos 2/3 de repasse da verba da FAPEMIG para as empresas estaduais. As universidades têm muitas fontes financiadoras, e suas pesquisas, na maioria, são trabalhos de tese, não visam ao desenvolvimento do Estado, e sim do Estado de origem do estudante de pós-graduação".

Uma pergunta do Roosevelt, da EPAMIG: "Diante da situação de crise nas instituições de pesquisa e tecnologia do Estado de Minas Gerais, quais são as estratégias e ações efetivas dessa Secretaria para enfrentar a política massacrante dos países do G-7, que têm constrangido o Estado e o País? Há uma posição de submissão total, como dependência de tecnologias importadas. Entendo que pesquisa e tecnologia significam soberania e questão estratégica de segurança".

Por fim, uma pergunta de Júlio César de Souza, do CETEC: "Como é feito o cálculo para se dimensionar o financiamento das instituições de pesquisa, ou seja, como é feita a avaliação de quanto deve ser investido em ciência e tecnologia?".

O Sr. Cláudio Gontijo - Como são três perguntas, vou solicitar a colaboração do Dr. Macedo para me ajudar a responder a elas. Vou me deter mais na segunda e na terceira, dizendo o seguinte: "o senhor tem muita razão em dizer que pesquisa em ciência e tecnologia significam soberania". O que está havendo com o Brasil é que, de alguns anos para cá, só há dinheiro para pagar juros, e mais nada. Tivemos uma recriação dos problemas que estavam solucionados em meados da década passada, como o problema do déficit público.

Depois do Governo Itamar Franco, foi deixado um superávit de 1,3% do PIB, e a dívida pública já havia sido equacionada anteriormente, assim como outras questões, como a do estrangulamento externo. Mas tudo voltou com a implementação de uma política cujo objetivo final é exatamente, como falamos no início, recolonizar o Brasil, como se está recolonizando o mundo. Isso se chama globalização, para os tolos, mas, na verdade, é uma política de recolonização do mundo.

Agora, é muito difícil enfrentar isso em nível de um Estado, exatamente porque os Estados foram quebrados pela política de juros altos. É interessante observar que, num debate desses, as questões foram malfeitas, porque a responsabilidade dessa crise na situação global é do Governo Federal, do Sr. Fernando Henrique Cardoso e de sua equipe de brilhantes economistas, os quais conduziram o País para essa situação.

Aí é que vem o exercício da soberania, muito bem lembrado pelo Deputado Paulo Piau. É necessário que todo cientista, que todo brasileiro, enfim, que todos nós nos engajemos num processo de mudança, porque, senão, nada mudará.

O Sr. Antônio Orlando Macedo Ferreira - A gênese dessa questão do retorno de $\frac{2}{3}$ e de $\frac{1}{3}$ todos já conhecemos: uma emenda constitucional apresentada na época em que o Dr. Walfrido era Vice-Governador do Estado, da qual o Deputado Alberto Pinto Coelho foi relator, a qual resultou na eliminação da relação entre $\frac{1}{3}$ e $\frac{2}{3}$ e na nova redação, em que aparecia o CONECIT como elemento que orientava políticas a serem seguidas nas demandas induzidas, desde que observados os pressupostos estabelecidos nos Planos Mineiros de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e nos Planos Plurianuais de Ação Governamental - PPAG.

Quando se considera o PPAG ou o PMDI, não se têm quadros ou competência em número suficiente para se fazer uma leitura crítica da inscrição da componente de CIT ou de PID que está estabelecido. Quando se leva em conta o texto relacionado à agricultura, não se consegue, com o aparato disponível pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, fazer uma leitura conceitual sobre quais são, de fato, as componentes relacionadas à atividade de PID ou de ciência e tecnologia. E isso se reproduz na saúde e nas demais áreas.

Ora, na verdade, o que significou aquilo? A FAPEMIG, com o Diretor Científico da época, passou a obedecer religiosamente a relação $\frac{1}{3}$ e $\frac{2}{3}$, que, de fato, estava sendo destinada financeiramente.

Ou seja, se a FAPEMIG recebia R\$100,00, $\frac{1}{3}$ era destinado a projeto. Não estou dizendo fomento, formação de recursos humanos ou outras atividades por ela patrocinadas. Desses R\$100,00 destinados à pesquisa, com certeza, $\frac{1}{3}$ seria para instituições não estaduais, e $\frac{2}{3}$, para instituições estaduais. Daí, foi possível a EPAMIG ter um conjunto volumoso de convênio de cooperação com Viçosa e Lavras, porque foi a maneira que a EPAMIG habilidosamente encontrou para multiplicar sua capacidade de trabalho e produção.

O que significa de fato isso? Significa que houve, em nível das forças de composição política vigentes à época, uma decisão de romper essa relação estabelecida pelos constituintes de 1989. A Emenda nº 17 surge no momento em que as forças e a composição política da época era favorável a que se nivelasse toda a concorrência, independentemente da capacidade executiva e do porte das instituições ou das equipes delas. E, aí, todo o mundo participaria igualmente do bolo.

Como essa mudança pura, simples e duramente feita, poderia provocar uma reação política adversa, adotou-se o texto de que o CONECIT estabeleceria diretrizes, prioritariamente em conformidade com o PMDI e com o PPAG. Hoje existem algumas correntes que defendem que prioritário não é exclusivo. Portanto, se o conjunto de instituições estaduais trabalhar com determinadas temáticas, será ótimo. É preciso solicitar ao Sr. Secretário que apresente ao CONECIT um projeto e que o CONECIT aprove determinadas linhas de trabalho que atendam as nossas instituições, porque respondem às necessidades estabelecidas no PMDI e no PPAG e, portanto, explicitadas pela sociedade. Não vejo essa correlação de forças no sentido de que isso venha efetivamente acontecer. Essa é a questão que se coloca. É uma questão política que está nas mãos desta Casa, porque se trata de emenda à Constituição, de composições políticas e correlações de força que escapam completamente à vontade política da FAPEMIG ou da Secretaria de Estado por meio do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

O Sr. Roberto Kazuhiko Zito - A questão da FAPEMIG foi bastante debatida aqui. E não foi por acaso, já que todas as empresas presentes dependem desse tipo de fomento, porque não têm dotação orçamentária própria para financiar suas próprias pesquisas. Por isso, a FAPEMIG foi tão debatida.

Quanto à questão dos $\frac{1}{3}$ e $\frac{2}{3}$, não concordo totalmente com a finalidade de se aproximarem as instituições porque, da mesma forma que existe uma distância entre a EPAMIG e as universidades, existe uma distância entre as universidades e a EPAMIG. Portanto, por que as universidades não se aproximam da EPAMIG, em vez de a EPAMIG se aproximar delas? Quanto a isso não teria o menor problema.

Gostaria de comentar uma coisa mais séria com relação à maneira com a FAPEMIG avalia os projetos de pesquisa e desenvolvimento. Falou-se sempre, voluntariamente ou não, sobre o binômio pesquisa e desenvolvimento. Pesquisa e desenvolvimento têm uma conotação diferente do que chamamos ciência e tecnologia. Qual a diferença básica? Uma empresa de pesquisa e desenvolvimento, como é o caso das empresas presentes, tem como produto final tecnologias e serviços. Não temos uma preocupação tão grande com o artigo científico. Esse detalhe tem segurado todos os nossos projetos que são submetidos à FAPEMIG. O que tem acontecido? No parecer do ADOC, quando encaminhamos o projeto, consta que o coordenador não tem produção científica adequada para conduzir tal projeto. Na verdade, não fazemos produção científica ou tecnológica. Isso tem de ficar bastante claro. Não existe distinção dessas duas nuanças, quando submetemos um projeto à FAPEMIG. Esse é um problema grave.

No meu modo de entender, como sabemos, na Câmara de Ciências Agrárias, à qual submeto a maioria dos nossos projetos, há uma desproporção de instituições. Temos lá 15 participantes, dos quais 10 são universidades, que têm como escopo a ciência e a tecnologia. Por quê? Em todos os pareceres - posso mostrar isso porque tenho dados -, há baixa produção científica. E eles não olham o que é tecnologia ou o produto com o qual trabalhamos. Para eles, é mais interessante um artigo científico publicado num jornal que uma variedade de soja que ocupa 70% do espaço em Minas Gerais. Quer dizer, 70% de um setor que é ocupado por uma tecnologia que está sendo utilizada e foi gerada por uma empresa de pesquisa não têm valor algum quando se faz avaliação de projeto. Então, avaliação de projeto, dentro da FAPEMIG, no meu entendimento, está um pouco deturpado. Em razão disso, entendo que há uma concorrência desleal pela maneira como estamos sendo tratados. Se sou uma empresa de pesquisa e desenvolvimento, gostaria de, dentro da FAPEMIG, ser tratado como tal.

Diante dessa situação, gostaria de saber qual seria a disposição desta Casa, já que ela retirou os $\frac{2}{3}$, em retornar - não com os $\frac{2}{3}$ - com uma fração do orçamento total da FAPEMIG para essas instituições de base tecnológica.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao Dr. Macedo, há uma pergunta da Helena Alves, da EPAMIG, que diz o seguinte: "Sente-se a ausência de um representante da FAPEMIG nessa Mesa. A FAPEMIG não deveria priorizar a aplicação dos escassos recursos financeiros de que dispõe nas instituições estaduais de pesquisa científica e tecnológica?".

O Sr. Antônio Orlando Macedo Ferreira - Com relação ao julgamento de propostas de natureza tecnológica ou de propostas associadas intimamente à inovação tecnológica, você está coberta de razão. Há, realmente, um viés acadêmico, um viés titular. Não estou fazendo nenhuma crítica, porque esse fato é de conhecimento geral. Como pertencemos à FAPEMIG, sou co-responsável por isso. O pressuposto para esse desequilíbrio é o da representatividade. Por exemplo, supõe-se que a Câmara de Ciências Agrárias, ou a Câmara de Tecnologia, ou a Câmara de Ciências Biológicas e Biotecnologia, deva representar amplamente a base que lhe corresponde como agente de produção científica e tecnológica nessas áreas.

Fizemos a tentativa de reduzir a presença metropolitana nas comissões, ou seja, nas câmaras de julgamento. Obtivemos algum sucesso, porque hoje temos gente de Lavras, Viçosa, Uberaba, Uberlândia etc. Conseguimos andar um pouco nisso. Não conseguimos ainda inibir o viés acadêmico e titular. A forma que estamos utilizando para verificar a possibilidade é a criação de comissões em função dos editais. Por exemplo, em vez de julgarmos o edital de recursos minerais em sua câmara, devemos criar uma câmara composta por pessoas efetivamente ligadas às realizações tecnológicas e às inovações nessas áreas, a exemplo do que aconteceu quando julgamos os projetos de editais junto com o BDMG. Somente montamos a comissão que julgou os projetos depois que os recebemos e verificamos a temática. Convidamos, então, o Dr.

Tima, o Dr. Carlos, etc., enfim, fomos convidando de acordo com o perfil e seu ajuste. Não vejo, neste momento, iniciativas para se romper um pouco esse pressuposto que está incorporado praticamente ao cotidiano da instituição, o chamado viés acadêmico.

Estamos vivendo uma situação complicadíssima. Temos um projeto sobre fraude de gasolina, que não podemos tocar para frente porque são exigidas essas condições que você mencionou, ou seja, o sujeito tem de ter titulação, etc., etc. Mas o sujeito foi aquele que construiu o densímetro do álcool. Segundo as notícias, 40% da gasolina utilizada na cidade de São Paulo está fraudada. Ontem, dois sujeitos foram presos, porque fraudaram R\$2.000.000.000,00 em gasolina. No entanto, estamos parados num processo de R\$700.000,00, que, possivelmente, solucionará o problema, porque o consumidor comprovará por meio do densímetro. Como faremos? O viés é esse. O jogo é esse.

O Sr. Presidente - Farei a leitura das três últimas perguntas, a fim de que a Mesa possa respondê-las. A primeira foi formulada pelo José Roberto Bianco, do CETEC: "Quanto custa ao Estado de Minas a manutenção insatisfatória de suas instituições de pesquisa e desenvolvimento?".

A seguinte pergunta foi formulada pela Clênia Luciana Rocha, da EPAMIG: "O que faz com que um Estado como Minas Gerais, tão receptivo às adequações que as mudanças mundiais exigem, não invista de forma expressiva na pesquisa, sendo ela comprovadamente fundamental para o progresso de uma nação?".

A terceira pergunta foi formulada pelo José Eustáquio da Silva, do CETEC. Embora tenha sido dirigida a mim, repasso-a para a Mesa: "Como V. Exa. analisa a perspectiva de revitalização do quadro de pessoal das entidades do Estado, quando o salário inicial de um doutor corresponde a menos de cinco salários mínimos, e o de um técnico de nível médio, a dois salários mínimos? Será possível contratar?".

O Sr. Cláudio Gontijo - Custa muito ao Estado não utilizar ao máximo o aparato de ciência e tecnologia existente. Os investimentos são mínimos e estão muito aquém daquilo que é desejado. O próprio Governador tem insistido muito para que não faltem investimentos. Infelizmente, essas restrições orçamentárias são o resultado de uma política mais ampla de que somos vítimas. Estamos lutando por aquilo que é possível. Por isso, este Governo tem uma tradição de rebeldia, seguindo a característica mineira. Se não nos rebelarmos de alguma forma contra as imposições a que estamos sendo submetidos, amanhã não teremos futuro.

O Sr. Ricardo Carneiro - A pergunta sobre o custo financeiro da manutenção de instituições só faz sentido se levarmos em consideração o custo de não mantê-las, o que não representa um custo financeiro, mas político, social, econômico, etc. Ao falarmos sobre as instituições de pesquisas no Estado não estamos nos referindo a algo que começou hoje, mas há mais de 30 anos. Se não dermos a devida atenção, esse estoque de conhecimento produzido e acumulado poderá ir para o acervo de alguma biblioteca ou virar pó. É preciso recuperar o que já foi feito e pensar no futuro, porque podemos, em virtude de uma limitação conjuntural, de restrições orçamentárias e fiscais, liquidar uma política que foi construída com enorme esforço ao longo desses últimos anos.

A Sra. Magdala Alencar Teixeira - Complementando o que já foi dito, custa também deixar de trazer oportunidades para o Estado. Esse é o grande custo. Os fundos setoriais ainda não emplacaram definitivamente. Estão amparados por lei e serão contemplados com recursos. A previsão para os fundos criados é de R\$2.000.000.000,00. Essa comunidade que está aqui buscará os recursos para o desenvolvimento tecnológico do Estado. Além disso, as empresas também devem ser contempladas com tais recursos, porque parte deles são destinados a inovações tecnológicas nas empresas. O momento requer o fortalecimento dessas instituições para aproveitar as oportunidades que estão surgindo. Espero que sejam boas.

O Sr. Marcelo Franco - As empresas de ciência e tecnologia são importantes. A todo momento ressaltamos isso. Esta Casa poderá contribuir para o processo, fazendo com que a iniciativa privada se engaje nesse processo de forma mais efetiva. Faremos a retroalimentação desse processo, gerando conhecimentos e novos produtos que atendam aos interesses dos nossos clientes, dos cidadãos que ocupam o nosso desenvolvimento. Estamos sensibilizando a comunidade governamental, mas precisamos de uma participação mais efetiva do setor privado. Estamos inovando na área agrícola. É o caminho que devemos trilhar daqui para a frente, principalmente tendo em vista a submissão desses setores a uma competitividade quase desenfreada.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Iniciamos muito bem este debate. Várias sugestões foram trazidas, foram feitas muitas colocações importantes por parte do Governo, dos pesquisadores, dos professores, enfim, de todos aqueles que militam na área de ciência e tecnologia. Ouvi atentamente todos falarem em plano de carreira. É um assunto muito importante, principalmente neste momento em que se está construindo, buscando a valorização do pessoal. Temos de valorizar aquele que trabalha, que se dedica, enfim, aquele que, por longos anos, desenvolveu o seu trabalho em prol do Estado. Foi esse o objetivo da pergunta formulada pelo Prof. José Eustáquio, ao indagar se existe possibilidade de contratação - por dois salários mínimos - de alguém para um centro de pesquisa. O plano de carreira é para isso. Estamos discutindo os planos de carreira do IMA, da área da educação e da área da saúde. Temos de construir conjuntamente esse plano de carreira, de forma que resgate os sentimentos de todos os servidores.

Fiquei muito feliz ao ouvir o Dr. Macedo dizer, alto e bom som, que o plano de carreira, com certeza, chegará em 2002. Somente assim valorizaremos o servidor e construiremos, de forma específica e grandiosa, o trabalho de pesquisa. Espero que esse plano de carreira falado e decantado há tanto tempo venha mesmo em 2002, a fim de suprir as inúmeras necessidades do Estado nessas áreas.

O Sr. Presidente - Gostaria de registrar também a presença em Plenário do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

A Sra. Maria de Fátima Abreu - Boa tarde a todos. Agradeço a concessão. Entendemos que o plano de carreira é realmente a prioridade número 1 para valorizar os funcionários, mas também precisamos garantir o concurso público, que foi somente cogitado. Gostaríamos de sair daqui com apoio político para garantir isso para sobrevivência das instituições. Mais do que isso, as instituições precisam ter garantia de destinação de orçamento para suas atividades.

Estou com a Emenda Constitucional nº 17, que é exatamente a que mudou a lei da destinação dos recursos para ciência e tecnologia de 2/3 para 1/3. O parágrafo único do art. 212 diz que a entidade, no caso a FAPEMIG, destinará os recursos de que trata esse artigo prioritariamente a projetos que se ajustem às diretrizes do CONECIT e à reestruturação da capacidade técnico-científica das instituições de pesquisa do Estado de Minas Gerais. Se isso não está acontecendo, e não está, temos que encontrar formas de fazer com que isso aconteça. Tenho certeza de que, para viabilizarmos a política de governo que nossas entidades de pesquisa do Estado podem ajudar a promover, precisamos viabilizar formas de garantir isso.

Teríamos duas propostas para discutir com a FAPEMIG e as entidades de pesquisa do Estado. Como alterar a composição das câmaras técnicas para que elas possam viabilizar e priorizar projetos de cunho tecnológico? É uma alternativa. Como garantir uma destinação mínima do orçamento da FAPEMIG, que seja de 40%, para sairmos da atual condição, que não chega a 10% ou 15% dos recursos da FAPEMIG para as instituições de Estado? Queria saber a posição dos representantes da Secretaria, principalmente, e dos representantes da Assembléia em relação ao apoio a essas propostas.

O Sr. Cláudio Gontijo - Essa é realmente uma contribuição, porque precisamos encontrar formas de viabilizar o dispositivo constitucional. Essa

é a dificuldade. A experiência tem mostrado que não adianta colocar que tantos por cento sejam destinados. Aliás, existe um dispositivo constitucional que destina 1% dos recursos do orçamento do Estado, da arrecadação tributária, para a FAPEMIG, que não tem sido cumprido. Não por falta de vontade do Executivo, mas porque, como falamos no início, se somarmos todas as obrigações, dão 103% em relação aos recursos. Não é possível cumprir um dispositivo se ele não está coerente com o sistema. É isso que está acontecendo hoje.

Convido a Maria de Fátima Abreu a entrar em contato conosco e o Macedo, para discutirmos essa idéia mais detalhadamente. O que queremos é exatamente que esse dispositivo seja cumprido. Ainda não encontramos a forma de fazer isso, gostaríamos de sugestões. Todos aqueles que tiverem sugestões concretas em relação à viabilidade da adequação à prioridade serão muito bem-vindos.

O Sr. Presidente - Maria de Fátima, acredito que nos grupos de trabalho isso será debatido, e, com certeza, a mudança desse procedimento será uma enorme contribuição deste fórum. Vamos ter um momento próprio para isso.

Com relação ao Zita, sobre a vontade desta Casa de alterar sejam garantidos os 2/3 ou os 40%, esta Casa age de acordo com os impulsos da sociedade. Se a sociedade deseja algum processo de mudança, ela está sempre pronta para isso.

Queria também falar ao José Roberto Silva, que dirige uma pergunta diretamente a mim, sobre se é possível formar um quadro técnico com esses níveis salariais. Realmente, acho absolutamente impossível. Estou falando da EPAMIG porque ainda sou pesquisador da EPAMIG, por isso estou dando detalhes da minha empresa. Um dado que nos deixa estarecidos é que a EMBRAPA fez um concurso e que vários pesquisadores da EPAMIG fizeram esse concurso e passaram. Portanto, é mais uma ameaça de enxugamento do quadro de pesquisadores da nossa empresa, porque ninguém é herói para preferir um salário miserável, deixando um melhor salário do Governo Federal.

Com relação ao José Roberto Bianco, sobre quanto custa a manutenção, acho que o problema central está aí. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva falou de plano de cargos e salários, falou em realizar concurso público para melhorar as equipes de trabalho. Acho que o problema todo está aqui. Não se trata de uma posição político-partidária. Temos tratado essa questão de ciência e tecnologia suprapartidariamente. Toda nossa ação tem sido feita por via da Comissão de Educação, para descaracterizar o aspecto político-partidário da questão, mas é claro que temos posições. O problema está aqui: um orçamento, em 2001, de R\$226.000.000,00 para cinco instituições, e, em 2002, de R\$219.000.000,00, ou seja, menos 10%. Qual a justificativa para isso, se o orçamento foi aumentado em 10%? Perdoem-me os representantes do Estado, mas está faltando vontade política. O Dr. Cláudio fala em 103%. O Dr. Macedo falou dos recursos da COMIG e de outros recursos que poderiam estar sendo injetados. Estão se fazendo obras neste Estado que são menos importantes do que investir em ciência e tecnologia. Podemos citar aqui várias delas, e não acho que isso seja uma justificativa. O problema está aqui. Estamos reunidos exatamente para identificar esses problemas e dar uma contribuição. Não adianta ficarmos falando mal do Governo e ficar falando que o Estado não cumpre, temos que dar os caminhos. Temos aqui uma contribuição da Maria de Fátima. Vamos estudar a proposta e vamos mudar. Acredito que qualquer governo quer acertar, mas temos que dar nossa contribuição.

Chegamos ao final desta parte da manhã e gostaríamos de agradecer a presença de todos. Não quis entrar em debate, mas fiquei feliz com o que disse o Dr. Cláudio: que somos o 2º Estado em arrecadação, portanto há que se contemplar mais a ciência e a tecnologia, embora sejamos o 3º PIB. Com relação à EMBRAER, eu era membro do Conselho de Industrialização do Estado - COIND - e acompanhamos esse processo de perto e também no Triângulo. Dr. Cláudio, não queria dizer que foi simplesmente esse aspecto dos R\$10.000.000,00 para o desenvolvimento de pesquisa da indústria aeronáutica, mas isso, sem dúvida nenhuma, é um diferencial que define um investimento. As questões políticas estão envolvidas, mas quis fazer um comparativo de que, se gastamos, no ano passado, R\$25.000.000,00 em todas as áreas, somente com a indústria aeronáutica São Paulo ofereceu R\$10.000.000,00. Está desequilibrado. Precisamos, evidentemente, colocar Minas Gerais avante nesse processo. Não é uma opinião, são dados.

Na parte da tarde vamos ter a presença do setor produtivo. Gostaria de contar com a presença de todos para que possamos ouvir se, na verdade, quem utiliza as tecnologias geradas pelas empresas e pelas instituições do Estado realmente está satisfeito e se está apoiando nossas atividades. Logo após, vamos ter os grupos de trabalho. Sabemos que várias propostas estão aí contidas e vamos reuni-las. É o momento para que as idéias aqui postas sejam consignadas num documento para que amanhã, na parte da manhã, possamos, em Plenário, aprovar as propostas prioritárias nesse encontro. A partir daí vamos traçar uma estratégia de como vamos acompanhar a realização dessas propostas. Não basta fazermos um evento e deixar que a coisa fique parada por aí, queremos que isso seja contínuo e que possamos ir em busca de solução.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e aos participantes, bem como ao público em geral pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 151ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 5/11/2001

Presidência dos Deputados Paulo Piau e Mauro Lobo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Gilman Viana Rodrigues - Palavras do Sr. Sérgio Menin Teixeira - Palavras do Sr. Márcio Araújo de Lacerda - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Bilac Pinto - João Paulo - Marco Régis - Mauro Lobo - Paulo Piau - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Piau) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Mauro Lobo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Gilman Viana Rodrigues, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG -; Sérgio Menin Teixeira, Diretor e Presidente do Conselho Empresarial Ciência e Tecnologia, representando o Presidente da FEDERAMINAS, Arthur Lopes Filho; Márcio Araújo de Lacerda, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Tecnológico da FIEMG, representando o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Stefan Salej; e o Deputado Sávio Souza Cruz.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Fórum Técnico Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica de Minas Gerais: Crises e Perspectivas, com o tema "Visão e Expectativas da Sociedade".

Palavras do Sr. Gilman Viana Rodrigues

Boa-tarde, senhoras e senhores. Agradeço ao Deputado Paulo Piau e à Presidência da Assembléia a cortesia do convite. Na pessoa do Deputado Paulo Piau, saúdo o Presidente da Assembléia, Deputado Antônio Júlio; caro Diretor-Presidente do Conselho Empresarial de Ciência e Tecnologia, Sérgio Teixeira, representando o Presidente da FEDERAMINAS; Presidente do Conselho de Desenvolvimento Tecnológico da FIEMG, Márcio Araújo, representando o Presidente dessa Federação; Deputados Mauro Lobo, e Sávio Souza Cruz.

Quando falamos sobre pesquisa e desenvolvimento, observamos que o passado e o presente nos têm levado a muitas descrenças. Há dificuldades de ganhos aplicados na pesquisa e no desenvolvimento da agricultura, que são nulos quando não são feitos com a presença do produtor rural, do agricultor.

Talvez seja o único segmento em que a ciência e a tecnologia são intrinsecamente dependentes do interveniente, chamado aplicador da tecnologia, que, no caso, é o produtor rural. Não dá para mandar recado em agricultura. Há que se agir.

Se falarmos do ambiente de pesquisa e desenvolvimento em Minas Gerais - tenho a certeza de que na parte da manhã já foi abordado isso -, teremos de falar que fazer pesquisa e desenvolvimento na base do discurso, da retórica, não é pesquisa. Pesquisa só se realiza se houver política de qualificação atualizada e permanente de recursos humanos. O mundo muda com uma velocidade tão grande, que, se não estivermos atentos à atualização dos conhecimentos disponíveis, ficaremos sempre repetindo o que fizemos no passado.

Há uma fonte abundante de disponibilização de informações na área de ciência e tecnologia. O que falta é a capacidade dinâmica de usar essas informações para tê-las como instrumento de decisão.

Para um projeto de ciência e tecnologia que envolva o Governo, que há de querê-lo e que envolva o setor privado, que além de necessitar dele, há de querê-lo também, é preciso que haja recursos. A pesquisa em si obriga qualquer projeto a ter disposição de recursos que não tenham retorno imediato. A pesquisa não é vendida no balcão, é gerada para provocar um produto que será vendido ou que vai gerar desenvolvimento. É preciso ter visão de médio e longo prazos para ter coragem de investir em pesquisa com saúde mental.

Uma coisa curiosa que ainda, lamentavelmente, é característica do Brasil, são as chamadas despesas adiáveis. Tudo aquilo que não pressiona pontualmente o Executivo, é adiado. Minas Gerais é campeã nisso. Não há verba para a agricultura como um todo, para a Secretaria da Agricultura e pesquisa, porque o efeito não é ostensivo. O que é ostensivo predomina sobre as outras coisas que não o são e desorganiza a seqüência dos projetos de pesquisa.

No que demandaríamos para que a pesquisa de Minas tivesse percepção e projetos, fui informado de que não teria recursos de "data show". Tinha preparado pequena apresentação.

Em relação à agricultura de precisão, à biotecnologia, à agregação de valor, por via de processamento e informação, há muita pesquisa sem aplicação, mas ainda estamos procurando o que investigar. A pesquisa aplicada não pode ser desprezada em relação à pesquisa investigatória. A pesquisa investigatória é nobre, é atualizadora, mas a pesquisa aplicada é fundamental para agregarmos aos produtos pesquisados as novas alternativas de uso do conhecimento, sob pena de repetir o que foi feito há quatro ou dez anos.

Na medida em que temos um produto desenvolvido e o projeto não é induzido pelo setor privado e pelo setor público para que seja transformado em ação geradora de conseqüências econômicas e sociais, estamos investindo em pesquisa, sem a responsabilidade de fazê-la dar retorno social e econômico. Aumentamos a prateleira dos dados estatísticos.

Sou produtor rural, fazendeiro de gado de corte e entendo do assunto. Alguns graduandos da Universidade Federal de Viçosa passaram tempos em minha fazenda, levantando dados para a defesa de tese de mestrado. Até hoje, não tomei conhecimento da conclusão dos trabalhos. Falta cultura aplicada na pesquisa; há muita cultura científica, acadêmica.

Quando não conseguimos associar o conhecimento científico ao negócio, é preciso alguém para bancar só o conhecimento científico. Se o Estado não tem condições, esse conhecimento científico fica empobrecido. Hoje a demanda da competição mundial faz necessário associar o conhecimento acadêmico e o conhecimento científico a uma meta que gere resultados econômicos e sociais. Esse é um estrangulamento que me parece grave.

Na agricultura, em 1990 e 1991, produzimos 57.000.000 de grãos em 37.600.000ha de área plantada. Nessa safra de 2000-2001 estamos colhendo 98.000.000t de grãos em 37.300.000ha. A área é pouco menor e a produção quase o dobro. Isso é pesquisa aplicada. As eficiências do método de produção e do processo exploratório do solo agregadas ao desenvolvimento genético das sementes e ao desenvolvimento de máquinas modernas levaram a ganhos de produção, sem aumentar a expansão da área.

A biotecnologia muda as vantagens competitivas da agropecuária e aumenta a velocidade de inovação. Nem fazemos idéia de produtos que existirão na biotecnologia daqui a quatro anos. Se não tivermos capacidade de acompanhar essas mudanças, daremos marcha a ré. A biotecnologia aumenta a produtividade e reduz custos; gera produtos e processos mais seguros em relação à saúde humana e produtos com novos predicados e atributos.

Na produção animal houve ganhos na sanidade, na nutrição, no melhoramento genético e na área reprodutiva. Na sanidade, não só por desejo e também por preservar o animal com maior longevidade, o padrão mundial de consumo exige certificação de qualidade sanitária dos animais colocados no mercado. Há a inseminação artificial, a transferência de embriões, a produção "in vitro" de embriões, a identificação de sexo e a

bipartição de embriões, a "sexagem" do sêmen e a produção de clones. A "sexagem" do sêmen, embora ainda cara, permite um programa de produção de acordo com o projeto da empresa.

Na biotecnologia, fase nova da agricultura em que há polêmica, sobretudo quanto aos organismos geneticamente modificados, há produtos fantásticos. As matérias-primas começam a ser identificadas e se constata que têm características essenciais. São melhoradas em proteínas, óleos, carboidratos e fibras.

Essas matérias-primas têm novas características funcionais com fórmula molecular diferente. Têm contribuição diferente na indústria, diferença na durabilidade, e as plantas e os animais produzem matérias-primas para as indústrias químicas, que são as futuras biofábricas.

A biotecnologia faz com que a qualidade nutricional e o sabor dos alimentos sejam mais padronizáveis; a segurança nutricional dos alimentos também. Não há variação freqüente no padrão dos alimentos. Há também diversidade funcional dos alimentos.

Qual é a nossa ansiedade? Falta de informação sobre benefícios e riscos do uso da biotecnologia, ou seja, essa polêmica dos organismos geneticamente modificados.

Ouvimos os setores produtivos sobre suas reais demandas para melhorar o direcionamento dos recursos da pesquisa, descobre-se uma coisa fantástica. Costumo usar uma imagem elementar, de vez em quando, por ser do interior. Vocês todos viajam e sabem que há uma tradição afetiva brasileira de, ao voltar para casa - e, quanto mais longa a viagem, maior a obrigação de se fazer isso -, trazer um presente para uma criança, um filho, um neto. Certa vez, o pai se esqueceu de fazer isso e, quando chegou à estação rodoviária ou ao aeroporto, sentiu-se obrigado a encontrar uma solução. Estava perto de um botequim velho, empoeirado, e viu uma boneca desbotada, horrorosa. Comprou, chegou em casa e, na presença da neta, falou para ela: "Olha que coisa maravilhosa eu trouxe para você". A criança, em vez de rir, ficou assustada. Ele ficou rindo para ver se provocava o riso na criança.

Há muito disso na pesquisa. Muitas pessoas estão pesquisando para nós sem saber se queremos. E trazem uma pesquisa enferrujada, empoeirada, porque não foi identificada a demanda. De novo, seria uma associação da ciência com o negócio. Sou um negociante, preciso gerar uma produção que me dê renda, que gere emprego, que pague minhas obrigações. Não posso ser apenas um aplicador de ciência se não tiver um boneco adequado que me alegre.

Há uma demanda de foco. Precisamos pesquisar produtos que sejam relevantes para a geração de riquezas, fundamentados na segurança do conhecimento. E essa história passa por um ângulo muito simples, que é o da confiança. O apresentador de um fato pesquisado só conquista a clientela na medida em que pode inspirar confiança quando informa o que descobriu. E como vai inspirar essa confiança? Sedimentado no conhecimento que ele próprio tem. Esse componente do conhecimento é fundamental para o pesquisador, para que eu, ao ouvir a proposta dele, perceba uma fundamentação oriunda do conhecimento.

Aí entra um outro plano, que não é do pesquisador, que é um conflito brasileiro, que é o fato de o destinatário do produto pesquisado não ser um alvo com o nível de escolaridade desejado. Temos preocupação com o nosso público. Quem for produtor rural tem a obrigação de cuidar disso com os seus empregados, com os seus parceiros, de viabilizar uma melhor compreensão dos fatos que estão em torno de cada um, para que cada pessoa seja um multiplicador do fato pesquisado, e não apenas um elogiador do momento único, que é o dia da apresentação do fato pesquisado.

Há um problema brasileiro ligado à biotecnologia. É uma coisa concreta: precisamos ter um conhecimento mínimo para confiarmos na tecnologia. A questão dos organismos geneticamente modificados envolve isso. A pessoa não estuda, não acredita e não aceita. O tempo vai passando, a tecnologia está disponibilizada e está sendo jogada para cima.

Isso guarda relação com o seguinte exemplo: o Deputado José Bonifácio, o Zezinho Bonifácio, pai do Bonifácio Andrada, era Deputado Federal no Rio de Janeiro quando a capital era lá. Quando a capital mudou para Brasília, eu o encontrei e perguntei: "Deputado, como está a vida?". Ele falou: "Gilman, Brasília é longe pra danar". "Como, Deputado?". "Eu ia para o Rio, eram 3 horas; agora para ir para o Rio, são 14 horas". "Como?". "De carro". Perguntei: "Por que não vai de avião?". "Gilman, não acredito que o avião fica lá em cima". O avião pousa e decola todo dia, mas ele não acreditava que ficasse lá em cima. Então, a tecnologia tem muito disso. Ele não acredita na tecnologia aeroespacial, aerodinâmica. A pessoa não acredita no OMG e fica falando que dá pereba, dor no cotovelo, cai o cabelo. É preciso haver confiabilidade na mudança, senão ela não acontece. A mudança só acontece quando os que estão envolvidos com ela a desejam, sob pena de fracassar. Obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Mauro Lobo) - Com a palavra, o Dr. Sérgio Menin Teixeira.

Palavras do Sr. Sérgio Menin Teixeira

Exmo. Sr. Deputado Paulo Piau, representante do Presidente da Assembléia, Deputado Antônio Júlio; Ilmo. Sr. Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Dr. Gilman Viana; Ilmo. Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Tecnológico da FIEMG, Dr. Márcio Araújo, representando o Presidente da FIEMG, Dr. Stefan Salej; Exmo. Deputado Sávio Souza Cruz, Exmo. Deputado Mauro Lobo, coordenador dos trabalhos.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer da minha satisfação em estar participando deste fórum técnico. Gostaria de enfatizar que a causa de minha satisfação tem duas vertentes principais. Por um lado, estou representando o Presidente da FEDERAMINAS e da Associação Comercial de Minas, Dr. Arthur Lopes Filho, que é uma pessoa de muita sensibilidade para com essa questão da ciência e tecnologia. Em segundo lugar, por um motivo mais pessoal. É que eu também sou egresso do sistema. Trabalhei durante muitos anos na Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, uma casa que é a matriz de muita coisa que se faz no Estado e que fornece quadros preciosos para quase todas as agências públicas e os institutos que trabalham nessa área.

Ao contrário do que a maior parte das pessoas pode pensar, não existe nenhum alinhamento, distanciamento e, muito menos, antagonismo entre o pensamento das pessoas que estão no âmbito do sistema de ciência e tecnologia e o das do âmbito empresarial. A parte mais lúcida do empresariado tem absoluta consciência da importância desse segmento, especialmente agora, nessa fase de dificuldades, nesse quadro mais tumultuado, em que as águas estão mais revoltas. Particularmente, tenho a convicção de que ou os brasileiros assumem o controle do navio ou ficarão a ver navios nesse particular.

A FEDERAMINAS e a Associação Comercial de Minas Gerais têm se posicionado de forma inequívoca em relação à importância de uma política consistente, robusta e estruturada para a área de ciência e tecnologia, para a sociedade e para o setor produtivo. A prova prática disso é que quarta-feira da semana passada foi estruturado o Conselho Empresarial de Ciência e Tecnologia, que tenho a honra de presidir. Ele foi recomposto, com uma presença multiinstitucional mais ampla, e fomos incumbidos de programar a atuação desse Conselho de forma intensa e efetiva, visando, pelo menos, a duas coisas mais importantes. A primeira seria uma ação tópica, ou seja, a FEDERAMINAS e a Associação

Comercial pretendem utilizar o seu poder de vocalização junto ao Governo e à sociedade para identificar os segmentos do sistema de ciência e tecnologia que precisam ser priorizados em cada instante, em face de cada conjuntura. É uma ação de natureza tópica mais permanente.

A outra ação seria de caráter mais global, mais integrado, com um engajamento efetivo na luta pelo robustecimento de uma política explícita de ciência e tecnologia no Estado de Minas Gerais. Em relação ao último ponto, a FEDERAMINAS tem uma visão muito própria. Vou tomar a liberdade de relatar dois ou três pontos principais dessa filosofia que se pretende adotar em defesa de uma política explícita de ciência e tecnologia em Minas Gerais. De um lado, entende-se que, na atual conjuntura, em um regime de feroz competição em nível planetário, não podemos mais dar-nos ao luxo de prescindir de um apoio tecnológico que permita a competição e o sucesso. De outro lado, existe a questão do fundamento para a garantia de um movimento favorável à implantação de uma política consistente nesse setor. Trata-se de uma tarefa difícil. Há que se sensibilizar governos que estão às voltas com crises fiscais rigorosas e complexas. Também é necessário mudar algumas prioridades nas ações governamentais, para que se destaque essa em particular.

Sinto-me à vontade para dizer tudo isso exatamente por ter participado do sistema durante muito tempo e por ainda considerar-me integrante dele. Acho que seria necessário mudar um pouco a própria cultura das pessoas do setor, que são formadoras de opinião. Há que se criar um sistema fundado em bases mais éticas, em favor da própria criação de um ambiente favorável à sustentação de uma política permanente de ciência e tecnologia. Quero chamar a atenção dos senhores especialmente para alguns valores éticos que existem em todo o mundo e na ausência dos quais não se consegue muito sucesso no setor. É uma mudança comportamental e cultural que temos que tratar de ativar, começando por nossos próprios hábitos, criando um comportamento mais ético, que tenha alguma expressão prática contra hábitos que tomamos como exemplos: o uso de "softwares" piratas, a prática generalizada de se copiar livros técnicos ou didáticos, em desrespeito ao direito autoral, e, principalmente, o desrespeito às patentes.

Quanto a esse último particular, tenho uma visão pessoal muito própria disso. Acho que uma maneira de incentivar novos talentos, de premiar o mérito no setor de ciência e tecnologia é exatamente respeitar as patentes e as outras formas de registro da produção intelectual, inclusive em nome daqueles que, efetivamente, trabalharam ou colaboraram na criação de certos conceitos, idéias ou inovações.

Peço licença ao coordenador dos debates para dar um depoimento pessoal, que acho emblemático, sobre a questão da ciência e tecnologia, que dá uma idéia das dificuldades em que nos encontramos.

Ao final da década de 70, trabalhava numa grande empresa de projetos em São Paulo e fui convidado para coordenar três projetos de engenharia de grande porte na Nigéria. Por uma série de circunstâncias, acabei não assumindo essa coordenação, mas, nas primeiras conversas com a equipe de prospecção, a qual já havia tido os contatos iniciais com a realidade da Nigéria, fiquei um pouco perplexo com a informação de que o grande problema para o desenvolvimento daqueles projetos estava na absoluta ausência de cartografia, os mapas disponíveis eram cartas escritas a bico-de-pena pelos ingleses, na época do período colonial. Na ocasião, estávamos com mapas disponíveis e atualizadíssimos. O País tinha acabado de deixar pronta, para uma ação coordenada do Serviço Geográfico do Exército, da Fundação IBGE e da SUDENE, a cobertura geográfica de todo o espaço territorial nacional, na escala 1/50.000, abaixo do Paralelo 20, e 1/100.000, acima do Paralelo 20. Estávamos mal habituados. Precisávamos estudar um projeto para seu desenvolvimento ou mesmo para uma cotação comercial. Mandamos buscar na mapoteca, e aquela carta estava absolutamente disponível. Hoje, passados 30 anos, infelizmente a constatação é de que ainda estamos no mesmo patamar. Não tenho como fugir à comparação com os padrões africanos.

Chamo a atenção para esse fato, porque uma das constatações que fizemos nesses projetos da Nigéria - não pude coordená-los, mas acompanhei o seu desenvolvimento durante muito tempo - é que a ausência dessa informação básica, desse conhecimento básico, gerou um impacto nos preços de execução, de 15% a 20%. Ou seja, os projetos ficaram mais caros nessa proporção por necessidade de se complementar com outros levantamentos de natureza mais específica, topográfico e outros. Há uma parte invisível do prejuízo que é de difícil codificação - não há meios de se saber, com certeza, qual foi o impacto final nos custos desses empreendimentos -, e há a imprecisão resultante da deficiência do conhecimento básico. São projetos menos completos, menos precisos do que aqueles que poderiam ter sido desenvolvidos com melhor qualidade.

Hoje o setor empresarial, notadamente aquele que é representado no âmbito da FEDERAMINAS, tem uma noção muito clara dessa questão. Ao encomendar um projeto de engenharia, um empresário sabe que vai ter, seguramente, um projeto mais caro, mais impreciso ou menos adequado por conta dessa deficiência básica. Da mesma maneira que isso existe em relação à cartografia básica, percebe-se que existe, com certeza, em outras áreas do conhecimento. Passa a ser de extrema importância restaurar a capacidade que as instituições do Estado tiveram para conduzir programas dessa natureza.

Fiz referência à minha casa de origem, o CETEC, porque ele chegou a fazer investimentos pesados, com equipamentos de porte, para o processamento de imagens exorbitais, e muito disso está perdido.

Recentemente, quando o Estado tratou da digitalização dessa base cartográfica disponível, o projeto avançou até um determinado ponto e acabou não sendo concluído no âmbito do GEOMINAS por diversas razões, notadamente pelas dificuldades orçamentárias e de capacidade operacional. Ninguém me tira da cabeça que lá no fundo existe também um componente comportamental, uma certa resistência das pessoas a se entusiasmar por um projeto que iria digitalizar uma base já bastante desatualizada.

Sr. Presidente, mencionei esses fatos dentro do cenário que é hoje visto na FEDERAMINAS e na Associação Comercial, que vão levar a um posicionamento efetivo, prático e que vamos fazer com que seja o mais eficiente possível, em defesa de uma política consistente de ciência e tecnologia no Estado. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Márcio Araújo de Lacerda

Boa tarde a todos. Em nome da FIEMG e do nosso Presidente, Stefan Salej, agradeço o honroso convite e cumprimento o Presidente da Mesa, demais autoridades, dirigentes e funcionários das instituições de pesquisa, senhoras e senhores.

Assumi o Conselho de Desenvolvimento Tecnológico da FIEMG em meados do primeiro semestre, a convite do Stefan. Até o presente momento o Conselho está constituído por representantes de empresas que têm alguma coisa na área de pesquisa e desenvolvimento. Na última reunião, decidimos convidar para fazer parte dele representantes das universidades e do Instituto de Pesquisa do Estado. Esta semana deveremos formalizar esses convites.

Ciência e tecnologia, no âmbito de uma entidade como a FIEMG, é algo muito amplo. A FIEMG tem os seus sindicatos que tratam desse assunto, as câmaras setoriais, que cuidam das cadeias produtivas, e os conselhos temáticos, dentro de uma estrutura matricial, no caso, ciência e momento tecnológico, é um deles.

Por ser um assunto muito amplo, o Conselho decidiu dedicar a sua atenção à cooperação da universidade e ao Instituto de Pesquisa e Indústria. Estamos numa fase de conhecer um pouco mais para formular os projetos. A FIEMG, como um elemento ativo na promoção do desenvolvimento do Estado, sempre deu importância a esse tema e, por meio do Instituto Euvaldo Lodi, vem procurando, principalmente em

cooperação com a própria FAPEMIG, desenvolver projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento. Mais recentemente, a FIEMG sentiu necessidade da formulação de um projeto mais estratégico e, com o apoio de várias consultorias, lançou o projeto Cresce Minas, que deve ser do conhecimento dos senhores, em que foram selecionados, entre 40 áreas econômicas do Estado, inicialmente 5 grandes blocos de área de conhecimento e de área produtiva para, pela metodologia de "cluster", procurar um desenvolvimento mais acelerado. Um deles é a biotecnologia, na área de Belo Horizonte, o outro é a eletroeletrônica, no Sul de Minas; agronegócio e fruticultura, no Norte de Minas. Tem-se procurado realizar um esforço de desenvolvimento. Nesse aspecto, a interação com os geradores de conhecimento, as entidades e as pessoas capazes de agregar valor ao produto para o mercado é muito importante.

Ouvi parte dos depoimentos de hoje pela manhã e vi que instituições povoadas de pessoas idealistas, trabalhando em condições precárias, têm sido capazes de produzir com excelente qualidade para Minas Gerais e para o País. Tenho certeza de que essa situação terá que ser resolvida porque é do interesse do Estado que a pesquisa venha a ter um papel mais estratégico no nosso desenvolvimento. Infelizmente, as instituições mais ou menos produtivas ligadas ao Estado têm problemas orçamentários por razões conhecidas políticas e econômicas equivocadas em nível federal, nos últimos oito anos, e, certamente, essas questões serão muito discutidas no próximo ano, na época da eleição presidencial.

Os mais antigos talvez se lembrem de que na década de 60, quando os militares estavam tentando executar o seu projeto, apareceu um livro de um futurólogo americano chamado Herman Kan, que era um gênio e que fez projeções para vários países para o ano 2000. Ele não dava para o Brasil uma posição interessante para o ano 2000. Isso foi um choque na época, porque ainda tínhamos um pouquinho da euforia desenvolvimentista da era Juscelino, e os militares estavam costurando o seu plano de Brasil potência. Foi um clamor geral porque economistas respeitados, como Simonsen, não aceitaram aquelas projeções. Acho que muito do planejamento estratégico que os militares fizeram naquela época teve a ver com as projeções de Herman Kan. Seria até interessante que algum pesquisador ou algum estudante de pós-graduação de economia fizesse um estudo sobre isso. Nessa época, tivemos iniciativas brilhantes como a criação da EMBRAER, mas medidas equivocadas foram tomadas, como na área da indústria eletroeletrônica, por exemplo, cujos efeitos sentimos até hoje. Um dos maiores déficits da balança comercial do País foi nessa área. Lembramos disso para "lincar" a um recente relatório das nações unidas que colocou o Brasil em 42º lugar no mundo, em relação à pesquisa e tecnologia ou pesquisa e desenvolvimento. Isso é muito triste porque estamos melhores em muitos outros indicadores, mas em ciência e tecnologia não se faz futuro, não se é competitivo. Temos o exemplo da Coreia, que é um país com pouquíssimos recursos, e resolveu, estrategicamente, ser competitivo pela ciência e tecnologia. Universidade, instituto de pesquisa, governo e empresários se uniram para serem competitivos no mundo, dentro de planos integrados. Não apenas a tecnologia, mas também a pesquisa básica está integrada a um plano estratégico de inserção competitiva em nível internacional. Acho que falta isso no País. Temos uma certa dispersão de recursos que deveriam ter uma aplicação mais definida em termos de prioridade para essa competição. A agricultura já demonstrou que pode se tornar mais competitiva pelo desenvolvimento e pesquisa, mas falta fazer a mesma coisa em outras áreas.

Resumidamente, a FIEMG entende que deveríamos buscar todos os recursos disponíveis dos orçamentos e dos novos fundos setoriais, e, por meio de discussão estratégica e coordenada, definir os setores em que seremos mais competitivos e canalizar os recursos para uma competição internacional.

Existe muita cooperação da indústria com a universidade. Verificamos, num seminário recente, a grande quantidade de recursos que as indústrias colocam nas universidades em projetos encomendados. Por que isso? Porque a indústria enxerga o mercado, define o objetivo e coloca o dinheiro, encomendando algo pronto e acabado. Está cada vez mais difícil encontrar empresas para financiar bolsas de estudo para pesquisas sem objetivo imediato de mercado. Essa é uma tendência muito forte hoje.

Naturalmente, para que exista essa coordenação, é preciso, antes, existir um governo com a visão de país, não tão preocupado em brilhar nos salões do circuito Elizabeth Arden, mas em olhar para os problemas dos nossos grotões.

É importante que, no debate político do próximo ano, esteja inserida a consciência de que, sem uma balança comercial superavitária forte, vamos ter sérios problemas como os que a Argentina está tendo hoje. Nossa balança de serviço, que inclui juros, "royalties", turismo e fretes é estruturalmente negativa. Sem balança comercial positiva não há salvação. O câmbio mata. Não podemos perder isso de vista. E os senhores, como pesquisadores e funcionários de instituições de pesquisa, não podem perder isso de vista. Não haverá orçamento adequado para os senhores sem mais impostos, sem crescimento econômico, sem distribuição de renda.

Não há solução corporativa. Não adianta a universidade achar que vai formar mais doutores e mais mestres e, com isso, publicar mais trabalhos e ser reconhecida. Se não patentear, não tem salvação. A Coreia patenteia 4 mil processos e produtos por ano nos Estados Unidos. O Brasil tem patenteado 100 em média. Isso é a morte.

Provavelmente, todos os senhores viram o novo projeto da lei de inovação do Ministério de Ciência e Tecnologia, que está recebendo sugestões até o final da próxima semana. Na quarta-feira, nosso Conselho e a UFMG farão um debate conjunto, para tirarmos conclusões e apresentarmos sugestões em comum.

Agradeço, mais uma vez, o convite. Estou programando uma visita com meus colegas às instituições, para conhecer melhor a realidade. A FIEMG está disposta a tomar parte neste debate.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Daremos, agora, início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores, encaminhando as questões por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizar os debates, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais.

Debates

O Sr. Presidente - É uma satisfação termos em nosso meio não apenas os palestrantes, mas também dois Deputados egressos da área de pesquisa: Paulo Piau, da EPAMIG, e Sávio Souza Cruz, da área ambiental da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Depois de tudo o que ouvimos neste seminário, ficou bastante clara a necessidade de uma política de ciência e tecnologia para o Estado e para o País. O abandono e a falta de perspectiva em que vivem nossas instituições de pesquisa devem-se à ausência dessa política em nosso Estado.

Somente a partir de uma política sustentável, que tenha continuidade, poderemos fazer os devidos ajustes, e Minas poderá ser, realmente, um Estado que tenha a ciência e a tecnologia como base para o seu desenvolvimento.

Portanto, em um debate como o de hoje, é muito importante que haja maior entrosamento entre instituições de pesquisa, área produtiva, universidades e, obviamente, a área governamental. Digo isso porque sabemos que há no Estado uma descontinuidade, o que é lamentável. Não temos uma gestão que dure sequer quatro anos - nem um Governo. Na área de ciência e tecnologia, não há nem um órgão, a começar pela própria Secretaria, cuja gestão dure mais que quatro anos - isso, quando há uma explicitação de políticas, porque o que é comum - e

lamentamos, repito - é que não haja continuidade. Normalmente, não temos nem o planejamento estratégico; quando o temos, é de curtíssimo prazo, quando não se pode imaginar um planejamento estratégico, na área de ciência e tecnologia, que não seja em médio e longo prazos. Portanto, esse envolvimento cada vez maior da área produtiva, da área de pesquisa, da área de fusão tecnológica e do próprio Governo, incluindo esta Casa, é de fundamental importância. Se não conseguirmos criar ambiente para essa discussão e para a cobrança de uma política duradoura - que não seja retalhada a cada Governo -, vamos continuar nesse processo de decréscimo.

A Sra. Maria de Fátima Abreu - Estamos discutindo, aqui, as demandas e expectativas da sociedade para a área de ciência e tecnologia. Hoje, pela manhã, foi ressaltada a importância de essa área trabalhar para minimizar a exclusão social em nosso Estado, na redução das desigualdades sociais. Assim, ao se falar em ter uma política sustentável na área de ciência e tecnologia para o Estado, gostaria de ressaltar que, embora concordando com a importância de a área de ciência e tecnologia estar acoplada à demanda do setor produtivo, para gerar mais riqueza, como disse o representante da FAEMG, ou para tornar a balança comercial mais positiva, como disse o dirigente da FIEMG, também acho fundamental que a política nessa área considere a necessidade de suporte tecnológico para o enfrentamento do problema da exclusão social, que, infelizmente, não está aqui representado. Então, gostaria de ouvir dos representantes da Assembléia, principalmente, como vêem a política de ciência e tecnologia e se vêem a possibilidade de haver políticas governamentais nessa área que priorizem projetos que tenham alto impacto social, permitam a redução da exclusão social em nosso Estado.

Aproveitando o resto do tempo, vou falar da minha área específica: a gestão de resíduos sólidos urbanos, de lixo. O suporte tecnológico para essa área significa também haver uma política, uma tecnologia de gestão que incorpore as pessoas que, para sobreviver, só têm o lixo. Hoje, nos 853 municípios do Estado, temos mais de 800 "lixões", na maioria dos quais há pessoas que deles sobrevivem. Assim, além do impacto ambiental seriíssimo que isso provoca, há aí a questão da desigualdade social. E, quando vamos resolver o problema do ponto de vista tecnológico, acabamos competindo com essas pessoas, que ficam ainda mais excluídas. Imagino que, da mesma forma, as outras instituições devem ter projetos com esse cunho, não especificamente voltados para o setor produtivo. Então, gostaria que considerássemos as questões referentes às políticas governamentais e a seu suporte tecnológico, na perspectiva da redução da exclusão social. Obrigada.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Boa-tarde. Não tinha a intenção de falar hoje, mas não posso deixar de responder à pergunta da Fátima. Para mim, todas essas coisas se entrelaçam. Sua pergunta acaba nos remetendo, após um rápido raciocínio, à conclusão óbvia de que um país é mais do que um mercado. O Governo Federal tem imposto ao País uma lógica em que cuida de que isto aqui seja um mercado, esquecendo-se de um projeto nacional - esquece-se de que um país é uma cultura, uma gente, um povo, um território, enfim, muito mais do que apenas um mercado. Portanto, o que observamos é a progressiva perda de capacidade de investimento dos governos - no caso do Brasil, de todos os entes federados, à exceção - quem sabe? - do ente líder, a União, que tem, por meio de vários instrumentos, concentrado recursos até em oposição e em contradição ao mandamento constitucional de descentralização. Então, por meio da Lei Kandir, do Fundo de Estabilização Fiscal, de DRU, o dinheiro tem sido retido pelo Governo Federal e usado não na construção de um projeto nacional, mas na administração de expectativas do mercado.

Por isso, a sensação de que o Governo Federal é, cada vez mais, de opereta, porque é refém de irradiar uma confiança e, portanto, manter uma certa tranquilidade no mercado, até que se tente desfazer uma apreensão cada vez maior nos meios informados do País de que o Brasil é uma pré-Argentina, de que esse processo crescente de utilização de 2/3 dos recursos nacionais no gerenciamento da dívida tem fôlego curto. Esse empobrecimento financeiro, esse empobrecimento moral dos governos fazem com que não vejamos uma política voltada para um projeto nacional. Quando não temos um projeto nacional, não há a preocupação com questões sociais, não há a preocupação com gente, com seres humanos, porque isso está fora da lógica pura e simples da administração de um mercado. Acho que é preciso que se retome um projeto nacional em que acreditemos. Nós, mineiros, aliás, somos herdeiros definitivos do sonho de Tiradentes de fazer deste País uma grande nação. Devemos ter projetos, aliás, um projeto de ciência e tecnologia comprometido com o bem-estar social, o que, infelizmente, não vemos hoje pelo País.

O Deputado Paulo Piau - Gostaria de dizer à Maria de Fátima que tivemos, outro dia, a participação do Reitor da Universidade de Ouro Preto, que fez um comentário interessante: se ele fosse à FAPEMIG com um projeto para o desenvolvimento de um produto ou de um processo, poderia conseguir recursos, mas, se necessitasse analisar por que os jovens, os adolescentes de uma cidade pequena estavam usando drogas, estavam se excluindo do processo, na verdade, ele não tinha tanta expectativa de receber financiamento para um projeto dessa natureza. Então, sempre falo da exclusão social. Aproveitando sua deixa, temos que tomar grande cuidado com relação ao enfoque da tecnologia. Vemos, de vez em quando, algumas pessoas combaterem a ciência e tecnologia, porque, neste mundo capitalista, os processos levam a uma menor utilização de mão-de-obra. Então, o desemprego está aí, e devemos ter, na verdade, um cuidado muito grande para não atribuir ao desenvolvimento tecnológico o desemprego grassado pelo mundo inteiro e, evidentemente, também no nosso País.

Para suprir essa demanda com relação aos projetos ligados à sociedade como um todo, evidentemente, falta vontade política. Não vejo outra explicação para isso e vejo a fragilidade da nossa democracia, na nossa participação como cidadãos. Sempre digo que a decisão política hoje é como se fosse uma mesa com dois pilares, o pilar do argumento. Vejam que ninguém contesta. Estamos aqui, desde a parte da manhã, e ninguém contesta que tecnologia é importante, e todos pedem mais recursos para tecnologia. Em uma democracia frágil como a nossa, o poder da pressão acaba sendo mais importante do que o poder do argumento, diferente das democracias mais desenvolvidas. Por isso, disse pela manhã que, muitas vezes, o pesquisador e cidadão hoje tem uma importância significativa para brigar e pressionar os Governos, seja Federal, seja Estadual, por mais recursos para a ciência e tecnologia. Então, você tem toda a razão, estamos todos na mesma direção e esperamos que, ao final deste encontro, consigamos mecanismos para argumentar e, evidentemente, pressionar. Só o argumento é pouco. Devemos pressionar o Governo, no nosso caso, do Estado, para que ele, realmente, utilize mais recursos na ciência e na tecnologia.

O Sr. Sérgio Menin Teixeira - Essa questão que a Maria de Fátima levantou dá margem a um outro exame que gostaria de conduzir. Estamos vendo, com muita frequência, a idéia de que posso comprar aquilo que não consigo fazer. Na realidade, esse é um engano. A tecnologia é aquilo que permite usar o conhecimento para resolver os problemas. Então, na realidade, devemos ter a chamada tecnologia endógena, não importa a tecnologia, ele deve estar aqui. Era só esse o registro que gostaria de fazer.

O Sr. Márcio Araújo de Lacerda - Essa questão da exclusão social no País é muito grave. O mercado não encontrará solução para ela, a não ser por meio de um crescimento econômico sustentável de, pelo menos, 5% ao ano, com distribuição de renda. A distribuição de renda deve vir com políticas sociais compensatórias, que não sejam meramente distribuição de tiquete, de bolsas de alimentação, etc., mas que passem também pela preparação das pessoas para entender melhor o que está acontecendo. O que vemos e ouvimos falar dos projetos comunitários envolvendo a questão do lixo são coisas muito meritórias. Posso afirmar para a Maria Cristina que ela pode encontrar, em seu trabalho, alguma receptividade nas entidades de classes empresariais para iniciativas de cunho solidário, que, estão, cada dia mais, espalhando-se.

A própria FIEMG tem um conselho de desenvolvimento social bastante ativo, com o qual seria interessante manter aproximação. É lógico que iniciativas individuais não resolverão o problema macroeconômico e de prioridades de política governamental, mas sempre é possível fazer muita coisa em nível local.

O Sr. Presidente - Complementando o que já foi dito, falta política para a área de ciência e tecnologia. Deveria haver ênfase na área social de ciência e tecnologia, talvez reservando recursos para serem destinados a programas de tecnologia apropriados.

O Sr. Eustáquio Mário Ribeiro Braga - A questão humana, que se sobrepõe a qualquer tema, já foi abordada. O ser humano deveria ser discutido filosoficamente, em outro fórum. Tudo o que move a ciência e tecnologia é o ser humano. Tudo vem ao encontro do ser humano, não de encontro ao ser humano. Aqui estamos totalmente perdidos, porque, por mais que discutamos propostas, faltam diretrizes. Não falo apenas

do Estado. Todos nós, quer efetivos, quer com mandato parlamentar, estamos tentando construir o Estado. Mas antes vamos construir o ser humano, vamos pensar grande, vamos pensar que precisamos valorizar não o servidor público, mas o cidadão, o homem que consumirá, de acordo com a visão capitalista. Aí entra a questão da distribuição de renda, que, a meu ver, será secundária, porque renda pressupõe desigualdade. Estamos falando de exclusão, o que é pior. Há pessoas que não estão no mercado. Talvez, com essa má distribuição, todos se sintam penalizados. Pelos números, sabemos quem detém o poder, quem detém o capital e quantos são explorados por esse capital.

Gostaria de receber comentários a respeito disso. Na Casa, está tramitando um plano de carreira para valorizar o servidor público, os recursos humanos, que estão escassos. O menor salário de nível médio não é R\$360,00. É a proposta que está aqui que valoriza o pesquisador. Mas cada ser humano é pesquisador de si mesmo. Pesquisem-se. Obrigada.

O Sr. Presidente - Alguém da Mesa gostaria de fazer algum comentário sobre as colocações do Eustáquio?

Pergunta de João Marcos Franco, da EPAMIG, a Gilman Viana e ao representante da FIEMG: "Nos precários resultados das contas externas do Brasil, o resultado superavitário das exportações do agronegócio pode ser visto como indicativo de eficiência da pesquisa agropecuária?"

O Sr. Gilman Viana Rodrigues - Pode, sim. Não apenas para pesquisa. O desempenho tem muito a ver com a capacidade negociadora e o acesso a mercados. Temos chances enormes de aumentar esses saldos e, nas negociações internacionais, conseguir afastar as barreiras que impedem o acesso dos produtos brasileiros ao mercado. Somos competitivos por alguns fatores, um dos quais o desenvolvimento tecnológico. A agropecuária brasileira, sobretudo a chamada agricultura tropical, que teve um avanço enorme nos cerrados, é, sem dúvida, uma resposta oriunda de pesquisas. Foi um setor muito bem trabalhado em sua transferência para o usuário. A decantada bacia leiteira da Zona da Mata agora está no Triângulo Mineiro, conseqüência de um modelo gerencial diferenciado.

Este ano, o agronegócio deve gerar um superávit na balança comercial de US\$18.000.000.000,00. Se a balança tende a ter um saldo de apenas US\$2.000.000.000,00, o setor não agrícola está gerando um déficit de US\$16.000.000.000,00. Não precisamos apenas aumentar as exportações. Precisamos ter capacidade de produzir componentes de alta tecnologia para complementar nossos produtos exportáveis no setor de manufaturados.

O exemplo da EMBRAER, uma glória para o Brasil, tem um componente fantástico. Ao vender um avião de US\$150.000.000,00, importa US\$90.000.000,00 em componentes. Isso não é errado, mas precisa melhorar. Temos que superar o atraso da lei do computador para que vençamos, com produção doméstica, os déficits comerciais.

O Sr. Márcio Araújo de Lacerda - Em relação à agricultura, há coisas a acrescentar. Quanto aos problemas na área de tecnologia da indústria, há coisas inexplicáveis acontecendo no País. Vocês devem ter acompanhado, pelos jornais, no ano passado, os debates sobre a nova versão da lei de informática, que evoluiu bastante. Na versão anterior, a lei de informática previa que os produtos fabricados e montados no Brasil com microprocessadores que atendessem ao processo produtivo básico, aprovado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, teriam direito à isenção do IPI, desde que investissem 5% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento, sendo 2/3 em universidades e instituições de pesquisa. Isso gerou enorme volume de investimento nas empresas e nas instituições de pesquisa. Eu tinha uma empresa na área de telecomunicações, que vendi para uma multinacional, há dois anos; foi classificada, em 1999, como a 20ª maior investidora nessa área. Investimos US\$5.000.000,00 devido à lei de informática. Essa lei foi exaustivamente negociada no ano passado, sofreu pressões da Zona Franca de Manaus e se encontra esperando sanção final porque a burocracia está discutindo as alíquotas de imposto de importação, de IPI, etc. Resultado: todas as multinacionais, uma vez que já não temos empresas brasileiras nessa área, adiaram seus projetos de fabricação local e passaram a importar violentamente os novos produtos, no decorrer desse ano. Dessa forma, o saldo negativo cresceu exponencialmente, devido à burocracia de Brasília, na disputa de espaço entre um Ministério e outro. É muito difícil avançar dessa forma. A agricultura pode produzir cada vez mais superávits, mas, com esse tipo de direção, em Brasília, não avançaremos.

O Sr. Presidente - Pergunta de Cleide, da EPAMIG, dirigida ao Deputado Mauro Lobo: "O senhor, que está inserido na política, pode nos ajudar, junto com seus colegas, a resolver o problema de descontinuidade nos projetos de ciência e tecnologia? São tantos anos de discursos semelhantes..."

Cleide, eu teria uma resposta que - creio - seria uma solução duradoura: a reforma do Estado. Quando falo em reforma do Estado, refiro-me ao Governo Federal, ao Governo Estadual e aos municípios. Estamos presenciando a descontinuidade, que não é a origem de todos os males, mas mostra seus efeitos. Quando o Eustáquio, da Associação dos Empregados da João Pinheiro, falava sobre a remuneração, uma das questões apontadas foi o problema estrutural de remuneração na área pública. Hoje, no orçamento, dos recursos disponíveis, temos 71% aplicados em salários, tanto dos aposentados quanto dos da ativa. E não adianta dizer que a situação melhorará quando aumentarem as receitas ou que o Estado diminuirá seu quadro, etc. Estamos vendo várias instituições, na área de ciência e tecnologia, sucateadas exatamente por falta de renovação, de perspectiva, sem a entrada de novos recursos humanos. Mexer na estrutura do Estado é muito demorado. Em curto prazo, pode haver uma forte ação política do Conselho de Ciência e Tecnologia. Encontram-se representadas, no Conselho, as áreas de pesquisa, governo, produtiva e sindical, e ele pode ser um fórum de cobrança de uma política mais incisiva para o Estado. Creio que respondi, mais ou menos, a sua pergunta.

Uma mudança estrutural no Estado não começa aqui. Aqui poderá haver um fórum de discussão e, obviamente, de pressão, mas a mudança tem de vir do Executivo, em todos os níveis, implicando, inclusive, uma reforma constitucional. Qual o órgão que pode, na área da ciência e da tecnologia, começar a pressionar? Acredito que seja o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, pela sua representatividade. O Deputado Paulo Piau, que faz parte do Conselho, afirma que ele não está funcionando. Isso é lamentável, porque lhe cabe definir as prioridades para a área da ciência e da tecnologia. Com a palavra, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Comentarei a pergunta da Cleide. Na verdade, em 1988, já se identificava esse problema da descontinuidade da ação na área da ciência e da tecnologia e até dos investimentos. Em razão disso, surgiu, na Assembléia Legislativa, uma emenda à Constituição que propunha, àquela época, a destinação de 3% do orçamento do Estado à ciência e à tecnologia. Embora isso esteja contemplado na Constituição, sabemos que jamais foi cumprido, apesar de o percentual ter sido diminuído. Temos de pensar na reforma do Estado, porque o Governo Federal, sob esse título, tem promovido um desmonte da capacidade do Estado em interferir na vida nacional. Ouvimos dizer que o funcionário público não serve para nada, mas o Dr. Gilman mencionou que a EMBRAER é o maior sucesso em exportação. Não deixamos de ter orgulho quando pensamos que grandes executivos do mundo desenvolvido voam em aeronaves produzidas pelos "barnabés" brasileiros. É preciso que compreendamos melhor o que acontece no Brasil e percebamos que temos um Governo sem um projeto nacional. Fizemos a inserção do País num processo de globalização descomprometido com o processo de preservação da soberania e de um projeto nacional. Para tanto, sabemos que não pode haver um projeto de soberania nacional sem uma ciência e uma tecnologia próprias. Um povo não é verdadeiramente soberano, caso não possua tecnologia e conhecimento e não domine as técnicas e a ciência. Portanto, competemos fazer a inserção da ciência e da tecnologia no contexto de soberania de projeto nacional.

O Deputado Paulo Piau - Aproveitando a pergunta da Cleide, farei uma indagação às entidades representativas do setor produtivo. Na verdade, há uma relação efetiva entre as instituições de pesquisa aqui representadas e o setor produtivo, sobretudo nas questões fundamentais de uma instituição? Estamos discutindo o orçamento, por isso peço esse esclarecimento, para que possa fazer o meu comentário sobre a questão da Cleide. As instituições estão entrelaçadas com o setor produtivo na empreitada de fazer com que o Governo enxergue que é importante alocar mais recursos - tanto humanos quanto materiais e financeiros - para as instituições de pesquisa? Gostaria de ouvir as três instituições, se for

possível.

O Sr. Gilman Viana Rodrigues - Fico encantado com a necessidade do setor produtivo de pressionar o Governo para governar. A ciência e a tecnologia têm de fazer parte de um projeto do Governo, sem a necessidade de pressioná-lo. O corporativismo setorial tem de exercer essa pressão, mas a ciência e a tecnologia devem fazer parte de um projeto do Estado, da nação e da sociedade. A estrutura dos dirigentes dos órgãos governamentais foi convocada com a qualificação de pensar o Estado, e não de atender ao que se cobra. Essa parte do projeto não nos cabe. Cabe-nos demandar as necessidades setoriais. O Estado tem de pensar não apenas no que diz respeito à tecnologia, mas também a todas as oportunidades. Esse projeto visa criar uma estrutura competitiva no Estado - fiscal, produtiva, desenvolvimentista e sustentável - da ciência, da tecnologia e da pesquisa de desenvolvimento, obviamente, apoiando as estruturas existentes e cumprindo os orçamentos legais. Será que ainda falta uma lei para que todos sejam obrigados a cumprir as leis existentes, inclusive os Estados?

O Sr. Márcio Araújo de Lacerda - Posso estar mal informado, mas, até onde sei, falta um projeto de desenvolvimento do Estado. Isso já existiu, mas, atualmente, não vemos nada semelhante. Onde estão as vantagens competitivas e as vocações para o investimento? Para onde vamos prioritariamente canalizar os poucos recursos disponíveis para a ciência e tecnologia?

Não sei se hoje o tripé INDI, BDMG e Fundação João Pinheiro está em condições de desempenhar o papel de agência de desenvolvimento, mas falta uma análise do que é possível fazer com os recursos existentes, do que temos de mobilizar, em termos de capitais locais e de outros Estados e países, e de quem devemos convidar a vir para cá. Os outros Estados estão agindo dessa forma. No Paraná, em Santa Catarina e no Ceará, as rivalidades políticas estão sendo deixadas de lado, para se criar uma sociedade anônima e virtual, a fim de se buscar o interesse do Estado. Há certa mobilização, metas a serem cumpridas, e cada um tem seu papel, tanto no campo governamental como no privado.

O mesmo não ocorre em Minas Gerais, e isso é uma pena, porque, sem planejamento, não há o que fazer. Existem problemas quanto a recursos, mas, apesar do estouro da bolha de dinheiro fácil para investimento pelo mundo afora, há ainda muitos fundos de investimento para projetos emergentes disponíveis. Falo isso de cátedra, porque sou sócio de um fundo de investimento, e encontramos enorme dificuldade para aplicar os recursos. Portanto, falta coordenação.

O Sr. Sérgio Menin Teixeira - Tenho dificuldade de fazer uma leitura do setor produtivo como um todo, mas, no âmbito do segmento representado na FEDERAMINAS, imagino que a questão da junção das instituições de ciência e tecnologia com o setor produtivo não ocorre de forma muito intensa, na fixação das prioridades ou na seleção de programas.

Existe certo intercâmbio na venda de serviço das instalações existentes, algo que as instituições vêm fazendo. Mas, na escolha das prioridades de pesquisa, acredito que não há.

Também não vejo - fui pego meio de surpresa por essa questão - que haja necessidade dessa vinculação muito nítida. É claro que, para alguns setores de produção já tradicionais, que representam linha importante para a economia, é indispensável que as instituições de pesquisa instrumentalizem esse setor através do desenvolvimento de novas tecnologias. Mas acho que é um espaço para começarmos a pesquisa tecnológica ou a geração do conhecimento em outras áreas. E, no vácuo delas, deve surgir alguma atividade empresarial. É o que poderia falar.

O Deputado Paulo Piau - Só queria fechar a questão da Cleide, porque realmente preocupam as informações trazidas.

Compreendo o que disse o Dr. Gilman: que é preciso uma lei para fazer o Governo cumprir a lei. É sério, é gravíssimo. Fizemos este comentário de manhã: "enquanto não há consciência para se cumprir aquilo que é importante para a sociedade, o pesquisador deve ficar pesquisando".

Comentamos aqui, Dr. Gilman, que o pesquisador tem uma tarefa a mais, que é exatamente correr atrás. E o ideal é que o Estado cumpra seu papel, porque fazer ciência, pesquisa e educação é seu dever. Infelizmente, a realidade nos conta que o Estado não cumpre sua obrigação, seja ele qual for. Não estou me referindo a Minas, pode ser a União ou algum município. Então, é importante que estejamos nos laboratórios pesquisando, com recursos, e que o Governo cumpra a sua parte.

A Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia buscou o Ministério Público, fez representação contra o Governo do Estado para o cumprimento do 1%. Eram 3%, passou para 1%, e, agora, estão destinados à FAPEMIG apenas 0,3%, conforme dados do ano passado. Cabe à Assembléia fazer a lei, mas cabe ao Judiciário fazer cumprir a lei. O Dr. Gilman disse que não é responsabilidade nossa, que o Governo tem que cumprir sua parte. Vamos fazer a lei para o Governo cumprir, mas, se a justiça não obriga o seu cumprimento, a quem isso vai competir?

As empresas de ciência e tecnologia devem interagir mais com o setor produtivo, até para buscar a força política necessária, em vista do momento e da falta de consciência em que o País vive. Isso seria desnecessário se fôssemos organizados.

Cleide, registro essas palavras para a sua reflexão e para reflexão de todos.

O Sr. Joaquim Dias Nogueira - Novamente as questões ficam para trás, mas acabam sendo contempladas de uma forma ou de outra.

Há um grupo de pesquisadores das instituições públicas que manifestou preocupação com a progressão salarial, a carreira e outras necessidades que são emergenciais, como o financiamento de pesquisa. Talvez estejam preocupados exageradamente, deixando, às vezes, tal preocupação limitar sua ação, que também deve estar voltada para outras questões, que não a de vir a uma plenária pública no Estado e fazer determinadas reivindicações que não são da sua competência. Às vezes, até quanto à forma de elaborar e de expor, alguns colegas não têm facilidade para considerar políticas públicas. Mas a iniciativa privada representada já foi contemplada, quer dizer, pensa em como atender a todas as demandas da sociedade e gerar modernização no futuro. É quase inviável pensarmos que o Estado seja capaz de resolver todos os nossos problemas. Então, será que falta disposição mais consistente da iniciativa privada e dos segmentos aqui representados para se sentar com o Governo? Não vou discutir o elemento coordenador, se há um elemento, se o Estado, a sociedade ou a iniciativa privada realmente deve assumir esse papel de coordenador da discussão.

Efetivamente, como pesquisador - diante de alguns colegas, sou um pesquisador medíocre -, não tenho como falar muito, mas sei que não precisamos nos despojar de certas prerrogativas, de sabedorias para avançar e criar uma sociedade futura preocupada com a questão da alimentação e de políticas regulatórias, uma sociedade diferenciada em vista da agregação e da disposição do homem e de sua capacidade de conhecimentos, de geração de idéias, enfim, uma sociedade moderna. É isso.

O Sr. Presidente - Vou agregar ao comentário do Joaquim o que disse Maria Regina, da EPAMIG: "O desempenho das instituições de pesquisa e desenvolvimento depende de estrutura adequada e capacitação para transferência para o setor produtivo.

Isso parece estar muito claro. Até que ponto o setor produtivo das empresas privadas estaria disposto a investir, em termos de espaço político e de participação de recursos financeiros, na direção de política aplicada ao desenvolvimento?". Peço aos três representantes da iniciativa

privada que respondam a essa questão.

O Sr. Sérgio Menin Teixeira - Acredito que essa parceria ou o investimento na busca de solução tecnológica vai ocorrer na estrita medida da possibilidade de aquela linha vir a produzir resultados financeiros. Não tenho ilusão de que isso foge a esse modelo no âmbito empresarial. É um modelo que permite ampla linha de atuação. Então, podem ser utilizados mecanismos que sustentem linhas inteiras de pesquisa, com base nos resultados financeiros das que forem geradas.

O Sr. Márcio Araújo de Lacerda - Não disponho de dados a respeito do volume de investimentos das empresas privadas em instituições de pesquisa de Minas Gerais. Fizemos um seminário na FIEMG, em junho, justamente para discutir a questão, em que estágio está a cooperação da empresa mais voltada para a universidade. Vimos depoimentos de representantes da FIAT, da TELEMAR, da CEMIG e de várias universidades, de Viçosa, Juiz de Fora, Ouro Preto, da UFMG. O número de projetos e os valores envolvidos são bastante expressivos. Por quê? A empresa chega com uma demanda, tem uma necessidade de mercado, precisa de pesquisa básica, de aprimoramento incremental de um processo, de um produto, então, encomenda e negocia essa pesquisa com um objetivo. Mostrei isso aqui antes, e envolve bastantes recursos. Quando o pesquisador tem um lampejo de criatividade e faz alguma coisa por iniciativa própria, pode fazer algo, concluir, mas depois vai ter de enfrentar a dura realidade do questionamento de mercado, se aquele projeto é viável ou não. Então, existe certa dissociação nesse processo. O pesquisador, quando tem a verba para pesquisa, deveria se preocupar um pouco mais em saber de que o mercado está precisando, sem nunca se esquecer da sua patente.

Em relação à iniciativa, o Projeto Cresce Minas, da FIEMG, é de muito fôlego. Foi uma iniciativa em que se gastou muito dinheiro com consultorias. É possível obter dados sobre isso, por meio do "site" da FIEMG, em que foram definidos aqueles setores em Minas Gerais que têm mais condições de crescimento em curto prazo, principalmente devido a essa possibilidade de sinergia forte com as instituições de pesquisa, com os geradores de conhecimento na própria região.

O Sr. Gilman Viana Rodrigues - Há uma crise de desconfiança, pois o setor produtivo não acredita no Estado, que também desconfia do setor produtivo. É preciso recuperar isso. Os abnegados são os candidatos a levantar essa bandeira, ao nosso lado e ao lado do Estado.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Quando assumi a Secretaria de Administração, recebi a honrosa visita do ilustre e emérito Prof. Paulo Neves de Carvalho, que, entre outras coisas do seu brilhante currículo, foi o fundador e 1º-Secretário de Administração do Estado, no Governo Magalhães Pinto, ocasião em que foi colega de secretariado do meu pai. Fez um comentário que gostaria de trazer aqui, a propósito do comentário do Dr. Gilman, sobre o cumprimento das leis. O Dr. Paulo disse que, no Brasil, observamos crescente abismo entre a realidade e a norma. E que, infelizmente, com toda sua experiência, percebia que toda vez que a norma se chocava com a realidade, inevitavelmente, a realidade ganhava. Não é preciso ser grande conhecedor das leis do nosso País para saber que, por exemplo, constitucionalmente, os juros são de 12%. Isso já foi cumprido? Quando? Onde? Isso vem da vocação do legislador brasileiro para refletir, no texto legal, uma espécie de inspiração desiderativa. Reflete o desejo. Agora, isso está sendo muito agravado pela irresponsabilidade com que o Governo Federal tem tratado a confecção de leis. Hoje fazem-se leis no Brasil, única e exclusivamente, para subsidiar rodadas de negociações com o FMI. Darei um exemplo: era Secretário de Administração quando saiu a Lei Federal nº 9.717, dizendo que nenhum ente federado poderia gastar, com seus inativos, mais que 12% da receita líquida corrente. O Estado gastava 26, 27%. Numa reunião em Brasília, disse: "Como ainda não foi regulamentada a demissão do aposentado, como também não conheço o instituto da exoneração do pensionista, como vou baixar para menos da metade o comprometimento?". Talvez o Presidente Fernando Henrique esteja sugerindo que contratemos um "serial killer", com a missão de eliminar as pessoas e seus descendentes, como única forma de atingir o fim. Será que o Sr. Pedro Malan e o Sr. Gustavo Franco não sabem que essa lei é irreal? Claro que sabem. Para que a fazem? Suspeito que é para subsidiar rodadas com o FMI. Está na hora de fazer uma discussão.

E a questão dos inativos? Agora está resolvido: no Brasil é lei, todo mundo gastará só 12%. E assim sucessivamente. Dessa forma, como é que as leis podem ser cumpridas? A entrega da Cia. Energética do Paraná é o maior projeto daquele Estado. O Fundo de Pensão do Paraná furou no primeiro mês.

Em Minas Gerais estamos tentando preservar os instrumentos para, assim que se mude a política federal, ter o mínimo de condições para retomar um projeto de compromisso com o povo brasileiro. Esse é o principal planejamento que está sendo feito em nosso Estado.

O Sr. Presidente - Pergunta de Nísio de Souza Armani, do CREA-MG, ao Dr. Gilman: "Considerando-se a quase duplicação de produção de grãos - graças ao desenvolvimento em ciência e tecnologia -, não estaria justificado maior investimento nessa área?".

O Sr. Gilman Viana Rodrigues - Estaria. Onde está ocorrendo o maior desenvolvimento da produção? Isso não acontece em todas as áreas. Existe a conexão entre o empresário e a pesquisa. É preciso ter capacidade de investir para fazer a escala. A produtividade não foi atingida somente com a gestão tecnológica, mas também na escala, na capacidade gerencial. Há um ponto fantástico nessa conexão, que é a preparação das pessoas. A história do despreparo do cidadão brasileiro - um nível de escolaridade em torno de 4,8 anos por pessoa - é um mal muito grave, um obstáculo para se atingir sucesso e maior velocidade na aplicação da ciência e da tecnologia. Sem dúvida, o crescimento da produtividade no meio rural se deve a um avanço da pesquisa no setor. É bom lembrar os elementos novos que a EMBRAPA lança, cada vez mais, no mercado.

O Sr. Presidente - Existem duas perguntas dirigidas à Mesa, que podem ser agrupadas. A primeira foi formulada por Maria José Granate, da EPAMIG: "Uma das expectativas da sociedade é a renovação dos quadros de pesquisa e desenvolvimento e de ciência e tecnologia. No entanto, as várias centenas de mestres e de doutores, formados todos os anos pela universidade, não encontram mercado privado de trabalho nem concursos públicos. É um desperdício de gente e de investimentos: o Governo paga os professores, financia os projetos e concede bolsas. A sociedade e o País têm direito a um retorno. Esta Casa tem alguma proposta para a rápida utilização dos recém-doutorados?".

A outra pergunta foi formulada por Maria Inês, da EPAMIG: "As conquistas deste fórum serão estendidas a todas as empresas de pesquisa? A questão do plano de cargos e salários, no caso da EPAMIG, também está sendo avaliada no conjunto das demais? Como está sendo comentada a questão da política estadual de ciência e tecnologia, não seria oportuno o fortalecimento de uma Secretaria de Estado que englobasse todos os órgãos de pesquisa de Minas, a fim de fortalecer mais o setor?".

O Deputado Paulo Piau - Com relação ao plano de cargos e salários, foi dito, na parte da manhã, que as instituições estão desenvolvendo seus planos de cargos e salários. Evidentemente, a EPAMIG está ficando fora desse contexto. Portanto, faço uma convocação, a fim de que o plano de cargos e salários da área de ciência e tecnologia contemple todas as empresas, inclusive a EPAMIG. Com certeza, essa proposta sairá dos grupos de debates. É preciso verificar como isso se enquadra, porque a constituição jurídica das empresas é diferente. A EPAMIG é uma empresa, mas existem as fundações e as autarquias. É preciso analisar esse assunto.

Já existe discussão sobre uma só Secretaria para a ciência e a tecnologia. Fizemos um debate, há mais ou menos cinco meses, com relação à ida, sobretudo da EPAMIG, para a Secretaria da Ciência e Tecnologia, ou seja, a proposta seria colocar tudo dentro da mesma orientação. Não houve consenso dentro da empresa com relação a esse assunto. Desde que o setor agropecuário seja contemplado e tenha alguma perspectiva, alguma coisa que se vislumbre duradoura, inclusive a recomposição das equipes de trabalho, não importa onde está colocada a EPAMIG, não importa em que Secretaria. É preciso ampliar os debates internos naquela instituição. Solicitei ao Dr. Salustiano que mostrasse aos membros da EPAMIG alguma luz diferenciada da que está relacionada com a vinculação do órgão à Secretaria da Agricultura. O local é o menos

importante. O fundamental é a perspectiva de recomposição da empresa e do trabalho.

Quanto ao aproveitamento de recém-doutorados, não somos o Poder Executivo. Elaboramos as leis e fiscalizamos o seu cumprimento. Esse programa deve partir do Governador do Estado. Em relação ao que couber à Assembléia, quanto aos aspectos legislativo e de fiscalização, além da realização de debates, estaremos abertos.

O Sr. Gilman Viana Rodrigues - Voltarei ao assunto relacionado com a pesquisa e o setor público. Há um caso concreto: encontramos freqüentemente pesquisadores que querem desenvolver projetos, e a burocracia não permite. Para se comprar meia dúzia de lápis, levam dois meses e meio. A pesquisa não espera isso. A vida privada e empresarial não espera isso.

Sobre o problema de se criar uma Secretaria, ela pode até ser criada, mas não enxergo isso como solução, de forma alguma. Se houver uma valorização das que aí estão, dando um projeto para cada uma, um projeto coordenado para cada instituição, não é preciso criar mais órgãos. Não sou eu quem vou pagar a conta, mas acho absolutamente desnecessário criar mais diretorias.

O Sr. Presidente - Dr. Gilman, só para clarear, a questão é se essas instituições deveriam ser todas agrupadas na Secretaria da Ciência e Tecnologia, não é criar uma Secretaria.

O Sr. Gilman Viana Rodrigues - A não ser a EPAMIG, acho que deve continuar com a Secretaria de Agricultura. Se há outros institutos abrangentes, que não são específicos, sim, mas se é a Empresa Mineira de Pesquisa Agropecuária, confesso que reuniões que já tive na Secretaria de Ciência e Tecnologia para tratar do assunto do leite, se não fosse a contribuição da EPAMIG, seriam difíceis de ser compreendidas. Não vejo sentido em mudar sem melhorar o que está aí. Vamos melhorar o que está aí para depois mudarmos.

O Sr. Sérgio Menin Teixeira - Sobre as duas questões: em primeiro lugar, sobre essa proposta de se agruparem no mesmo sistema operacional, na mesma Secretaria, diversas instituições. Os especialistas em administração pública têm se manifestado unanimemente contra essa idéia. Em si, isso não vai trazer nenhuma melhoria. A idéia de se obter um bom desenho ou um bom arranjo na administração pública é muito semelhante à idéia de se fazer a mesma coisa em nível empresarial ou dentro de uma mesma instituição. É a escolha do programa. Onde vamos fixar a atenção? Escolho tantos programas que são as linhas principais de ação política, e tudo o mais é periférico em relação àqueles programas. A mesma coisa acontece na distribuição das vinculações entre as Secretarias e órgãos subordinados. Escolho onde vou centrar minhas ações e distribuo outros satélites em volta daqueles pontos. Não precisa haver necessariamente um ponto focal de ciência e tecnologia com esse atributo; pode haver instituições de ciência e tecnologia distribuídas por outros sistemas operacionais, atendendo propósitos específicos.

A outra questão é uma certa desilusão com a existência de doutores e outros formados em programas especiais de treinamento sem aproveitamento no mercado de trabalho. Na realidade, isso é o que há de perverso na economia. Na minha leitura, ocorre com todo mundo, não só com aqueles que estudaram, fizeram doutorado ou se submeteram a um programa especial de treinamento. O que há de mais perverso na crise é exatamente o sacrifício de talentos. É mais ou menos equivalente a um bom jogador de futebol que tivesse aparecido na época em que o Pelé reinava incontestemente. Ele nunca teria a chance de aparecer como o melhor jogador. Vivendo nesta crise do Estado como um todo e nesta crise econômica, a pessoa perde oportunidades.

O Sr. Márcio Araújo de Lacerda - Volto a insistir que essa questão é um problema de planejamento, é uma visão de futuro para a economia do Estado. O Deputado Sávio não gostou muito da referência que fiz ao Paraná. Não que o Paraná seja necessariamente mais bem administrado que Minas Gerais: o que eu disse é que existe uma coordenação forte entre os meios empresarial, estatal e político para definir objetivos setoriais alcançáveis em prazo curto e médio e todos batalham por aquilo acima das divergências partidárias, ideológicas e as demais. Acho que, em Minas Gerais, está faltando isso.

Com relação à questão do organograma, pode ser resolvida com as metas. A melhor estrutura que existe é a matricial, é a gerência de projetos com resultados claramente mensuráveis e definidos. Cada um sabe o que tem que fazer e é cobrado por isso. Pode haver uma redução de secretarias, porque esse não é o problema. O problema é que quem está na linha de frente tem um objetivo claro e sabe que vai ser cobrado ou premiado por isso.

A Sra. Magdala Alencar Teixeira - Obrigada, Deputado Mauro Lobo. Na verdade, quando pedi para fazer uma intervenção, estava contextualizada numa pergunta que o Deputado Paulo Piau dirigiu aos representantes do setor produtivo organizado. Eu queria dizer que a demanda pelos trabalhos do Instituto Tecnológico e do CETEC em especial tem sido crescente; a demanda e a oportunidade de parceria. De 1999 para 2000, tivemos um aumento de 68% na captação de recursos da iniciativa privada. Contando rapidamente, temos convênios ou contratos com oito associações, sindicatos ou organizações. Então, um setor organizado, com projetos específicos com uma ou duas empresas, temos vários, financiados pela própria empresa ou não. Há uma atividade muito intensa, algumas delas fazendo parte até de projeto maior. Temos parcerias com mais de um "cluster", mas, com um deles, estamos fechando um pacote tecnológico, que é o de Papagaio. São fontes de financiamento diferente dentro de um programa de Estado em parceria com a empresa, colocando o trabalho do CETEC à disposição da comunidade.

Quero falar também de uma questão que diz respeito ao Legislativo, porque parte dos problemas dessas instituições são resolvidos nesta Casa. Precisamos desse fortalecimento institucional, que passa pela modernização da estrutura administrativa. Não podemos ficar num sistema burocrático de administração, em que tudo não pode. O dirigente público é que decide se deve ou não fazer alguma coisa que vá ferir uma lei. Então, você deixa o benefício maior ser prejudicado em detrimento da responsabilidade de assumir uma coisa séria e fazer? Então, a legislação precisa ser modernizada, para que tenhamos a possibilidade de administrar e obter os resultados na agilidade que o setor empresarial requer.

Estamos falando muito sobre a gestão tecnológica. Alguns levantaram que a questão é integrada, e assim é. Nesta semana, vimos a questão do preço do leite dos Estados Unidos colocado no Brasil, passando pela Argentina. Lá, o produtor recebe R\$1,44 por litro de leite. Aqui, o valor pago ao produtor está em torno de R\$0,16. Então, a questão é conjuntural e não pode ser tratada de maneira pontual. Com certeza, em todos esses casos, a ciência e a tecnologia têm papel importante, e é preciso dar ênfase aos estudos econômicos, como os realizados pela Fundação João Pinheiro. Obrigada.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e participantes, bem como ao público em geral, pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 6, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 6/11/2001.). Levanta-se a reunião.

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho - Apresentação dos pedidos de destaque - Votação do documento final- Discussão e votação dos destaques - Apresentação e votação de novas propostas - Eleição da Comissão de Representação - Entrega do documento final - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Aduino - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - José Braga - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Mauro Lobo - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Piau) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sávio Souza Cruz, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa o Exmo. Sr. João Gilberto Ripposati, Vereador à Câmara Municipal de Uberaba; as Exmas. Sras. Magdala Alencar, Presidente do CETEC; Patrícia Faleiro Pimentel, coordenadora do grupo de trabalho I; os Exmos Srs. Marcelo Franco, Diretor da EPAMIG; Geraldo Alvim Dusi, relator do grupo de trabalho I; Davidson Lopes de Figueiredo, coordenador do grupo de trabalho II; a Exma. Sra. Maria de Fátima Abreu, relatora do grupo de trabalho II; os Exmos Srs. Sebastião Gonçalves de Oliveira, coordenador do grupo de trabalho III; e Aduino Ferreira, relator do grupo de trabalho III.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da plenária final do Fórum Técnico Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado: Crises e Perspectivas, com a discussão e aprovação do documento final.

Gostaria de retificar um dado apresentado ontem, quando se afirmou que 0,15% do PIB era aplicado em ciência e tecnologia. Em Minas Gerais, o percentual está abaixo do índice nacional, o que já é suficiente para verificar que, em nosso Estado, as instituições de pesquisa precisam de mais apoio. Passo os trabalhos ao Deputado Sávio Souza Cruz.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente (Deputado Sávio Souza Cruz) - Bom dia. Como o documento contendo as propostas dos grupos de trabalho já foi distribuído, a idéia original seria suspender a reunião por 30 minutos, para que os participantes pudessem lê-lo. Em virtude do atraso inicial, sugiro que consideremos lida a proposta de documento final. Os participantes que concordam com esta sugestão levantem os cartões.

Parece-me clara a concordância com essa proposta. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Consulto o Presidente com relação a se essa seria a leitura do documento.

O Sr. Presidente - Sim.

O Deputado Paulo Piau - Ela vai ser feita pelos coordenadores dos grupos durante a reunião ou o documento vai ser considerado lido? Todos têm ciência do trabalho dos outros grupos?

O Sr. Presidente - Essa proposta foi disponibilizada para os participantes. A idéia inicial era a de fazer a leitura durante 30 minutos. Consultei os presentes quanto a se concordavam que o documento fosse dado como lido, porque, levando-se em conta que todos o têm em mãos, a leitura seria ociosa.

Aprovada essa proposta, será feita a apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho e, em seguida, passaremos à apresentação dos pedidos de destaque.

A Presidência vai anunciar o número de cada proposta, e a Mesa receberá os pedidos de destaque, que deverão ser feitos oralmente, por meio dos microfones do Plenário, e formalizados em seguida, por escrito, com a indicação do número da proposta e com a identificação das entidades que os subscrevem.

Os destaques podem ser feitos para adicionar, suprimir ou modificar. A fim de agilizar os trabalhos, a Presidência solicita aos participantes que as alterações propostas sejam substanciais, evitando-se mudanças pouco significativas. Propostas contraditórias serão automaticamente destacadas.

Aprovado o relatório, salvo destaques, será concedida a palavra por até 2 minutos aos representantes indicados pelas entidades para o

encaminhamento da votação dos destaques, alternando-se um favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência.

Concluída a apreciação dos pedidos de destaque, poderão ser apresentadas oralmente novas propostas, desde que sejam a seguir formalizadas e subscritas por, no mínimo, 25% dos votantes presentes.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, alguém vai votar alguma coisa. Não sei se a minha insegurança se deve ao fato de ter recebido esse documento agora e ainda não ter tido tempo para lê-lo. Mas também não vou votar. Quero saber se todos já conhecem o resultado dos grupos de trabalho, porque uma votação tem de ser consciente. Caso contrário, iremos votar sem base. Não sei se a dispensa da leitura do documento é definitiva ou se realmente há necessidade de se fazê-la. Pode ser que estejamos nos apressando e assim possamos prejudicar o processo de votação. Temos de enumerar prioridades.

O Sr. Antônio Monteiro de Sales Andrade - Bom dia. Apesar de a proposta do Presidente ser interessante, talvez seja interessante, para que o grupo tenha mais segurança - ontem os trabalhos terminaram muito tarde, as pessoas chegaram agora há pouco, e muitos não conhecem os detalhes - ler cada tópico. Assim, a votação será mais consciente.

O Sr. Presidente - Com relação à leitura, parece-me que é uma questão vencida.

Com relação à sistemática de votação, após a apresentação de cada grupo de trabalho, vamos colocar em votação as questões legais, como a nomeação de dirigentes e o mandato de dirigentes. Todos os pedidos de destaque serão verificados e retirados da votação. Vota-se o documento na parte não destacada, e depois, cada destaque.

Vou repetir: primeiro vamos enumerar todos os itens em que exista pedido de destaque para suprimir, alterar ou acrescentar alguma proposta em relação àquele item.

Depois de feitos os destaques, submete-se à votação o documento, salvo destaques. Aprovado o documento, passaremos a apreciar cada um dos destaques. Essa seria a sistemática. Com isso, acredito ter resolvido a questão de ordem.

O Deputado Paulo Piau - Vou insistir um pouco, porque estou considerando que a leitura é absolutamente necessária, porque um grupo não conhece o resultado do trabalho dos outros, mas todos vão votar todas as matérias. Apesar de o Presidente ter considerado vencida a matéria, acho que poderíamos reconsiderá-la, se o grupo achar que há necessidade da leitura para a eficácia da votação. Aliás, a própria coordenadoria dos trabalhos acha que a leitura é necessária. Assim, pediria a V. Exa. que reconsiderasse.

O Sr. Presidente - Não tenho nenhuma resistência a isso. Apenas quero lembrar que, antes da votação, cada grupo fará uma apresentação sucinta, de modo que será possível a todos tomar conhecimento pelo menos da parte da parte fundamental dos grupos de que não tenham participado.

O Sr. Domingos Sávio Queiroz - Fazendo um exame superficial do documento, percebi que algumas propostas se repetem nos diferentes grupos. Assim, talvez a leitura fosse interessante, até para que já verificássemos como isso poderia ser conduzido. Para exemplificar, as Propostas nºs 1 e 2 repetem, de certa forma, a Proposta nº 33 do Grupo III; a Proposta nº 3 é semelhante à Proposta nº 37; a Proposta nº 4 é semelhante à Proposta nº 36. Há outras aqui, mas não vou destacar todas. Só acho que poderíamos decidir como isso será conduzido.

O Sr. Presidente - É para isso que existem os destaques. Você já estaria apresentando pedido de destaque por repetição. Como os membros de um grupo não tinham conhecimento do trabalho dos outros, é natural que existam propostas em duplicata, e é por isso mesmo que a sistemática prevê a apresentação de pedidos de destaque, incluindo o destaque supressivo: se um dos itens estiver completamente atendido em outro e, por isso, for absolutamente desnecessário, poderá ser simplesmente suprimido.

Diante do esclarecimento de que ainda assistiremos a uma apresentação sucinta das principais conclusões de cada grupo de trabalho, pergunto ao Deputado Paulo Piau se ainda vê necessidade da leitura do documento.

O Deputado Paulo Piau - Desde que todos tomem ciência do que aconteceu no outro grupo, fico satisfeito.

Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

O Sr. Presidente - Farão uso da palavra, neste momento, os coordenadores dos grupos de trabalho, para apresentação do relatório das atividades de seus grupos. Cada um disporá de até 5 minutos. Com a palavra, o Sr. Geraldo Alvim Dusi, Coordenador do Grupo de Trabalho I.

O Sr. Geraldo Alvim Dusi - Sou relator do Grupo I, que tratou de questões legais, e quero reforçar a posição do colega Sávio, de Viçosa, pois, em uma rápida leitura que fiz de manhã, também consegui detectar que as Propostas nºs 6, 5, 10 e 1 são iguais às nºs 18, 20, 25 e 33, respectivamente, e a Proposta nº 4 é igual às Propostas nºs 22 e 36. Então, realmente há muita superposição, e é importante que sejam feitos esses destaques para os quais o Presidente chamou atenção. Ou seja, que, ao se ler cada proposta, cada um anote o destaque, para que na redação final possam ser retirados os pontos que tenham ficado em dúvida nas três comissões.

Passo a ler as propostas do Grupo I: Questões Legais

1 - Nomeação de dirigentes - Os dirigentes máximos das instituições de pesquisa do Estado deverão ser escolhidos de uma lista tríplice, que será encaminhada ao Governador do Estado, resultante de eleição direta promovida na instituição, com a participação de todos os servidores ou empregados, da qual poderão participar como candidatos os profissionais que se adequarem ao perfil definido pelas instituições e ao disposto no edital de convocação.

2 - Mandato dos dirigentes - O candidato escolhido pelo Governador do Estado de Minas Gerais, entre os nomes selecionados em lista tríplice, será nomeado para um mandato de quatro anos.

3 - Plano de carreira - Implantação de planos de carreira de ciência e tecnologia, no âmbito das autarquias, fundações e empresas públicas, com sistemática de política de pessoal e de carreira compatível com a atividade de pesquisa científica e tecnológica.

4 - Concurso público - Realização de concurso público a partir de edital elaborado pelas instituições de pesquisa em ciência e tecnologia do Estado de Minas Gerais, estabelecendo-se os critérios de avaliação.

5 - Representatividade na FAPEMIG - Ampliação da representatividade de pesquisadores das instituições de ciência e tecnologia do Estado de Minas Gerais nas câmaras de assessoramento da FAPEMIG.

6 - Previsão orçamentária - Aplicação de, no mínimo, 2/3 dos recursos do orçamento previsto para o ano para a FAPEMIG nas instituições de pesquisa em ciência e tecnologia do Estado de Minas Gerais.

7 - Ministério Público - Destinação de verbas vinculadas ao Ministério Público para viabilizar a oferta de serviços técnicos, cobrindo seus custos operacionais.

8 - Infra-estrutura e projetos internos - Aporte, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, às entidades de pesquisa do Estado, por via da FAPEMIG, de um percentual proporcional (a ser definido) aos recursos captados com projetos de pesquisa e desenvolvimento, em quaisquer fontes, para fins de manutenção de infra-estrutura e projetos internos.

9 - Rede de acesso à informação - Implantação, operacionalização e manutenção, pela FAPEMIG, de uma rede de acesso à informação científica, tecnológica e industrial, seguindo modelo da CAPES e da FAPESP, para as instituições de pesquisa e desenvolvimento do Estado.

10 - Fontes 29, 31 e 32 - Garantia de acesso direto das instituições estaduais de pesquisa em ciência e tecnologia às fontes 29, 31 e 32, para financiamento de projetos.

11 - Leis das instituições - Apoio às leis das instituições de pesquisa em ciência e tecnologia do Estado de Minas Gerais.

12 - Conselho interinstitucional - Instituição de conselho interinstitucional, constituído por representantes indicados por eleição direta pelas instituições de pesquisa do Estado e pelas universidades estaduais de Minas Gerais, visando à apresentação de projetos de políticas públicas de ciência e tecnologia para Minas Gerais.

13 - Propriedade intelectual - Estabelecimento de critérios transparentes para todos os procedimentos de patenteamento, lei de propriedade intelectual, lei de proteção de cultivar, dentro das diretrizes de Ciência e Tecnologia do Estado, maleáveis para promover o pleno desenvolvimento tecnológico e industrial e que garantam acesso da equipe técnica aos benefícios do desenvolvimento tecnológico.

14 - Repasse de recursos - Repasse, pelo Estado, dos recursos financeiros destinados à manutenção da EPAMIG no mesmo mês de competência da despesa (folha de pagamento de pessoal).

15 - Aumento de capital - Ingresso na contabilidade da EPAMIG, como "transferência para futuro aumento de capital", de pelo menos 20% dos repasses oriundos de transferências orçamentárias do Estado.

16 - CPMF - Inclusão, nos repasses para manutenção da EPAMIG, dos valores correspondentes aos gastos com CPMF.

17 - Compensação do ICMS - Gestões junto à Procuradoria do Estado para promover a compensação de restos a pagar com a dívida do ICMS (encontro de contas).

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Davidson Lopes de Figueiredo, Coordenador do Grupo de Trabalho II.

O Sr. Davidson Lopes de Figueiredo - Quero dizer que, na votação, a maioria das propostas foram majoritárias; apenas uma, minoritária.

18 - Destinação de, no mínimo, 51% dos recursos e das dotações previstos no art. 212 da Constituição do Estado para as instituições estaduais de ciência e tecnologia.

19 - Revisão da sistemática atual de julgamento de projetos de pesquisa, adotando-se critérios específicos, adequados às instituições estaduais de cunho tecnológico, como forma de assegurar a prioridade da destinação, para essas entidades, dos recursos previstos no art. 212 da Constituição do Estado.

20 - Garantia de que a composição das câmaras técnicas da FAPEMIG seja de, no mínimo, 51% de representantes das instituições estaduais de ciência e tecnologia, como forma de assegurar a prioridade da destinação, para essas entidades, dos recursos previstos no art. 212 da Constituição do Estado.

21 - Garantia da efetiva e regular liberação dos recursos constitucionalmente destinados à FAPEMIG, no valor determinado de 1% da receita orçamentária corrente ordinária.

22 - Garantia orçamentária de recursos provenientes do Tesouro estadual, independentemente dos recursos da FAPEMIG, destinados às instituições estaduais de pesquisa, para:

- descompressão da tabela salarial;
- impacto da implantação do plano de carreira;
- concurso público;
- investimentos nas instituições no montante de 20% da dotação orçamentária de pessoal;
- custeio no montante de 20% da dotação orçamentária de pessoal;
- programa de desenvolvimento e suporte tecnológico para apoio às políticas governamentais.

23 - Criação de programas de pesquisas tecnológicas, com orçamentos próprios, que incentivem a execução de projetos integrados das instituições de ciência e tecnologia do Estado.

24 - Aplicação dos recursos da FAPEMIG em investimentos e manutenção de infra-estrutura das instituições estaduais de ciência e tecnologia, por meio de editais anuais específicos, a exemplo da FAPESP.

25 - Garantia orçamentária, às instituições estaduais de ciência e tecnologia, das seguintes fontes:

- Fonte 29: para apoio às atividades de avaliação ambiental para o Ministério Público Estadual;

- Fonte 31: para desenvolvimento científico e tecnológico na área ambiental;

- Fonte 32: para desenvolvimento científico e tecnológico na área mineral.

26 - Criação de fontes específicas de dotação orçamentária, proveniente da fiscalização de emissões veiculares, destinada às instituições de ciência e tecnologia do Estado, para o desenvolvimento tecnológico nessa área.

27 - Criação de um fundo estadual de ciência e tecnologia para as instituições estaduais de pesquisa.

28 - Fortalecimento do CONECIT como órgão de definição da política de pesquisa e desenvolvimento do Estado, a fim de orientar a aplicação dos recursos que a sociedade mineira disponibiliza para ciência e tecnologia, atribuindo-lhe competências para fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários.

29 - Criação de bolsas de produtividade, pela FAPEMIG, para instituições estaduais de pesquisa, a exemplo do que ocorre no CNPq.

30 - Criação de critérios para distribuição de bolsas para treinamento de mestrado, doutorado e pós-doutorado no País e no exterior, específicos para a qualificação de pesquisadores das instituições estaduais de ensino e pesquisa.

31 - Utilização de recursos da FAPEMIG como contrapartida em projetos financiados por órgãos federais.

Proposta minoritária:

32 - Concessão de autonomia orçamentária e financeira dos projetos de pesquisas aos seus respectivos coordenadores.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Sebastião Gonçalves de Oliveira, Coordenador do Grupo de Trabalho III.

O Sr. Sebastião Gonçalves de Oliveira - 33 - Garantia de que a escolha dos dirigentes das instituições de ciência e tecnologia do Estado seja feita entre profissionais cujos perfis se identifiquem com as diretrizes técnicas e político-administrativas estabelecidas para cada instituição, por meio de edital público que contenha critérios de seleção que garantam a participação direta dos servidores na composição de uma lista tríplice, a ser encaminhada ao Governador, para nomeação, com mandato de quatro anos, não coincidentes com o mandato do Governo.

34 - Fortalecimento dos Conselhos Curador, Científico, Fiscal e de Administração, garantindo-se a paridade de representação pelos servidores e representantes das Secretarias de Estado às quais as instituições estejam vinculadas.

35 - Criação do Colegiado de Gestão Administrativa em todos os órgãos do sistema de ciência e tecnologia, composto pelos dirigentes e representantes de servidores.

36 - Realização de concurso público em todos os órgãos de ciência e tecnologia do Estado, com vistas à adequação do quadro funcional às necessidades institucionais.

37 - Estabelecimento de política de recursos humanos para os órgãos de ciência e tecnologia do Estado, de acordo com as diretrizes de cada instituição.

38 - Realização periódica de fóruns para debates e acompanhamento, com o objetivo de avaliar e verificar a implantação das propostas sugeridas para o sistema de ciência e tecnologia do Estado.

39 - Melhoria imediata dos salários dos servidores das instituições estaduais de ciência e tecnologia.

40 - Garantia de representatividade das instituições estaduais de ciência e tecnologia nas câmaras de assessoramento da FAPEMIG, na proporção de 2/3 de seus membros.

41 - Flexibilização administrativa nas instituições estaduais de ciência e tecnologia no que diz respeito a:

- contratação de pessoal em caráter temporário em até 1/3 do número de servidores efetivos;

- implantação de um programa próprio de concessão de bolsas;

- manutenção de um quadro de estagiários adequado às necessidades institucionais, colaborando, ao mesmo tempo, para a formação de pessoal em atividade em caráter estratégico;

- processos e procedimentos para aquisição de equipamentos e insumos e contratação de serviços de terceiros.

42 - Criação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, visando ao fortalecimento e à articulação das instituições estaduais, à harmonização das ações de proposição, execução, avaliação e revisão contínuas das políticas de ciência e tecnologia do Estado de Minas Gerais.

Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia

Estrutura Proposta:

- Governador do Estado;
- Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONECIT;
- Secretaria Executiva - SECT -;
- Agência (coordenação) de pesquisas. A palavra "agência" está colocada aqui, mas ela não foi aprovada no grupo. Ela se manteve para entrar na discussão, depois nos destaques. Essa agência teria o papel de coordenadora;
- pesquisas em saúde - FUNED -;
- agência (coordenação) de pesquisas industriais e ambientais - CETEC -;
- agência (coordenação) de fomento à pesquisa - FAPEMIG -;
- agência (coordenação) de pesquisa em agricultura ou em agropecuária - EPAMIG -;
- agência (coordenação) de pesquisas em planejamento - Fundação João Pinheiro e outras coordenações que viessem a ser instituídas, FEAM e outras;
- CONECIT - Diretamente subordinado ao Governador, o CONECIT tem por objetivo estabelecer as políticas de ciência e tecnologia do Estado de Minas Gerais. A razão de ser subordinado diretamente ao Governador seria porque, da forma como está, se se muda o Secretário, o CONECIT desaparece.

Composição:

- Governador do Estado de Minas Gerais, Presidente;
- Secretário de Ciência e Tecnologia, Secretário Executivo;
- Secretário do Planejamento e Coordenação Geral;
- Secretário de Agricultura;
- Secretário da Saúde;
- Secretário de Indústria e Comércio;
- Secretário de Minas e Energia;
- Secretário do Meio Ambiente;
- Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da ALEMG;
- Presidente da FIEMG;
- Presidente da FAEMG;
- Presidente da Federaminas;
- Presidente do IDEC-MG (Diretor regional);
- representante dos conselhos profissionais;
- representante dos trabalhadores;
- Reitor da UEMG;
- Reitor da UNIMONTES;
- Reitores das universidades federais em Minas Gerais (2);
- Pesquisadores (um representante de cada instituição estadual de ciência e tecnologia, três de empresas e três de universidades sediadas em Minas).

Secretaria Executiva - Secretaria de Ciência e Tecnologia

Cabe à Secretaria Executiva:

- a) propor ao CONECIT políticas de ciência e tecnologia correspondentes às políticas de Estado e de Governo;
- b) desdobrar as políticas emanadas do CONECIT em planos e programas, mediante a articulação das partes interessadas;
- c) articular as ações das agências para a execução harmonizada dos planos e programas;
- d) efetuar o acompanhamento e a avaliação da execução das políticas de ciência e tecnologia emanadas do CONECIT.

Agências (coordenação): CETEC, FJP, FUNED, EPAMIG, FAPEMIG e outras.

As agências (coordenação) têm a função de, em sua área de atuação e no interesse do Estado de Minas Gerais:

- a) propor ao CONECIT políticas, diretrizes, orientações, estratégias e programas;
- b) articular competências científicas e tecnológicas no Estado, em outras unidades da Federação e no exterior, para a execução de programas e projetos;
- c) executar programas e projetos empregando competência própria.

Comissão de Representação

- Associação dos Empregados do Sistema de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais - ASSECT - Cândida Aleixo de Oliveira Costa;
- Associação Central dos Empregados da EPAMIG - ACEPA - Paulo de Oliveira;
- Associação dos Trabalhadores da FUNED - ASSTRAF - Rogério Rocha dos Santos;
- Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro - AEFJP - Davidson Lopes de Figueiredo;
- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG - Sebastião Gonçalves de Oliveira.

Apresentação dos Pedidos de Destaque

O Sr. Presidente - Passaremos à apresentação oral dos pedidos de destaque. Em seguida, poderão ser apresentadas novas propostas. A coordenadoria lembra ao Plenário que as novas propostas deverão ser subscritas por, no mínimo, 25% dos votantes. Com o objetivo de verificar o quórum, a coordenadoria solicita aos votantes que levantem os cartões de votação.

- Procede-se à apresentação dos pedidos de destaque

Votação do Documento Final

O Sr. Presidente - Em votação, o documento final, salvo destaques e novas propostas. Os que estiverem de acordo levantem o cartão de votação. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão e Votação dos Destaques

O Sr. Presidente - Daremos início à discussão e à votação dos destaques.

- Procede-se à discussão e votação dos destaques.

Apresentação e Votação de Novas Propostas

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que foram recebidas várias propostas.

- Procede-se à apresentação e votação de novas propostas.

Eleição da Comissão de Representação

O Sr. Presidente - Passaremos à eleição da comissão de representação do fórum técnico. De acordo com entendimentos feitos entre as entidades participantes, a comissão será composta pelas seguintes instituições, com os respectivos representantes: Associação dos Empregados do Sistema de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais - ASSECT -, Cândida Aleixo de Oliveira; Associação dos Trabalhadores da Fundação Ezequiel Dias - ASTRAF -, Rogério Rocha dos Santos; Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro - AEFJP -, Davidson Lopes de Figueiredo; Associação Central dos Empregados da EPAMIG - ACEPA -, Paulo de Oliveira; EPAMIG - Sebastião Gonçalves de Oliveira. Informamos, ainda, que haverá oportunidade de fazer alteração dessa composição, se quiserem fazer inclusões ou eventuais supressões. Consultamos o Plenário quanto à demanda de novas inclusões na formação da comissão de representação do fórum técnico.

O Deputado Paulo Piau - É bom deixar claro qual é a missão dessa comissão de representação.

O Sr. Presidente - A missão precípua da comissão é acompanhar permanentemente o andamento das propostas aprovadas pelo fórum. Agora foi agregada a missão de encaminhar a moção à Secretaria de Agricultura. Com a palavra, para apresentar proposta de alteração da composição da comissão, o Sr. Adauto, da EPAMIG.

O Sr. Aduino Ferreira Barcelos - Sugiro que a comissão seja composta por dois ou três representantes de cada instituição, uma vez que o acompanhamento feito por apenas uma ou duas pessoas é um pouco difícil. Três elementos por instituição possibilitariam um acompanhamento mais flexível, com mais possibilidade de disseminação na instituição.

O Sr. Presidente - Mais alguma proposta de alteração da composição?

O Sr. João Gilberto Ripposati - Sr. Presidente, a inclusão do SINTAP, que representa a pesquisa. Espero que, num futuro próximo, haja maior participação dos órgãos ligados ao segmento da ciência e tecnologia do Estado.

O Sr. Presidente - Mais alguma proposta?

O Sr. Rogério Rocha dos Santos - Sou Presidente da Associação dos Trabalhadores da Fundação Ezequiel Dias. Sugiro a inclusão de duas pessoas na comissão de representação: Rachel Joanne Rodrigues e Shirley Lasmar Lima.

O Sr. Presidente - Estamos tratando das instituições. Posteriormente, trataremos dos representantes. Se for aprovada a proposta apresentada, de três pessoas por instituição, passaremos à nova fase. Mas, por enquanto, estamos tratando da composição da comissão de representação por instituição.

A Sra. Patrícia Faleiro Pimentel - Sr. Presidente, a minha proposta é para que haja um representante dos funcionários, um de cada instituição e um da Assembléia, no caso, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, para acompanhar o desdobramento do fórum.

O Sr. Presidente - Então, há uma proposta de inclusão de um representante da Assembléia Legislativa? Quero que a Patrícia esclareça, porque já há uma proposta de que sejam três representantes por instituição.

A Sra. Patrícia Faleiro Pimentel - Coloquei uma outra proposta para ser votada.

O Sr. Presidente - No lugar dessa?

A Sra. Patrícia Faleiro Pimentel - Sim.

O Sr. Presidente - Para que sejam dois representantes, um dos funcionários e um da instituição?

A Sra. Patrícia Faleiro Pimentel - Um representante dos funcionários, um da instituição e um da Assembléia Legislativa.

O Sr. Presidente - O da Assembléia está à parte, porque essa em relação aos servidores conflita com a outra, de que sejam três.

A Sra. Patrícia Faleiro Pimentel - Podem ser três: dois da associação, um da instituição e um da Assembléia. Aí, não conflita com a outra.

O Sr. Presidente - Está sendo agregado à proposta que foi apresentada, de três por instituição, o mecanismo de escolha dos três: dois das associações e um da instituição.

O Sr. Antônio Valadão - Quero propor outro mecanismo. Que sejam mantidos os três representantes por instituição, mas sejam eleitos diretamente pelos seus funcionários. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Mais alguma proposta? (- Pausa.)

Proposta para que seja incluído na comissão de representação um representante da Assembléia Legislativa da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Quem for favorável à proposta queira levantar o crachá. (- Pausa.) Aprovada.

Outra proposta de inclusão de um representante do SINTAP. Quem for favorável queira levantar o crachá. (- Pausa.) Cinquenta e cinco pessoas votaram favoravelmente, portanto está rejeitada a proposta.

A Presidência irá, primeiramente, votar a proposta de alteração para três representantes por instituição. Se aprovada, procederemos à escolha. Quem for favorável à proposta queira levantar o crachá. (- Pausa.) Aprovada.

Temos duas propostas de mecanismos de escolha dos três representantes: a primeira, de que dois sejam escolhidos pela associação e um pela instituição; a segunda, de que todos os três sejam eleitos diretamente, em plenárias e assembleias em cada órgão. Quem for favorável à proposta de que todos os três sejam eleitos em plenárias e assembleias queira levantar o crachá. (- Pausa.) Rejeitada. Portanto, fica a escolha regida pela seguinte regra: dois representantes serão escolhidos pelas associações, e um pela diretoria da instituição.

A Presidência leva ao conhecimento do Plenário o recebimento de ofício do CREA, DPR/1352/01, dirigido ao Deputado Paulo Piau, nos seguintes termos: "A pedido do Presidente do CREA-MG, engenheiro civil Marcos Túlio de Melo, cumprimentamos esta Casa, extensivamente aos participantes do Fórum Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica de Minas Gerais, pela realização de evento de tamanha importância para a sociedade mineira.

Na oportunidade, apresentamos nossas desculpas pela ausência no painel ocorrido ontem, para o qual fomos convidados. Tal ausência ocorreu em virtude de nossa convocação para o Congresso Nacional de Profissionais, de 3 a 8 do corrente, em Foz do Iguaçu.

Queremos reforçar o interesse deste conselho profissional em participar das discussões de políticas públicas que afetam os profissionais da área tecnológica e a sociedade. Atenciosamente, Aloísio Lopes, Coordenador de Relações Institucionais do CREA-MG."

O Deputado Paulo Piau - Gostaria de agradecer a participação das instituições. Acho que é a primeira vez que estamos em um fórum de defesa dos interesses das empresas e instituições públicas estaduais de pesquisa. Os eventos realizados nesta Casa sempre envolveram todo o sistema de pesquisa, com as universidades e instituições públicas federais; desta vez, o grito com relação às empresas estaduais de ciência e

tecnologia traz à tona um problema comum a todas elas, resguardadas as particularidades de cada instituição. Em minha avaliação, isto é um avanço muito grande com relação a esse movimento que teve início ontem - lembrando que isso é apenas o começo.

Nesse enfoque, gostaria de dizer que a comissão formada tem um papel muito importante na luta que se empreenderá a partir de agora, para que possamos alcançar as sugestões apresentadas. Trata-se de uma comissão grande, e até discutimos que comissões grandes normalmente não funcionam; mas acho que, dessa comissão,

poderá perfeitamente ser retirado um grupo de negociação, se necessário. Acho que, a partir deste momento, para as questões de ordem legal afetas à ação da Assembléia Legislativa, serão elaborados os projetos, e esta Casa vai cumprir o seu papel. Se for questão de negociação junto ao Executivo, é claro que a comissão terá a responsabilidade de buscar, no Executivo, o cumprimento das sugestões discutidas.

Mais uma vez, quero referir-me às duas colunas de que falei ontem. Primeiro, a coluna da argumentação, pois ninguém é contra; não pode haver nenhum mineiro que seja contra o desenvolvimento da ciência e tecnologia e da pesquisa de desenvolvimento. Mas isso é apenas um argumento. O poder de pressão também é absolutamente importante. É uma judiação, mas, como estamos em fase de transição, quero repetir: a partir deste momento, a luta de todos, principalmente da comissão, é muito importante.

Acho que o mais significativo foi o recado que se deu ao Governo do Estado. Vou repetir as palavras do Dr. Ricardo, da Fundação João Pinheiro: as instituições de ciência e tecnologia do Estado de Minas Gerais estão no limite da sobrevivência. Portanto, esse recado ao Governo é extremamente significativo.

Outro recado muito importante é à FAPEMIG, uma fundação de amparo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Estado de Minas Gerais: as instituições públicas mineiras querem uma participação mais efetiva na FAPEMIG e, evidentemente, em suas decisões.

O que se extraiu desse encontro, ontem e hoje, foi, na minha avaliação, extremamente significativo. Esperamos que essa comissão surta efeito. A partir das propostas apresentadas, acreditamos, como a Assembléia Legislativa, que podemos avançar em defesa das instituições públicas do Estado de Minas Gerais.

Gostaria de agradecer e parabenizar a todos pela qualidade da participação. Aqui está a massa cinzenta da pesquisa de Minas Gerais. Essa presença significativa demonstra o interesse dessas pessoas pelo Estado e, sobretudo, pela cidadania.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Geraldo Alvim Dusi.

O Sr. Geraldo Alvim Dusi - Gostaria de lembrar a importância desta Casa na condução dos trabalhos. Por meio dos dois Deputados, o Presidente e o coordenador deste fórum, tivemos uma aula de cidadania, de democracia. Demonstraram que um país democrata dá a palavra a todos. Isso foi praticado aqui. Peço uma salva de palmas para os Deputados que conduziram estes trabalhos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Agradeço essas palavras de acolhimento, estímulo e solidariedade e acredito que o faça em nome do Deputado Paulo Piau e da Assembléia Legislativa.

Entrega do Documento Final

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Sr. Sebastião Gonçalves de Oliveira, representante da EPAMIG, para proceder à entrega do documento final deste fórum técnico ao Deputado Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente, que representa o Presidente da Casa, Deputado Antônio Júlio. Convida, ainda, todos os membros da comissão que estiverem presentes a acompanhar o Sr. Sebastião Gonçalves nessa entrega, e seja feito o registro fotográfico deste momento.

O Sr. Sebastião Gonçalves de Oliveira - Deputado Sávio Souza Cruz, que presidiu os trabalhos, Deputado Paulo Piau, que nos engrandece com sua presença, como pesquisador, Deputado Alberto Pinto Coelho, representando o Presidente, ao encaminhar este documento, gostaria de plagiar o Governador Tancredo Neves, que dizia "Meu compromisso é com Minas Gerais", e dizer que o compromisso do Governo de Minas é com a sociedade mineira.

Este aparato de ciência e tecnologia que a sociedade constituiu para desenvolver soluções tecnológicas e promover o bem-estar da sociedade mineira deve ser reconhecido, valorizado e estruturado.

Houve um momento em que foi feito esse esforço, quando esse grupo conseguiu inserir, no texto da Constituição de 1988, os 3%, com 2/3 destinados ao benefício da sociedade mineira. Infelizmente, por falta de articulação das instituições do Estado de Minas Gerais, houve essa perda.

E, em razão da redução de recursos que o Governo Federal impôs ao seu sistema, eles os buscaram aqui, em Minas Gerais, naqueles poucos recursos que a sociedade destinava à ciência e tecnologia para a solução de seus problemas. Com isso, propuseram ao Governo reduzir os 3% para 1%. Foi uma proposta das instituições federais, para que, com essa negociação, fossem tirados os 2/3 das instituições estaduais de pesquisa.

E, mais ainda, na distribuição dos recursos da representatividade, os critérios foram definidos por elas. Gerenciaram o sistema com os critérios estabelecidos por elas, e o resultado é esse que vemos hoje. O dinheiro que o Estado de Minas destina à ciência e tecnologia para melhoria da sociedade mineira é gerenciado por instituições que poderiam, com certeza, nos trazer uma contrapartida, buscando dinheiro de fora, não competindo deslealmente conosco com critérios estabelecidos por elas.

Por isso, plagiando o nosso Governador, o compromisso do Governo de Minas deve ser com a sociedade mineira. E, nada melhor que isso: dar consistência às instituições estaduais de pesquisa, para que elas possam dar ao Governo o exercício do poder da sua soberania de decisão. Somente assim Minas Gerais pode fazer da ciência e tecnologia um mecanismo para melhorar a qualidade de vida da sociedade mineira.

É para esse esforço, valorizando esse sistema, que peço o apoio desta Casa, a fim de que elabore projetos de lei que fortaleçam essas instituições, dando-lhes condições para exercer sua capacidade em benefício da sociedade e apoiem o Governo no seu trabalho de desenvolvimento da tecnologia para o fortalecimento do nosso Estado.

Com essas palavras, Sr. Presidente, quero encaminhar o produto deste trabalho, que refuto ser histórico em nosso Estado.

- Procede-se à entrega do seguinte documento final:

DOCUMENTO FINAL DO Fórum Técnico Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica de Minas Gerais: Crises e Perspectivas

Questões Legais

1 - Nomeação de dirigentes - Os dirigentes máximos das instituições de pesquisa do Estado deverão ser escolhidos dentro de uma lista tríplice, que será encaminhada ao governador do Estado, resultante de eleição direta promovida na instituição, com a participação de todos os servidores ou empregados, da qual poderão participar como candidatos os profissionais que se adequarem ao perfil definido pelas instituições e ao disposto no edital de convocação.

Os dirigentes das unidades descentralizadas das empresas públicas de pesquisa deverão ser escolhidos mediante uma lista tríplice que será encaminhada ao presidente da instituição, de forma semelhante à da escolha dos dirigentes máximos.

2 - Mandato dos dirigentes - O candidato escolhido pelo governador do Estado de Minas Gerais, entre os nomes selecionados em lista tríplice, será nomeado para um mandato de 4 anos.

3 - Planos de carreira - Implantação de planos de carreira de Ciência e Tecnologia, no âmbito das autarquias, fundações e empresas públicas, com sistemática de política de pessoal e de carreira compatível com a atividade de pesquisa científica e tecnológica.

4 - Concurso público - Realização de concurso público a partir de edital elaborado pelas instituições de pesquisa em Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, estabelecendo os critérios de avaliação com vistas à adequação do quadro funcional às necessidades institucionais.

5 - Previsão orçamentária - Aplicação de no mínimo 2/3 dos recursos do orçamento anual previsto para a Fapemig nas instituições de pesquisa em Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais.

6 - Ministério Público - Destinação de verbas vinculadas ao Ministério Público para viabilizar a oferta de serviços técnicos, cobrindo seus custos operacionais.

7 - Infra-estrutura e projetos internos - Aporte, pelo governo do Estado de Minas Gerais, às entidades de pesquisa do Estado, via Fapemig, de um percentual (a ser definido) dos recursos captados com projetos de pesquisa e desenvolvimento, em quaisquer fontes, para fins de manutenção de infra-estrutura e projetos internos.

8 - Rede de acesso à informação - Implantação, operacionalização e manutenção, pela Fapemig, de uma rede de acesso à informação científica, tecnológica e industrial, seguindo modelo da Capes e da Fapesp, para as instituições de pesquisa e desenvolvimento do Estado.

9 - Leis das instituições - Revisão das leis que regulam as instituições de pesquisa em Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais.

10 - Conselho interinstitucional - Instituição de conselho interinstitucional, constituído por representantes eleitos diretamente pelas instituições de pesquisa do Estado e pelas universidades estaduais de Minas Gerais, visando à apresentação de projetos de políticas públicas de Ciência e Tecnologia para Minas Gerais.

11 - Propriedade intelectual - Estabelecimento de critérios transparentes para todos os procedimentos de patenteamento, lei de propriedade intelectual, lei de proteção de cultivar, dentro das diretrizes de Ciência e Tecnologia do Estado, maleáveis para promover o pleno desenvolvimento tecnológico e industrial e que garantam acesso da equipe técnica aos benefícios do desenvolvimento tecnológico.

12 - Repasse de recursos - Repasse, pelo Estado, dos recursos financeiros destinados à manutenção da Epamig no mesmo mês de competência da despesa (folha de pagamento de pessoal).

13 - Aumento de capital - Ingresso na contabilidade da Epamig, como "transferência para futuro aumento de capital", de pelo menos 20% dos repasses oriundos de transferências orçamentárias do Estado.

14 - CPMF - Inclusão nos repasses para manutenção da Epamig dos valores correspondentes aos gastos com CPMF.

15 - Compensação do ICMS - Gestões junto à Procuradoria do Estado para promover a compensação de restos a pagar com a dívida do ICMS (encontro de contas).

Questões Orçamentárias

16 - Revisão da sistemática atual de julgamento de projetos de pesquisa, adotando-se critérios específicos, adequados às instituições estaduais de cunho tecnológico, como forma de assegurar a prioridade da destinação, para essas entidades, dos recursos previstos no art. 212 da Constituição do Estado.

17 - Garantia de efetiva e regular liberação dos recursos constitucionalmente destinados à Fapemig, no valor determinado de 1% da receita orçamentária corrente ordinária.

18 - Garantia orçamentária de recursos provenientes do Tesouro estadual, independentemente dos recursos da Fapemig destinados às instituições estaduais de pesquisa, para:

- descompressão da tabela salarial;

- impacto da implantação do plano de carreira;

- concurso público;

- investimentos nas instituições no montante de 20% da dotação orçamentária de pessoal;
- custeio no montante de 20% da dotação orçamentária de pessoal;
- programa de desenvolvimento e suporte tecnológico para apoio às políticas governamentais.

19 - Criação de programas de pesquisas tecnológicas, com orçamentos próprios, que incentivem a execução de projetos integrados das instituições de Ciência e Tecnologia do Estado.

20 - Aplicação dos recursos da Fapemig em investimentos e manutenção de infra-estrutura das instituições estaduais de Ciência e Tecnologia, por meio de editais anuais específicos, a exemplo do que ocorre na Fapesp.

21 - Garantia orçamentária, às instituições estaduais de Ciência e Tecnologia, das seguintes fontes:

- Fonte 29: para apoio às atividades de avaliação ambiental para o Ministério Público Estadual;
- Fonte 31: para desenvolvimento científico e tecnológico na área ambiental;
- Fonte 32: para desenvolvimento científico e tecnológico na área mineral.

22 - Criação de fonte específica de dotação orçamentária, proveniente da fiscalização de emissões veiculares, destinada às instituições de Ciência e Tecnologia do Estado, para o desenvolvimento tecnológico nessa área.

23 - Criação de um Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia para as instituições estaduais de pesquisa.

24 - Criação de bolsas de produtividade, pela Fapemig, para instituições estaduais de pesquisa, a exemplo do que ocorre no CNPq.

25 - Criação de critérios para distribuição de bolsas para treinamento de mestrado, doutorado e pós-doutorado no País e no exterior, específicos para a qualificação de pesquisadores das instituições estaduais de ensino e pesquisa.

26 - Utilização de recursos da Fapemig como contrapartida em projetos financiados por órgãos federais.

27 - Concessão de autonomia orçamentária e financeira dos projetos de pesquisas aos seus respectivos coordenadores.

28 - Garantia de repasse de recursos pelo Tesouro estadual para manutenção do plano de previdência complementar da Epamig.

Questões Administrativas

29 - Fortalecimento dos Conselhos Curador, Científico, Fiscal e de Administração, garantindo-se a paridade de representação aos servidores e representantes das secretarias de Estado às quais as instituições estejam vinculadas.

30 - Criação do Colegiado de Gestão Administrativa, nas instituições de pesquisa e nos órgãos do Sistema de Ciência e Tecnologia do Estado, composto pelos dirigentes e representantes de servidores.

31 - Estabelecimento de política de recursos humanos para as instituições de pesquisa em Ciência e Tecnologia do Estado, de acordo com as diretrizes de cada instituição.

32 - Realização periódica de fóruns para debates e acompanhamento, com o objetivo de avaliar e verificar a implantação das propostas sugeridas para o Sistema de Ciência e Tecnologia do Estado.

33 - Melhoria imediata dos salários dos servidores e empregados das instituições estaduais de Ciência e Tecnologia.

34 - Garantia de representatividade das instituições estaduais de Ciência e Tecnologia nas câmaras de assessoramento da Fapemig, na proporção de 2/3 de seus membros.

35 - Flexibilização administrativa nas instituições estaduais de Ciência e Tecnologia no que diz respeito a:

- contratação de pessoal em caráter temporário em até 1/3 do número de servidores efetivos;
- implantação de um programa próprio de concessão de bolsas;
- manutenção de um quadro de estagiários adequado às necessidades institucionais, colaborando, para a formação de pessoal em atividade de caráter estratégico;
- processos e procedimentos para aquisição de equipamentos e insumos e contratação de serviços de terceiros.

36 - Estímulo às fundações, autarquias e empresas públicas para incubarem empresas como um programa sistemático de suporte à criação e sustentação de novas empresas.

37 - Estímulo à incubação, pelas fundações, autarquias e empresas públicas, de empresas júnior compostas de estudantes de graduação e pós-graduação das universidades sediadas no Estado.

38 - Autorização à Epamig para praticar, dentro de seu plano de cargos e salários, os mesmos níveis de remuneração praticados pelas demais instituições da administração indireta (fundações e autarquias) ligadas à Ciência e Tecnologia, nos seus respectivos cargos e níveis.

39 - Criação de uma comissão, junto à Fapemig, para garantia de recursos destinados a assuntos estratégicos, com ênfase em programas e projetos para atividades de difusão e transferência de tecnologia e ações de desenvolvimento.

40 - Criação de adicional por dedicação exclusiva como estímulo aos pesquisadores, dentro do plano de carreira das instituições de Ciência e Tecnologia do Estado.

41 - Implementação de ações que busquem a integração entre as equipes das instituições de Ciência e Tecnologia do Estado.

42 - Criação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, visando ao fortalecimento e articulação das instituições estaduais, harmonização das ações de proposição, execução, avaliação e revisão contínuas das políticas de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais

Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia

Estrutura Proposta

Conecit

Diretamente subordinado ao governador, o Conecit tem por objetivo estabelecer as políticas de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais.

Composição

Governador do Estado de Minas Gerais - Presidente

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia - Secretário Executivo

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretário de Estado da Saúde

Secretário de Estado de Indústria e Comércio

Secretário de Estado de Minas e Energia

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração

Secretário de Estado da Fazenda

Secretário de Estado da Educação

Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa

Associação Mineira de Municípios

Sebrae-MG

Presidente da Fiemg

Presidente da Faemg

Presidente da Federaminas

Representante do Instituto de Defesa do Consumidor - Idec-MG

Representante dos conselhos profissionais

Representante dos trabalhadores (sindicatos e associações)

Reitor da Uemg

Reitor da Unimontes

Reitores das Universidades Federais em Minas Gerais (2)

Pesquisadores (2 representantes de cada instituição estadual de Ciência e Tecnologia, 3 representantes de empresas e 3 representantes de universidades sediadas em MG)

Dirigentes das instituições de pesquisa do Estado

Secretaria Executiva: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

Cabe à Secretaria Executiva:

- a) propor ao Conecit políticas de Ciência e Tecnologia correspondentes às políticas de estado e de governo;
- b) desdobrar as políticas emanadas do Conecit em planos e programas, mediante a articulação das partes interessadas;
- c) articular as ações das Coordenações para a execução harmonizada dos planos e programas; e
- d) efetuar o acompanhamento e avaliação da execução das políticas de Ciência e Tecnologia emanadas do Conecit.

Coordenações: Cetec, FJP, Funed, Epamig, Fapemig ...

As Coordenações têm a função de, em sua área de atuação e no interesse do Estado de Minas Gerais:

- a) propor ao Conecit políticas, diretrizes, orientações, estratégias e programas;
- b) articular competências científicas e tecnológicas no Estado, em outras unidades da Federação e no exterior, para a execução de programas e projetos; e
- c) executar programas e projetos, empregando competência própria.

Moção

Os participantes do Fórum Técnico "Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica de Minas Gerais: Crises e Perspectivas", solicitam ao governador do Estado de Minas Gerais, dr. Itamar Augusto Cautiero Franco, que proceda à nomeação urgente do Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Comissão de Representação

- Assembléia Legislativa - Representante da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia - Deputado Paulo Piau
- Associação dos Empregados do Sistema de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais - Assect:
- Cândida Aleixo de Oliveira Costa
- Robson José de Cássia Franco Afonso
- Associação Central dos Empregados da Epamig – Acepa:
- Marlene Antonieta R. Gomide
- Antônio João Celestino
- Associação dos Trabalhadores da Fundação Ezequiel Dias - Asstraf:
- Rogério Rocha dos Santos
- Raquel Joane Rodrigues
- Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro - AEFJP:
- Davidson Lopes de Figueiredo
- Eustáquio Ribeiro Braga
- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig:
- Sebastião Gonçalves de Oliveira
- Fundação Ezequiel Dias:
- Shirley Lasmar Lima

- Fundação João Pinheiro:

- (a ser indicado)

- Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec-MG:

- (a ser indicado)

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Serei breve, mas gostaria de dizer que fiquei muito feliz com a oportunidade de, em nome do Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, poder receber este documento que é fruto de um trabalho exaustivo e que deve representar uma contribuição muito significativa para o avanço da área de ciência e tecnologia.

Quando aqui cheguei, na minha primeira legislatura, a missão inicial que recebi foi exatamente a de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia. Naquela oportunidade, fui designado relator da matéria que ainda há pouco foi abordada.

O Governo propunha, na ocasião, que, em vez dos 3%, houvesse a redução para 1%, no máximo e de forma gradual, porque, na realidade, o que ocorria - e acredito que ainda ocorra - é que o texto constitucional, simplesmente, se tornou letra morta. Isso estava previsto na Constituição, no seu art. 212, todavia a prática nunca correspondeu à realidade do que a Lei Maior do Estado de Minas Gerais preceituava. Naquela ocasião, gostaria de lembrar que tive a oportunidade de conversar com vários dos senhores e que discordei da proposta vinda do Governo, porque ela propunha começar com 0,5% e, gradualmente, chegar a 1%, encerrando nesse valor.

Ainda que as possibilidades do Estado de investir em ciência e tecnologia - o que entendo ser uma prioridade maior - fossem premidas pela circunstância financeira, ainda que a proposta chegasse ao estágio maior de 1%, fiz uma modificação no meu substitutivo, imaginando, sim, que precisávamos alcançar, o mais rápido possível, valores superiores a 1% e - quem sabe? - chegar a 3% ou investir mais que 3%. O texto constitucional prevê, no mínimo, 1%. Então, tive a oportunidade de, no trabalho, naquela ocasião, propor essa modificação, que foi aprovada e que consta no dispositivo constitucional. Nesta oportunidade, quero esclarecer isso e dizer sobre o meu apreço e o meu reconhecimento do valor da classe de cientistas, de pesquisadores, para o salto de qualidade da sociedade.

Fica aqui o meu abraço e, com toda a certeza, o nosso apoio incondicional ao resultado desse trabalho. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades, aos representantes das entidades e de segmentos da sociedade, bem como ao público em geral, pela honrosa presença, e cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 82ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 11/12/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.752/2001, do Deputado João Leite.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.478/2001, do Deputado Ambrósio Pinto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.574/2001, do Deputado Irani Barbosa; 1.648/2001, do Deputado Kemil Kumaira; 1.831/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.856/2001, do Deputado Carlos Pimenta.

Requerimentos nºs 2.896/2001, da Bancada do PT; 2.911/2001, da Deputada Maria Olívia.

Finalidade: esta reunião destina-se a apreciar a matéria constante na pauta e a ouvir diversos convidados, que irão discutir o Projeto de Lei nº 1.449/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs -, institui e disciplina o termo de parceria e dá outras providências.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 11/12/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.930 a 2.941/2001, do Deputado Márcio Kangussu.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 14 horas do dia 10 de dezembro de 2001, destinada à realização do Ciclo de Debates A Educação que Nós, Surdos, Queremos.

Palácio da Inconfidência, 7 de dezembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.920

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Silveira, Djalma Diniz, Elaine Matozinhos e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/2001, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 8 de dezembro de 2001.

Agostinho Patrús, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.921

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bilac Pinto, João Pinto Ribeiro, Marcelo Gonçalves e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 8 de dezembro de 2001.

Kemil Kumaira, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 73/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Anderson Adauto, Edson Rezende, Gil Pereira e João Batista de Oliveira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/2001, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator para o 1º turno e de se discutirem e votarem proposições.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 68/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Henrique, Pastor George, Antônio Carlos Andrada e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/2001, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer para o 1º turno do relator, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

Cristiano Canêdo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Glycon Terra Pinto, Alencar da Silveira Júnior, Chico Rafael e Edson Rezende, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/2001, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer para o 1º turno do relator, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

João Pulo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial dos Servidores Designados

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/2001, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

Elbe Brandão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 61/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Ermanno Batista, Durval Ângelo e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/2001, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

Dilzon Melo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 871/2000

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

A proposição em exame é de iniciativa do Deputado Arlen Santiago e tem por escopo seja dada a denominação de Dona Beti à Escola Estadual Bom Jardim, situada no Município de Taiobeiras.

Visto que o projeto foi considerado jurídico, constitucional e legal pela Comissão de Constituição e Justiça, vem ele agora a este órgão colegiado a fim de receber parecer, nos termos do art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

Conforme declara o autor da proposição, esta decorre de manifesto desejo da população taiobeirense de homenagear a estimada pessoa que foi a Sra. Elizabeth Pereira de Souza, carinhosamente chamada de Dona Beti, pelo empréstimo de seu nome para passar a denominar o educandário cuja criação muito a ela deve.

Com efeito, a honraria se mostra justa e oportuna, uma vez que, além da decisiva participação na criação da escola, Dona Beti pautou sua vida pelos princípios de honestidade e idealismo, traduzidos no trabalho desinteressado de bem servir à coletividade, seja promovendo eventos cívicos e festas juninas, quadrilhas, passeios e comemorações diversas, seja lecionando, seja preparando a merenda escolar, seja efetuando trabalhos singelos, como a retirada de água de cisterna e outros serviços congêneres.

Esse breve relato é suficiente para que ajuizemos pertinente o acatamento da proposição em tela.

Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 871/2000 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.441/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado Antônio Andrade, o projeto de lei em referência tem por escopo dar a denominação de Vereador Joaquim Borges da Costa à Escola Estadual de Careaçú, situada no município de mesmo nome.

Considerada jurídica, constitucional e legal pela Comissão de Constituição e Justiça, a proposição vem agora a este órgão colegiado a fim de receber parecer, nos termos do art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

A avaliação do mérito do projeto deve levar em conta não só a decisiva participação do Vereador Joaquim Borges da Costa para que se concretizasse a criação da Escola Estadual de Careaçú, como também a sua extraordinária atuação na vida pública.

A rara inteligência e o espírito expansivo, o desvelo pela causa da educação e, também - por que não dizer? - o espírito desprendido em colaborar com recursos próprios para a construção do prédio da escola de Careaçú, onde atualmente se ministram os cursos do 1º e 2º graus, de Magistério e de Técnico de Contabilidade, fizeram com que esse Vereador cedo granjeasse a simpatia, a admiração e o respeito de seus concidadãos.

Entende-se, pois, que a honraria a ser dedicada a essa ilustre personalidade corresponde ao legítimo anseio da população de Careaçú.

Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.441/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

José Henrique, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.547/2001

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De iniciativa do Deputado Gil Pereira, o Projeto de Lei nº 1.547/2001 visa a declarar de utilidade pública a Fundação Sara Albuquerque Costa, com sede no Município de Montes Claros.

Publicada no "Diário do Legislativo", foi a matéria encaminhada a esta Comissão para exame preliminar de seus aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme estabelece o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria consubstanciada no projeto de lei sob comento está disciplinada pela Lei n.º 12.972, de 27/7/98, que determina deverem as entidades pleiteantes do título declaratório de utilidade pública apresentar prova de personalidade jurídica, estar em funcionamento há mais de dois anos e ter em sua diretoria pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício dos cargos que ocupam.

Por atender aos requisitos dispostos em nosso ordenamento jurídico, não há óbice à tramitação da matéria nesta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.547/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Sebastião Costa, relator - Agostinho Silveira - Dilzon Melo - Ermano Batista.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.656/2001

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

A proposição sob comento é de autoria da Deputada Elbe Brandão e tem por escopo seja declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Grão-Mogol, com sede nesse município.

De acordo com o previsto nos arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno, a proposição, após ser publicada, foi distribuída a este órgão colegiado para ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal.

Fundamentação

A matéria em exame está sujeita aos ditames previstos na Lei nº 12.972, de 27/7/98, especialmente no seu art. 1º, que condiciona a outorga do título declaratório de utilidade pública às sociedades civis, às associações ou às fundações constituídas ou em funcionamento no Estado,

mediante a comprovação dos seguintes requisitos: terem personalidade jurídica, estarem em funcionamento há mais de dois anos, serem os cargos de sua direção não remunerados e serem seus diretores pessoas idôneas.

Cumpre-nos esclarecer que todas as exigências legais foram atendidas, não havendo óbice à tramitação da matéria na Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.656/2001 na forma original.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Dilzon Melo, relator - Agostinho Silveira - Sebastião Costa - Ermano Batista.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.799/2001

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado José Milton, o Projeto de Lei n.º 1.799/2001 objetiva declarar de utilidade pública o Asilo Dona Alzira Ribeiro, com sede no Município de Entre Rios de Minas.

Publicado no "Diário do Legislativo" do dia 4/10/2001, vem o projeto a esta Comissão para ser examinado preliminarmente, nos termos do disposto no art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

De acordo com o art. 1º da Lei n.º 12.972, de 27/7/98, para que uma entidade seja declarada de utilidade pública, deve ter em sua diretoria pessoas idôneas não remuneradas pelo exercício de suas funções e estar em funcionamento há mais de dois anos.

Examinada a documentação juntada aos autos, constatamos que o Asilo Dona Alzira Ribeiro preenche os requisitos constantes na referida lei, tornando-se, pois, habilitado ao título declaratório proposto.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.799/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Dilzon Melo, relator - Agostinho Silveira - Sebastião Costa - Ermano Batista.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.827/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Governador do Estado, a proposição em tela tem por objetivo dar a denominação de Francisco Viana de Matos à Escola Estadual do Povoado de Várzea Bonita, situada no Município de Januária.

O projeto de lei foi considerado pela Comissão de Constituição e Justiça jurídico, constitucional e legal, razão pela qual vem agora a este órgão colegiado, a fim de receber parecer de mérito, nos termos do art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

Para justificar a apresentação do projeto, o autor esclarece que a intenção de se prestar homenagem ao Sr. Francisco Viana de Matos, pelo empréstimo de seu nome para denominar a Escola Estadual do Povoado de Várzea Bonita, decorre de pedido formulado pela comunidade ligada ao educandário.

Tal atitude do colegiado escolar - é oportuno esclarecer - deve-se ao reconhecimento do trabalho e dos relevantes serviços prestados pela mencionada personalidade à população de Várzea Bonita, destacando-se a doação de vários terrenos, inclusive o destinado à construção da escola em referência.

Dessa forma, a pretendida honraria se revela legítima aspiração popular, e, por isso mesmo, entendemos que deve prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.827/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

Paulo Piau, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.828/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

É de iniciativa do Governador do Estado o Projeto de Lei nº 1.828/2001, que tem por objetivo dar a denominação de Padre Américo Magalhães à Escola Estadual de Correia de Almeida, situada no Município de Barbacena.

Em virtude do exame preliminar da proposição realizado pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade tal como foi apresentada. Dando prosseguimento à tramitação da matéria, compete-nos agora apreciar o seu mérito, nos termos do art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

Informa o autor do projeto que a proposta de honraria sugerida resulta de pedido formulado pelo colegiado da referida Escola Estadual, cujos membros deliberaram, por unanimidade de votos, fosse indicado o nome do Padre Américo Magalhães para denominá-la.

Tal decisão constitui efetivo tributo em reconhecimento do trabalho e dos relevantes serviços prestados pela mencionada personalidade à comunidade de Barbacena, o que nos conduz à consideração de que é legítima a homenagem e oportuna a proposição.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.828/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

Paulo Piau, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.835/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Governador do Estado, a proposição em tela tem por objetivo dar a denominação de Professor José Castro de Araújo à Escola Estadual do Conjunto Habitacional Dr. Pedro Afonso Junqueira, situada no Município de Poços de Caldas.

Nos termos regimentais, o projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, vem ela agora a este órgão colegiado a fim de receber parecer, de conformidade com o art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

Observa o autor da proposição que ela decorre da vontade expressa pelo colegiado da Escola Estadual do Conjunto Habitacional Dr. Pedro Afonso Junqueira, o qual, em reunião realizada em 6 de maio do corrente ano, homologou, por unanimidade de votos de seus membros, seja indicado o nome do Professor José Castro de Araújo para denominá-la.

Trata-se, é verdade, de um tributo em reconhecimento ao trabalho dessa personalidade, bem como aos relevantes serviços que prestou à população de Poços de Caldas, em especial aqueles relacionados com o ensino e a cultura, destacando-se a elaboração, na qualidade de Secretário Municipal de Educação e Cultura, do Projeto Poços de Caldas Analfabetismo Zero e sua atuação como membro da Academia Poços-Caldense de Letras.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.835/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

Paulo Piau, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.839/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado Paulo Piau, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Cultura Nativa, com sede no Município de Uberaba.

Examinado o projeto, preliminarmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e

legalidade na forma em que foi apresentado.

Dando prosseguimento à tramitação, compete agora a este colegiado apreciá-lo conclusivamente, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 102, VI, c/c o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Centro de Tradições Gaúchas Cultura Nativa tem por objetivo representar e divulgar variadas manifestações criativas dos povos do Sul do País.

A instituição reconhece a existência, no Triângulo, de muitas pessoas advindas de regiões do Rio Grande do Sul; por isso procura estimular e amparar a criação de centros tradicionalistas, núcleos culturais e conjuntos artísticos não profissionais que se destinem rigorosamente ao culto ou divulgação do folclore gaúcho.

Pela importância que representa o trabalho da entidade, justo e meritório se faz o título que se lhe pretende outorgar.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.839/2001 na forma proposta.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

Antônio Carlos Andrada, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.851/2001

Comissão de Saúde

Relatório

De iniciativa do Deputado Márcio Cunha, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Fundação Assistencial de Saúde de Lavras, com sede no Município de Lavras.

Após exame preliminar realizado pela Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice legal ou constitucional à tramitação da matéria na Casa e apresentou a Emenda nº 1, vem o projeto a este órgão colegiado para deliberação conclusiva, conforme estabelece o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata a proposição em comento de conferir o título declaratório de utilidade pública a entidade sem fins lucrativos do Município de Lavras.

O trabalho da Fundação é bastante meritório, já que é desenvolvido tendo por finalidade promover assistência médica e ambulatorial bem como o ensino e a pesquisa ligados à área da saúde. Assim, ela concorre para o desenvolvimento da ciência e para o auxílio das pessoas mais carentes.

Conclusão

Mediante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.851/2001 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

Elaine Matozinhos, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.856/2001

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

A proposição em tela é de autoria do Deputado Carlos Pimenta e tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jequitaiá, com sede nesse município.

Coube à Comissão de Constituição e Justiça examinar preliminarmente o projeto, considerando-o jurídico, constitucional e legal na forma apresentada.

Prosseguindo a tramitação da matéria, compete agora a este órgão colegiado apreciá-la, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A APAE de Jequitaiá é entidade civil sem fins lucrativos que desenvolve iniciativas de caráter humanitário, prestando assistência social e educacional aos excepcionais da comunidade em que se localiza.

Ainda que a assistência social seja uma das prioridades do Estado, de acordo com o art. 2º da Constituição mineira, ele se encontra muitas vezes, por motivos de força maior, tolhido em efetivar de maneira absoluta esse papel. E são nessas lacunas presentes nas atividades estatais que entendemos oportunas as ações da sociedade civil no desempenho do ideal filantrópico.

Tendo em vista esse parâmetro, conceder título declaratório de utilidade pública à atividade em tela é ato de reconhecimento por sua contribuição à melhoria das condições de vida de seus assistidos.

Conclusão

Em vista do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.856/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2001.

Bené Guedes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.869/2001

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

A proposição em exame é do Deputado Sebastião Costa e tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Fazenda Vida Nova - COMVIDA -, com sede no Município de Muriaé.

Após sua publicação e nos termos do art. 102, III, "a", do Regimento Interno, a proposição foi encaminhada a este órgão colegiado a fim de ser apreciada preliminarmente quanto à juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Fundamentação

A Lei nº 12.972, de 27/7/98, que rege o assunto, determina, em seu art. 1º, que a sociedade civil dotada de personalidade jurídica e prestadora de serviços filantrópicos pode ser declarada de utilidade pública, desde que seja comprovado, por autoridade competente, estar ela em funcionamento há mais de dois anos, serem os seus Diretores pessoas idôneas e não remunerados pelo exercício de suas funções.

Cumpra-nos esclarecer que tais requisitos foram atendidos plenamente no caso, valendo dizer que não há óbice à aprovação do projeto de lei.

Conclusão

Em vista do aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.869/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Dilzon Melo, relator - Sebastião Costa - Agostinho Silveira - Ermano Batista.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.717/2001

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em análise objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica.

Nos termos do art. 102, III, "a", do Regimento Interno, passamos ao exame preliminar da matéria, atendo-nos aos aspectos jurídico, constitucional e legal.

Fundamentação

A proposição sob comento tem por escopo autorizar o Poder Executivo a doar um terreno com a área de 7.200m² ao Município de Abaeté, para que nele se construa um ginásio poliesportivo com pista de atletismo.

A medida consubstanciada na proposição trata da transferência de domínio de bem imóvel público, e, nessa circunstância, a sua concretização depende do exame e da deliberação do Poder Legislativo. Isso é o que se depreende do art. 18 da Constituição do Estado e do art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93.

Reportando-nos aos citados dispositivos, verificamos que, além da deliberação desta Casa, a existência de interesse público devidamente justificado é condição "*sine qua non*" para que ocorra a alienação de bens da administração pública. É evidente que esse quesito foi atendido, pois a doação pretendida trará inegável contribuição às atividades desportivas implementadas no Município de Abaeté, que poderá disponibilizar para a população um ginásio poliesportivo com pista de atletismo..

Cumpra-nos, ainda, recorrer ao § 4º do art. 17 da Lei Federal nº 8.666/93, por instituir norma de especial importância: a de que, no instrumento de doação, deverão constar obrigatoriamente o encargo, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato.

Atendendo o projeto de lei em comento às exigências legais, não vislumbramos óbice à sua tramitação nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.717/2001 como formulado originalmente.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Dilzon Melo, relator - Agostinho Silveira - Sebastião Costa - Márcio Kangussu.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.766/2001

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Agostinho Silveira, o Projeto de Lei nº 1.766/2001 visa a alterar a Lei nº 13.438, de 30/12/99, que dispõe sobre contagem, cobrança e pagamento de emolumentos por serviços extrajudiciais e institui o selo de fiscalização.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 15/9/2001, foi a proposição distribuída a esta Comissão para receber parecer sobre a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a" do Regimento Interno.

Fundamentação

Na publicação da Lei nº 13.438/99, no "Diário do Executivo" do dia 30/12/99, pág. 11, verificou-se erro material no que tange ao valor da taxa referente à escritura pública sem valor patrimonial que os notários e registradores devem recolher ao Tesouro Estadual: enquanto no Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 90/99, que deu origem à citada lei, publicado no "Diário do Legislativo" de 14/12/1999, pág. 36, o valor da referida taxa é de R\$3,40, na publicação da lei, foi alterado para R\$13,40.

Trata-se de um erro material que não pode persistir, porque compromete a legitimidade da cobrança da referida taxa por parte do Estado, uma vez que o valor publicado na lei não foi o aprovado por esta Casa. Essa situação, se não for corrigida, tende a desaguar no Judiciário, com prejuízo para todas as partes: cartórios, Estado e usuários. Nesse sentido, o projeto em exame afigura-se providencial.

Registre-se que, concomitantemente à apresentação do projeto objeto deste parecer, o seu autor encaminhou à Mesa da Assembléia requerimento solicitando se fizessem as diligências necessárias para que o Poder Executivo providenciasse a correção do referido erro material por meio da publicação de uma errata. Em resposta a seu requerimento, foi o autor informado de que a Assessoria da Procuradoria-Geral do Estado se manifestou no sentido de que a melhor maneira de se viabilizar a correção é a aprovação do projeto de lei em exame. Dessa forma, esquivou-se de uma discussão acerca dos efeitos, no tempo, da publicação de uma errata de lei que versa sobre matéria tributária; contudo, não nos parece apropriado acionar o processo legislativo tão-somente para corrigir erro material, motivo pelo qual propomos, por meio do Substitutivo nº 1, a redução dos valores a serem cobrados do usuário e daqueles a serem recolhidos aos cofres públicos. A redução, correspondente a R\$1,00 (um real) em ambos os valores, beneficia o usuário dos serviços cartoriais.

Tal medida não importa renúncia de receita nem prejuízo para o Estado, porque o valor constante no Anexo II da referida lei, referente ao registro de escritura pública sem valor patrimonial, não foi aquele aprovado nesta Casa; não existe, pois, legitimidade para a sua cobrança. Ademais, a redução é insignificante para o orçamento do Estado, embora não o possa ser para as pessoas de baixa renda que necessitam desse serviço.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.766/2001 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera dispositivo da Lei nº 13.438, de 30 de dezembro de 1999, que dispõe sobre contagem, cobrança e pagamento de emolumentos por serviços extrajudiciais e institui o selo de fiscalização.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O subitem "a" do item 2 da Tabela 1 constante no Anexo I a que se refere o art. 4º da Lei nº 13.438, de 30 de dezembro de 1999, passa a vigorar na seguinte forma:

Autenticação de Documentos	Valores R\$
a) sem valor patrimonial	12,40

Art. 2º - O subitem "a" do item 2 da Tabela 1 constante no Anexo II a que se refere o art. 5º da Lei nº 13.438, de 30 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Autenticação de Documentos	Valores
a) sem valor patrimonial	R\$ 2,40

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Dilzon Melo, relator - Agostinho Silveira - Sebastião Costa - Márcio Kangussu.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.793/2001

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Deputado Sebastião Navarro Vieira, por meio do projeto de lei sob comento, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Poço Fundo.

Publicada no "Diário do Legislativo", a matéria vem a esta Comissão para o exame dos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme preceituam os arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame tem por finalidade autorizar o Estado a promover as ações necessárias à transferência do bem imóvel que menciona, ora integrante do seu patrimônio, para o domínio do Município de Poço Fundo

O bem atualmente abriga a Escola Municipal Rita da Conceição Sandy. Com a doação desse imóvel ao município, haverá a possibilidade de se destinarem recursos orçamentários para sua manutenção e reforma. Sob a administração estadual, o bem não se encontra devidamente cuidado nem bem aproveitado.

A transferência deverá ser realizada a título gratuito, mas gravada com encargo, qual seja o de que o bem só poderá ser destinado ao funcionamento da referida escola.

Para a avaliação da conformidade do projeto em tela com o sistema jurídico vigente, devemos examinar a disciplina legal e constitucional da transferência de domínio de bens públicos, a qual possui dois pontos básicos: 1º - a alienação "in casu", em qualquer hipótese, só é lícita à vista da ocorrência de interesse público na operação; 2º - regra geral, a existência de interesse público na alienação de bem imóvel deve ser devidamente reconhecida pela prévia outorga de autorização legislativa.

Acreditamos que se impõe a este órgão técnico precisamente o exame da situação de fato subjacente à alienação pretendida, para verificar a existência de interesse público a respaldar a autorização legislativa.

Parece-nos evidente o interesse público na consolidação da administração municipal sobre o bem em questão, colocando fim à situação juridicamente precária consubstanciada na mera cessão que ampara as ações do Município de Poço Fundo. Por outro lado, a correta destinação dos bens doados fica garantida pelo encargo previsto na proposição, os quais, se descumpridos, ensejarão a reversão do bem ao patrimônio estadual.

Diante do exposto, não encontramos óbice à normal tramitação do projeto sob comento, pois ele atende ao que estatui o art. 18 da Constituição mineira e a Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, além da Lei nº 1.987.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.793/2001 nos termos apresentados.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Márcio Kangussu, relator - Agostinho Silveira - Dilzon Melo - Sebastião Costa.

Parecer PARA O 1º turno do Projeto de Resolução Nº 1.803/2001

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia, o projeto de resolução em epígrafe dispõe sobre a criação e a implementação do Sistema Integrado de Administração Financeira da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - SIAFI - Assembléia.

Publicada em 4/10/2001, a matéria foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Agora, o projeto vem à Mesa da Assembléia, para, nos termos regimentais, receber parecer.

Fundamentação

A proposição tem por objetivo criar e implementar o SIAFI - Assembléia, que tem por finalidades essenciais promover a simplificação e a racionalização da gestão orçamentária e financeira das receitas e das despesas da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, além de garantir a transparência da sua administração. Trata-se de buscar o aprimoramento do controle dos recursos públicos e assegurar a eficiência na consolidação das contas do Estado, sempre em consonância com o princípio constitucional da separação e da autonomia dos Poderes.

A divulgação, pela Internet e pelo diário oficial do Estado, do demonstrativo mensal da execução orçamentária da Assembléia, em que constarão as despesas segundo a sua natureza, e do Relatório de Gestão Fiscal, a que se refere a Lei Complementar nº 101, de 2001, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, constitui mais uma medida concreta deste Poder no sentido da observância dos princípios constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, norteadores dos atos da administração pública.

Entre as atribuições privativas da Mesa da Assembléia, nos termos do art. 79 do Regimento Interno, estão a direção dos seus trabalhos, a orientação da atividade administrativa, bem como a definição de limites e o ordenamento de despesas, segundo a previsão orçamentária. A criação do SIAFI - Assembléia possibilitará à Mesa o desempenho mais eficiente dessas atribuições, entre outras, e sempre com maior transparência.

Todavia, no que tange à Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, opinamos por sua rejeição, tendo em vista que não compete a este Poder, por meio de resolução, atribuir competência ao Ministério Público. Essa definição, lembramos, deve constar de lei complementar, cuja iniciativa é facultada ao Procurador-Geral de Justiça, nos termos do art. 125, I, da Constituição Estadual.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1.803/2001 e pela rejeição da Emenda nº 1.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de novembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Mauri Torres, relator - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.809/2001

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado João Paulo, o projeto de lei em análise dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos estaduais e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" em 6/10/2001 foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública, cabendo a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Fundamentação

A proposição em exame autoriza a administração pública estadual a promover, por meio da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, descontos na folha de pagamento dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional, para os fins de amortização de empréstimos tomados em entidades de previdência privada e em instituições bancárias ou financeiras. Prevê, também, que os descontos só poderão ser feitos mediante prévia e expressa autorização do servidor, não devendo ultrapassar 20% do valor total da sua remuneração mensal. Prevê, ainda, que, mediante comunicado prévio ao órgão responsável, o desconto de qualquer das parcelas poderá ser suspenso, devendo, nessa situação, ser a parcela descontada no pagamento do mês subsequente, caso em que o limite de 20% poderá ser ultrapassado.

A matéria merece especial atenção tendo-se em vista a prática constante e cada vez mais crescente de descontos nos vencimentos dos servidores públicos em virtude de convênios realizados entre o poder público e entidades privadas. É de se ressaltar que tais descontos se amparam sempre na autorização do servidor, que, frente às facilidades proporcionadas na concessão desses empréstimos, utiliza, cada vez mais, esse recurso, comprometendo, assim, considerável parcela de sua remuneração. Entretanto, sem querer adentrar o mérito da proposição, julgamos importante apontar as questões jurídicas afetas à matéria.

O desconto em folha de pagamento, segundo a lição de Hely Lopes, "é forma administrativa usual para a retenção de contribuições de previdência, de impostos de renda, de quantias pagas indevidamente aos servidores, de empréstimos contraídos no serviço, de aquisições ou consumações feitas na própria repartição ou por seu intermédio. Essa modalidade de desconto é legítima quando realizada na forma e limites previstos no estatuto respectivo e não houver dúvida sobre a quantia a ser reposta." (MEIRELLES, Hely Lopes. "Curso de Direito Administrativo". São Paulo: Malheiros. 22ª ed. p. 408.)

Nota-se, da lição desse renomado administrativista, que o desconto em folha de pagamento, na forma aceita pela doutrina, envolve, por via de regra, relações havidas entre órgãos ou entidades da administração pública e servidores. Assim, os descontos de imposto de renda, de contribuições previdenciárias, de empréstimos contraídos na administração pública ou por seu intermédio são feitos diretamente na folha de pagamento, uma vez que a relação se estabelece entre a administração pública e seus servidores. Nesse caso, é desejável, até por questões de economicidade e racionalidade, que o desconto seja feito na folha do servidor, para evitar operações desnecessárias.

Entretanto, o que o projeto de lei em análise visa não é limitar essas consignações compulsórias, instituídas por lei, que não encontram, a nosso ver, problema jurídico. O que se pretende regular são as chamadas "consignações facultativas" para fins de amortização de empréstimo, que dependem do simples credenciamento de entidades privadas na administração pública, por meio de convênios ou contratos administrativos, e da anuência do servidor para que o desconto seja consignado em seu salário.

De acordo com essa prática, a situação se concretiza da seguinte forma: a administração pública credencia as instituições consignatárias, que são destinatárias dos créditos, e o servidor, ao realizar com essas instituições um contrato de compra e venda ou de empréstimo mercantil, irá amortizar suas prestações, por meio do desconto em folha de pagamento.

Essa prática confere às consignações em pagamento uma outra dimensão, uma vez que as instituições que auferem lucros a partir da cobrança de juros passam a ter seu risco praticamente eliminado, pois a administração pública passa a garantir o cumprimento da obrigação assumida pelo servidor.

Em que pesem aos argumentos favoráveis a esta atuação da administração pública no sentido de facilitar o crédito para os servidores públicos, há de se ter em mente que se está criando para a administração uma função atípica, além de se estar privilegiando a consecução de interesses individuais de alguns servidores, em detrimento do interesse coletivo.

É oportuno registrar o entrave operacional e financeiro que essa atuação atípica gera para a administração pública, que, por meio da sua área financeira e de pessoal, irá celebrar convênios com instituições privadas, analisar a situação de cada servidor para detectar a sua margem salarial consignável e servir de pagadora de obrigações assumidas por seus servidores. Essas operações, além de demandar um serviço específico para sua realização, representam custos para os cofres públicos. Em mensagem enviada a esta Casa pelo Governador do Estado, encaminhando veto à Proposição de Lei nº 14.506, que permitia o pagamento dos servidores públicos em qualquer cooperativa de crédito que se credenciasse na administração pública, foram apontadas razões de ordem prática e jurídica que inviabilizariam essa atuação administrativa. De acordo com as razões alegadas, existem hoje, somente no Estado de Minas Gerais, 363 cooperativas de crédito em funcionamento e mais de 1.200 operando em todo o País, segundo informações do Banco Central do Brasil. Como não há, no projeto de lei em análise, limitação para o credenciamento dessas ou de outras espécies de instituições, torna-se evidente o entrave burocrático da medida para o Tesouro Estadual, além dos custos de tais operações. Ademais, ocorre o benefício de um ou poucos cidadãos, em prejuízo de todos os demais contribuintes "porque estes estariam assumindo, indiretamente, um custo operacional colocado à disposição de um único beneficiário". Torna-se clara, pois, a necessidade de limitar essa atuação administrativa, sob pena de inviabilizar o trabalho dos órgãos encarregados do processamento da folha de pessoal, além do desatendimento ao interesse público. Afinal, o objetivo da administração pública é o atendimento do interesse coletivo, e não o gerenciamento dos interesses de seus servidores.

É importante ressaltar o caráter alimentar de que se revestem os vencimentos dos servidores. Essa natureza, como bem aponta Hely Lopes Meirelles, "não permite sejam eles retidos pela Administração, nem admite arresto, seqüestro ou penhora, consoante dispõe o art. 649, IV, do Código de Processo Civil (...)". Somente é admitido o desconto em folha para as prestações alimentícias devidas pelo servidor público, de acordo com os arts. 734 do CPC e 124 do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado.

A matéria não é regulamentada por lei, tendo sido tratada por decretos que se aplicavam no âmbito do Poder Executivo e se estendiam aos servidores da Assembléia Legislativa por força de decisão da sua Mesa Diretora. Atualmente, encontra-se em vigor o Decreto Estadual nº 42.103, de 19/11/2001, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autarquias e fundações vinculadas ao Poder Executivo. Esse decreto regula tanto as consignações compulsórias, que não são objeto dessa proposição, quanto as facultativas e, no tocante a estas, o faz de forma ampla, ao contrário do projeto em análise, que trata apenas das consignações facultativas para os fins de amortização de empréstimos contraídos pelo servidor. Em seu art. 5º, o decreto admite como instituição consignatária as entidades de classe, associações e clubes representativos de servidores, as cooperativas instituídas nos termos da Lei Federal nº 5.564, de 16/12/71, as instituições financeiras credenciadas pelo Banco Central do Brasil e as instituições financiadoras de aquisição de imóvel residencial integrantes do Sistema Financeiro Habitacional - SFH. Prevê, também, requisitos e procedimentos para o credenciamento das instituições consignatárias, de forma a se evitar o credenciamento de instituições não idôneas, que praticam juros abusivos, fato que recentemente ocorreu em nosso Estado. Prevê, ainda, que o valor disponível para consignação facultativa será de até 30% da remuneração mensal do servidor, menos os descontos obrigatórios.

Não se pode, todavia, deixar de mencionar que essas instituições privadas praticam elevadas taxas de juros na concessão dos empréstimos, prática essa não amparada pela Constituição da República, que determina, nos termos do art. 192, que o sistema financeiro nacional deve ser estruturado de forma a "promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade". Nota-se, assim, que essa prática de consignação não se coaduna com as finalidades pretendidas pela Carta Magna. Aliás, ela garante muito mais o "risco zero" para as instituições bancárias e financeiras do que o atendimento ao interesse público.

Ressalte-se, ainda, que merecem reparo as disposições referentes à suspensão temporária e definitiva das consignações em folha, previstas nos arts. 2º e 3º do projeto. Entendemos que tais suspensões devem ser precedidas de acordo entre as partes - servidor e instituição consignatária, que deverão pactuar o novo modo de desconto, sendo que, no caso de suspensão temporária, o desconto nos meses posteriores deve observar, da mesma forma, o limite de 20% da remuneração do servidor.

Por essas razões, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, que visa a enquadrar a matéria aos princípios constitucionais norteadores das atividades da administração pública e a limitar a incidência dos credenciamentos e do percentual a ser descontado no salário do servidor.

Importa, por fim, destacar que, por tratar-se de matéria que envolve direitos de servidores públicos, a iniciativa é reservada ao Governador do Estado, por força do disposto no art. 66, III, "a", da Constituição do Estado. Todavia, lançamos mão do disposto no art. 70, § 2º, do mesmo diploma, que prevê que a sanção do Governador do Estado supre o vício de iniciativa.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.809/2001 com o Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre consignações em folha de pagamento dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais para fins de amortização de empréstimo e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Para fins de amortização de empréstimo, os servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autarquias e fundações do Estado somente poderão sofrer descontos em sua remuneração em virtude de determinação legal ou judicial ou de expressa autorização do servidor em favor de instituição consignatária, credenciada perante a administração pública, nos termos desta lei.

§ 1º - Os descontos referentes a amortização de empréstimo não excederão, mensalmente, a 20% (vinte por cento) do total da remuneração

do servidor, excluídos os descontos obrigatórios.

§ 2º - O credenciamento a que se refere o "caput" deste artigo somente será concedido a instituições constituídas sob a forma de cooperativas de economia e crédito mútuo, de acordo com a Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que prestem serviços aos servidores públicos.

§ 3º - Cada um dos Poderes ou entidade indicará o órgão competente para credenciar as instituições consignatárias.

Art. 2º - Mediante a comunicação prévia ao órgão responsável e a aquiescência da instituição consignatária, fica o servidor público autorizado a suspender o desconto de qualquer das parcelas do empréstimo em sua remuneração.

§ 1º - O disposto no § 1º do art. 1º prevalecerá mesmo no caso de suspensão do desconto de qualquer das parcelas conforme o previsto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Os encargos financeiros decorrentes da suspensão do desconto de que trata esse artigo, se previstos em contrato, serão de responsabilidade do servidor.

Art. 3º - Em casos excepcionais que impossibilitem ao servidor a manutenção do desconto da parcela de amortização do financiamento em sua folha de pagamento, em virtude de ameaça à sua subsistência, poderá ele cancelá-lo, com a aquiescência da instituição consignatária, eximindo-se o poder público de qualquer responsabilidade.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Dilzon Melo, relator - Márcio Kangussu - Agostinho Silveira - Sebastião Costa.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.830/2001

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Deputado Arlen Santiago, por meio do Projeto de Lei nº 1.830/2001, visa autorizar o Poder Executivo a fazer reverter um imóvel ao patrimônio do Município de Itumirim.

Publicado no "Diário do Legislativo", foi o projeto, a seguir, encaminhado a esta Comissão, que deverá examiná-lo preliminarmente quanto aos aspectos jurídicos, constitucionais e legais, conforme estatui o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata a proposição de conceder prévia autorização legislativa ao Poder Executivo para que ele possa transferir o domínio de área pertencente ao patrimônio do Estado para o Município de Itumirim, cumprindo a exigência estabelecida no art. 18 da Carta mineira e no art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, que institui as normas gerais para as licitações e os contratos da administração pública no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A doação é um contrato de alienação pelo qual o doador, por mera liberalidade, transfere de seu patrimônio bens ou vantagens ao patrimônio de outrem, o donatário, que os aceita (art. 1.165 do Código Civil). Embora seja fundada na liberalidade do doador, a doação pode ser feita com encargos para o donatário, o qual, aceitando-os, fica obrigado a cumprí-los, sob pena de constituir-mora por inadimplemento da obrigação (arts. 960, 961, 1.180, parágrafo único, do Código Civil), podendo haver, por consequência, a reversão do imóvel ao doador.

Tal reversão, contudo, se não for consensual, pode operar-se pelas vias judiciais, uma vez que, ao Poder Judiciário, cabe dirimir as controvérsias relativas ao cumprimento dos contratos.

A doação feita com um determinado encargo para o donatário é doação sob condição resolutiva. Isto significa dizer que a propriedade com vínculo de destinação é resolúvel, transferida sob uma determinada condição prevista no contrato, a qual, somente se não cumprida, autoriza o doador a requerer o reingresso do bem ao seu patrimônio.

No caso em questão, o Município de Itumirim doou ao Estado o terreno a que se refere o projeto de lei sob comento para que ali fosse construída uma unidade de ensino. O Estado, por sua vez, não cumpriu o encargo que lhe fora imposto, ensejando assim o pedido de devolução do bem ao patrimônio do município, exatamente para se construir ali uma unidade de ensino.

Saliente-se que o imóvel referido no projeto de lei está à disposição da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que deseja ocupá-lo, tendo-se manifestado contrariamente à sua alienação.

Entretanto, não se tendo consumado a doação definitivamente pelo descumprimento do encargo, não pode o Estado dar ao bem público a destinação que melhor lhe convier.

Assim sendo, não encontramos óbice à tramitação do projeto de lei na Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.830/2001 nos termos

apresentados.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Sebastião Costa, relator - Ermano Batista - Dilzon Melo - Agostinho Silveira - Márcio Kangussu.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.874/2001

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o Projeto de Lei nº 1.874/2001 visa a autorizar a celebração de convênios entre as Universidades do sistema estadual e os municípios mineiros para implantação dos cursos de Pedagogia e Normal Superior.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 21/11/2001, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer quanto à juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em exame visa a possibilitar que as Universidades do sistema estadual celebrem convênios com os municípios para realização dos cursos de Pedagogia e Normal Superior, fora de suas sedes.

Nos termos do § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, os profissionais que se encontram prestando serviços educacionais nos municípios precisam adquirir formação superior até o fim da Década da Educação, que corresponde ao final do ano de 2005. Nesse contexto, a proposição em epígrafe guarda o mérito de facilitar o acesso dos profissionais de educação à graduação, condição necessária ao pleno atendimento à LDB a partir do ano de 2006.

No entanto, como a proposição não trata da implantação de novos cursos nem de cursos de extensão nas áreas de Pedagogia e Normal Superior, mas tão-somente de cursos de graduação já implantados e reconhecidos, a serem oferecidos fora das sedes das Universidades, apresentamos a Emenda nº 1, para adequação do dispositivo ao que se pretende.

O projeto estabelece, ainda, o percentual de carga horária para a realização de aulas não presenciais e institui a obrigatoriedade de comunicação ao Conselho Estadual de Educação sobre os convênios celebrados, além de fixar prazo para a avaliação dos cursos implantados.

É conveniente mencionar o dispositivo da Constituição Estadual que deve ser considerado na análise da matéria. O art. 206 da Carta mineira atribui ao Conselho Estadual de Educação a competência para baixar normas disciplinadoras do sistema estadual. No entanto, o art. 2º, que estabelece o percentual de 20% da carga horária para realização de aulas não presenciais, não observa a competência do referido Conselho, motivo pelo qual apresentamos a Emenda nº 2, para adequação do dispositivo à regra da Carta Estadual.

Faz-se necessária a alteração do dispositivo relativo à fixação do prazo para avaliação, pelo Conselho Estadual de Educação, dos cursos oferecidos por meio de convênios celebrados com os municípios, tendo em vista que, após o início de seu funcionamento, o curso deverá ser avaliado, e não, recomendado. Para sanar esse vício, apresentamos a Emenda nº 3.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.874/2001 com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 1º - As Universidades do sistema estadual poderão firmar convênios com os municípios mineiros para realização dos cursos de Pedagogia e Normal Superior, fora de suas sedes, observadas as providências educacionais necessárias ao seu adequado funcionamento.".

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - Aplicam-se às instituições de ensino superior do sistema estadual as normas sobre cursos e disciplinas não presenciais que regulam o sistema federal, até que o Conselho Estadual de Educação regulamente a matéria.".

EMENDA Nº 3

Dê-se ao parágrafo único do art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º -

Parágrafo único - O Conselho Estadual de Educação fará o acompanhamento do curso no período de seis meses após o início de seu funcionamento e emitirá parecer sobre a sua qualidade, no qual deverão constar suas observações e recomendações.".

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2001.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 6/12/2001, as seguintes comunicações:

Do Deputado Mauri Torres, notificando o falecimento da Sra. Dilma Arêdes, ocorrido em 2/12/2001, em São João do Oriente. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Geraldo de Souza Megale, ocorrido em 4/12/2001, em Borda da Mata. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Alencar da Silveira Júnior, notificando o falecimento do Sr. Oiamar Figueiredo Vieira, ocorrido em 2/12/2001, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/11/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, e a Decisão da Mesa de 28/11/01, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.002, 2.018, 2.079, 2.106, 2.212, 2.196, 2.197, 2.198, 2.199, 2.200, 2.201, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Amílcar Martins

nomeando José Alves Lamounier para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Sandra Regina da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Tabhata Augusto Garibaldi de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Gabinete do Deputado Bilac Pinto

exonerando, a partir de 10/12/2001, Cornélia Vitória Nogueira de Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Cornélia Vitória Nogueira de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando José Osvaldo Albergaria de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Maria da Penha Matias Gomes para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

Gabinete da Deputada Elbe Brandão

exonerando, a partir de 10/12/2001, Americo Soares de Oliveira Neto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/12/2001, Geisla Araújo Martins do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando, a partir de 10/12/2001, Maria de Lourdes Lopes do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/12/2001, Mauricio Antonio de Figueiredo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

exonerando, a partir de 10/12/2001, Paulo André Nunes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Americo Soares de Oliveira Neto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Geisla Araújo Martins para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Maria de Lourdes Lopes para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Maria Tereza Real para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Marlene Cardoso Dias Timo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Paulo André Nunes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Rogério de Abreu Vieira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ermano Batista

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 7/12/2001, que exonerou Jarbas Luz de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 7/12/2001, que nomeou Daiane Barbosa de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Gabinete da Deputada Maria José Haueisen

exonerando, a partir de 10/12/2001, Anderson Rodrigo Lima Santos do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/12/2001, Cristina Araújo Silva do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/12/2001, Ildete José da Silva Mota do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/12/2001, Paulo César de Araújo do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

nomeando Anderson Rodrigo Lima Santos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Ildete José da Silva Mota para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando Paulo César de Araújo para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 10/12/2001, Eliane Aparecida Carneiro Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/12/2001, Juarez Gomes do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/12/2001, Marcelo José Ribeiro Figueiredo do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/12/2001, Rogério Gonçalves do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Eliane Aparecida Carneiro Moreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Juarez Gomes para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Marcelo José Ribeiro Figueiredo para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Rogério Gonçalves para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Rosilene Vidal de Castro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Cristina Araújo Silva para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Deputada Maria José Haueisen, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2001

Convite nº 47/2001

Objeto: contratação de empresa de engenharia para edificação de 4 cabines de agências de notícias sendo 3 de uso individual, denominadas AN simples-ANS, e 1 cabine de agências de notícias de uso coletivo, denominada de AN coletiva – ANC, e mais 1 cabine de OFF e 1 estúdio de gravação, sendo este composto por 1 cabine de locução e 1 sala de técnica de áudio, no Palácio da Inconfidência, com fornecimento de todos os materiais e mão-de-obra necessários. Licitantes inabilitadas: Isobrasil Ltda., Cotta Mascarenhas Comércio Ltda. e Flasan Comercial Ltda.